



CONFLUÊNCIAS NAS MARGENS DO CONHECIMENTO

outras paisagens nos campos da informação

Rodrigo de Sales
Organização

CONFLUÊNCIAS NAS MARGENS DO CONHECIMENTO

outras paisagens nos campos da informação

Rodrigo de Sales
Organização

CONFLUÊNCIAS NAS MARGENS DO CONHECIMENTO

outras paisagens nos campos da informação

Prefácio de Maria Aparecida Moura

Textos de:
Amabile Costa
Ana Cláudia Ribeiro
Andreia Sousa da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Gerson Karai Gomes
Juliana Akemi Andrade Okawati
Juliana Rabelo do Carmo
Leonardo Lima Günther
Luís Fernando Vanin
Rodrigo de Sales
Thiago Henrique Bragato Barros

Florianópolis
Rocha
2025

SELO NYOTA

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro

COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO

Barbara Barcellos (UFS)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Ana Paula Meneses Alves (UFMG)	Barbara Barcellos (UFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Samanta Coan (Muquifú)
Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)	Lia Vainer Schucman (UFSC)
Bruno Almeida dos Santos (UFBA)	Rubens Alves da Silva (UFMG)
Carina Santiago dos Santos (PMF/SC)	Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)

COMITÊ DE AVALIADORES AD HOC

Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Natalia Duque Cardona (UdeA)	Priscila Machado Borges Sena (IBICT)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT)	Ana Claudia Borges Campos (UFES)

Diagramação e projeto editorial: Franciéle Garcês

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva; Franciéle Garcês; Autoria

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

S163

Confluências nas margens do conhecimento: outras paisagens nos campos da informação / Rodrigo de Sales (Org.). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025.

258 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-5135-007-8 (digital)

ISBN 978-65-5135-008-5 (impresso)

1. Ciência da Informação. 2. Organização do Conhecimento. 3. Decolonialidade. 4. Interculturalidade. I. Sales, Rodrigo (org.). II. Título.

COMO CITAR:

SALES, Rodrigo (org.). **Confluências nas margens do conhecimento: outras paisagens nos campos da informação.** Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2025. 258 p.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA CREATIVE COMMONS**



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 4.0¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que este original.

¹ <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....9

Maria Aparecida Moura

APRESENTAÇÃO13

Rodrigo de Sales

CAPÍTULO 117

DESAFIOS DA DECOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA: A EDOC COMO FERRAMENTA DE MENSURAÇÃO DECOLONIAL NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Dirnéle Carneiro Garcez

CAPÍTULO 259

PREMISSAS DECOLONIAIS, TRANSCULTURAIS E DESCLASSIFICATÓRIAS PARA ORGANIZAR O CONHECIMENTO, AS MEMÓRIAS E OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+

Luís Fernando Vanin

CAPÍTULO 3

REPARAÇÃO E MEMÓRIA POR MEIO DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REPRESENTAR SEM SILENCIAR

Ana Cláudia Ribeiro

CAPÍTULO 4117

FALAS DE SABERES E CONHECIMENTOS GUARANI: UMA ESCUTA INTERCULTURAL PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Rodrigo de Sales

Gerson Karai Gomes

Leonardo Lima Günther

CAPÍTULO 5	143
A XENOFobia REGIONAL CONTRA O Povo NORdestino NA fALA DE JAIR BOLSONARO: UMA ANÁLISE DE CATEGORIZAÇÃO PROTOTíPICA	
Juliana Rabelo do Carmo	
Thiago Henrique Bragato Barros	
CAPÍTULO 6	177
COMPREENSÃO DOS USOS DE LINGUAGENS CARCERÁRIAS A PARTIR DOS JOGOS DE LINGUACEM	
Amabile Costa	
CAPÍTULO 7	203
SABERES ENCRUZILHADOS A PARTIR DO PENSAMENTO DOS FEMINISMOS NEGROS AMÉRICA LADINOS: CAMINHOS PARA A BIBLIOTECONOMIA INTERSECCIONAL	
Andréia Sousa da Silva	
CAPÍTULO 8.....	231
TEMPO CAPITAL /S TEMPO RITUAL: A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM OUTROS TEMPOS POSSÍVEIS	
Juliana Akemi Andrade Okawati	
SOBRE A PREFACIADORA.....	251
SOBRE AS AUTORIAS.....	253



PREFÁCIO

Maria Aparecida Moura

Vivemos um tempo em que os fundamentos da Organização do Conhecimento — campo historicamente associado à busca por estabilidade nas classificações, normas e sistemas de ordenação — vêm sendo desafiados por forças críticas que atravessam saberes, sujeitos e instituições. A crença na neutralidade da técnica, sustentáculo de grande parte das práticas e dispositivos organizacionais ao longo da modernidade, revela-se cada vez mais insustentável diante da emergência de perspectivas que desvelam os mecanismos sutis — e por vezes brutais — de exclusão, silenciamento e hierarquização do saber.

Durante muito tempo, presumiu-se que os sistemas de organização do conhecimento não engendravam apagamentos na dinâmica de circulação e apropriação dos saberes. Contudo, o reconhecimento, cada vez mais evidente, da existência de uma estrutura contratualista em torno da ignorância, dos dispositivos de racialidade e do epistemocídio tem lançado luz sobre as violências silenciosas operadas por tais sistemas. Sob essa perspectiva, é coerente afirmar que, na base de qualquer contratualidade social, encontraremos sempre uma dimensão epistêmica que ancora e organiza seus elementos. O contrato social (Mills, 2023), longe de ser universal e neutro, pauta-se pela hierarquização do corpo coletivo, subsumido ao branco, e pela ideação social e moral da estagnação dos sujeitos não brancos.

Por extensão, outros grupos sociais considerados minoritários também têm seus conhecimentos tornados rarefeitos — quando não invisibilizados — nos processos de representação e circulação da informação.

As pesquisas contemporâneas, no campo da Ciência da Informação, têm evidenciado que os processos sociotécnicos de organização do conhecimento não são isentos de valores: operam sobre um terreno historicamente moldado por matrizes coloniais, cuja força simbólica e material se reatualiza em dispositivos classificatórios, vocabulários autorizados e formas de legibilidade do mundo. Esse lastro colonial alimenta ardis e atravessamentos que reconfiguram as possibilidades de conhecer, nomear e existir, visto que, conforme salienta Mignolo (2017, p. 2) “a colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade.”

Neste cenário, categorias analíticas como *epistemicídio*, *contrato racial*, *colonialidade do saber*, *racismo estrutural* e *justiça epistêmica* não apenas ampliam o repertório teórico da área, mas interpelam de forma direta e incontornável sua função social. Elas evidenciam que organizar o conhecimento não é um gesto neutro ou meramente técnico, mas uma prática política, ética e estética — um campo de disputas sobre o que pode ser conhecido, dito, lembrado e projetado.

Notamos, com isso, um movimento instigante: temáticas anteriormente inconciliáveis, muitas vezes vistas como alheias à racionalidade técnica do campo, dão mostras de sua profunda pertinência ao incorporarem à agenda da Ciência da Informação as urgências da vida. Essa reorientação epistemológica, que rompe dicotomias entre razão e emoção, técnica e política, classificação e corpo, sinaliza um compromisso renovado com os modos de existência e resistência que habitam os territórios da informação.

Confluência, palavra germinante que integra o título desta obra, nos lembra da sabedoria do intelectual quilombola Nego Bispo, que frequentemente evocava a potência dos sentidos que

ela envolve. Para ele, como nas confluências das águas dos rios, os encontros não se anulam — agregam, entrelaçam, geram movimento. É esse gesto de convocação para o fortalecimento entre pares, saberes, experiências e epistemologias que habita este livro. Que “*Confluências nas margens do conhecimento: outras paisagens nos campos da informação*” produza amplas e pertinentes conexões, e contribua para o fortalecimento dos caminhos teóricos e metodológicos da Organização do Conhecimento rumo à superação da injustiça epistêmica nos dispositivos de organização e circulação dos saberes.

Mais do que oferecer respostas cabais, este livro convida à escuta atenta, ao diálogo situado e à imaginação radical. Que ele inspire leituras inquietas, ações comprometidas e a construção de outras gramáticas para a convivência dos saberes. Que a confluência proposta, ao tocar as margens, também as redesenhe — abrindo passagem para outras paisagens, outras linguagens e outras formas de futuro.

Belo Horizonte, julho de 2025

REFERÊNCIAS

MIGNOLO, Walter D. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1–18, 2017. Disponível em: SciELO (PDF). Acesso em: 14 jul. 2025.

MILLS, Charles W. **O contrato racial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.



APRESENTAÇÃO

Rodrigo de Sales

Este livro não tem um tema central, não é um monólogo, tampouco um monólito. Ele trafega por margens às vezes encobertas que tentam acender outras paisagens. Mas não se tratam de margens endurecidas que os cursos dos rios já sedimentaram, tratam-se, antes, de margens que ainda são tocadas pelas águas, que ainda sentem as intensidades variadas das águas, que sentem ainda as subidas e descidas dos rios. É a fase mais úmida e mais móvel das margens, ora água barrenta, ora barro aguado. Ora água, ora barro. São as margens que ainda podem mudar. Aliás, talvez mudar sejam suas sinas e suas sortes. É neste entre (água e barro) que este livro acontece. Nem sólido nem líquido, mas, propositadamente um entre, um entremeio. Mas o que acontece nesse entremeio, nessas entre-margens? Acontece o encontro, o encontro dos desejos líquidos e sólidos, dos desejos óbvios e não tão óbvios. O encontro que provoca porvires. É isto que podemos dizer que este livro é, um encontro que provoca porvires. Ou seriam devires? Se este livro não tem um tema central, certamente ele tem um desejo marginal, um desejo de deslocar a atenção para as margens, de elaborar outras paisagens, aproveitando o barro ainda úmido.

Nêgo Bispo já nos falou da confluência. O mestre do Quilombo Saco do Curtume (às margens do rio Piauí) nos ensinou que quando um rio encontra outro, nenhum deles perde sua

essência, pelo contrário, suas essências se intensificam, eis aí a beleza da confluência. As confluências pretendidas (talvez alcançadas) neste livro intensificam as essências vindas das margens, das margens do conhecimento. Ou seriam dos conhecimentos marginalizados? As autorias que expõem suas ideias neste livro encontraram, cada qual à sua maneira, seus compromissos ético-científicos para confrontar a colonialidade, e o fazem nos campos ainda úmidos da informação e do conhecimento.

Dirnéle Carneiro Garcez vem criando, aplicando e aperfeiçoando a Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), uma ferramenta projetada para abordar as interseccionalidades entre opressões epistêmicas e sociais, articulando o pensamento intercultural e decolonial no campo da organização do conhecimento, e aponta caminhos para uma decolonialidade crítica feita no e para o sul global. Luís Fernando Vanin, guiado pela abordagem da desclassificação e do pluralismo lógico, nos traz premissas decoloniais e transculturais para se pensar sobre a organização de conhecimentos, memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, confrontando decididamente a monológica heteronormativa no campo da organização do conhecimento.

Ana Cláudia Ribeiro nos apresenta como os instrumentos que organizam informações e conhecimentos, sobretudo os sistemas de organização do conhecimento, podem, se assim desejarmos e construirmos, atuar efetivamente como dispositivos que representam sem silenciar, ajudando na reparação e memória de vítimas de violências cometidas pelo Estado, sobretudo pelo Estado autoritário que negligencia os direitos humanos.

Nas companhias de Gerson Karai Gomes e Leonardo Lima Günther, assino um texto em que procuramos, por meio de um exercício de escuta epistêmica e gnosiológica, conduzida pela interculturalidade crítica, que uniu fontes tanto escrita quanto oral, compreender, mesmo que preliminarmente, e visibilizar,

mesmo que limitadamente, modos como a cultura Guarani lida e organiza seus conhecimentos, a fim de iniciar uma compreensão a respeito da organização do conhecimento Guarani.

Juliana Rabelo do Carmo e Thiago Henrique Bragato Barros trazem o rigor de uma análise categorial prototípica para desvelarem os conceitos estereotipados, violentos e xenofóbicos contra o povo nordestino recorrentes nas falas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, no uso de seus cargos públicos, ajudou a proliferar discursos de ódio contra o nordeste brasileiro. Amábile Costa, inspirada pelos jogos de linguagem de Wittgenstein, nos apresenta formas de representação do conhecimento (representação de mundos possíveis) realizadas por meio de ressignificações e mesmo invenções de palavras no contexto de linguagens adotadas em ambientes prisionais, mostrando que o vocabulário carcerário é identidade e ao mesmo tempo sobrevivência.

Trazer a interseccionalidade e o pensamento dos feminismos negros américa ladiños para a Biblioteconomia brasileira é a justa intenção de Andréia Sousa da Silva, que ao desejar uma Biblioteconomia mais justa socialmente, e mais conectada com a sociedade brasileira, coloca em relevo a categoria político-cultural definida por Lélia Gonzalez, a amefricanidade. E para não colocarmos o tempo como nosso inimigo, como já aconselhava Ailton Krenak, Juliana Akemi Andrade Okawati nos traz uma reflexão que nos permite, junto de cosmovisões indígenas, em especial a cosmovisão Guarani, problematizar o tempo, e porque não dizer “politicizar o tempo”. A oposição que o “tempo ritual” pode fazer ao “tempo capital” é um caminho que pode ser promissor para desenhamos outras paisagens relacionais entre tempo e informação.

As pessoas autoras deste livro decidiram confluir suas vozes com vozes colocadas às margens. Decidiram que as margens serão seus centros de gravidade. Decidiram trabalhar com o barro ainda úmido, ainda móvel. Tive a sorte dessas pessoas terem me escolhido como orientador de suas pesquisas

de doutorado e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Por isso, decidi reuni-las nesta obra, para que esta sorte não seja somente minha.

Florianópolis, abril de 2025.



CAPÍTULO 1

DESAFIOS DA DECOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA: A EDEOC COMO FERRAMENTA DE MENSURAÇÃO DECOLONIAL NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Dirnéle Carneiro Garcez

A construção do Brasil como uma nação colonizada, submetida ao imperialismo, conforme argumenta Jota Mombaça (2021), é um ponto de partida relevante para a reflexão crítica sobre os regimes de produção do conhecimento. Este estudo insere-se na crítica à colonialidade e examina a relação entre o pensamento colonial e as insurgências decoloniais no campo da Organização do Conhecimento (OC). Ao adotar o termo “decolonial”, como proposto por Catherine Walsh (2017), busca-se não apenas questionar a hierarquia de epistemologias, em que alguns conhecimentos e saberes são entendidos como melhores do que os outros, a depender de quem o produz e onde surge, mas

também destacar o papel das epistemologias do Sul, afrocentradas e feministas negras na resistência contra os regimes hegemônicos de conhecimento.

Este capítulo propõe-se a explorar como o conhecimento científico, historicamente organizado por meio de sistemas eurocêntricos, invisibiliza saberes não-hegemônicos e inferioriza epistemologias produzidas fora do eixo euro-norte-americano, colocando-as em uma posição subalterna. O estudo visa delinear o grau decolonial do conhecimento produzido por pesquisadoras e pesquisadores brasileiras/os ou vinculadas/os a instituições brasileiras no âmbito da OC, realizando uma análise crítica da colonialidade presente no campo. O foco recai sobre as formas de superar essas dinâmicas de exclusão por meio de uma ecologia de saberes (Santos, 2007), que reconheça a diversidade epistêmica (Carvalho, 2018) e incorpore as perspectivas de tais pesquisadoras/es.

A crítica decolonial aplicada à OC expõe as limitações dos modelos tradicionais de classificação e categorização, historicamente alinhados com estruturas de poder e conhecimento coloniais. Ao questionar as hierarquias epistêmicas impostas por esses modelos, que privilegiam saberes oriundos do norte global (Europa ocidental e Estados Unidos), este capítulo busca entender como as epistemologias do Sul, especialmente as brasileiras, podem contribuir para a construção de novas abordagens de conhecimento, mais representativas da nossa realidade.

A partir da perspectiva da interculturalidade crítica, derivada das comunidades indígenas de Abya Yala², propõem-se alternativas à hegemonia epistêmica vigente, ressaltando a pluralidade de conhecimentos e a importância da inclusão de

² “Abya Yala” é um termo na língua dos povos indígenas Guna, que significa “terra madura” ou “terra em plena fertilidade.” É utilizado para se referir ao continente americano, enfatizando a conexão dos povos indígenas com suas terras e culturas. O termo é um símbolo de identidade e resistência entre as comunidades indígenas da América Latina.

vozes subalternizadas na produção científica. Essa abordagem não apenas critica o monopólio eurocêntrico na produção do conhecimento, mas também valoriza as contribuições de saberes locais e situados, emergentes das realidades sociais, culturais e históricas de povos marginalizados.

Dessa forma, o debate proposto neste texto atravessa o campo teórico da Organização do Conhecimento, explorando a imposição de uma lógica hegemônica que exclui saberes não-ocidentais, ou não-ocidentalizados. Ao mesmo tempo, volta-se a evidenciar as práticas e teorias decoloniais que oferecem alternativas a essas formas de dominação, promovendo uma ecologia de saberes que valorize a diversidade epistêmica e a cocriação de conhecimentos a partir de uma abordagem alimentada pelas perspectivas Sul-Sul.

A metodologia adotada baseia-se na Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), uma ferramenta projetada para abordar as interseccionalidades entre opressões epistêmicas e sociais, articulando o pensamento intercultural e decolonial a partir dos seguintes critérios: (i) Discussões sobre opressões, sub-representações e relações de poder e dominação contra populações colocadas à margem; (ii) Discussões sobre produções de conhecimentos de populações geograficamente privilegiadas (norte global), mas que estão à margem das sociedades que pertencem; (iii) Reflexão crítica à colonialidade e/ou a proposta da decolonialidade como alternativa de enfrentamento; e (iv) Relação entre Interculturalidade, Interculturalidade Crítica e OC, conforme os estudos de Garcez e Sales (2021, 2022, 2023). Do ponto de vista procedural, foram analisados currículos, projetos e produções das autorias latino-americanas mais citadas pela comunidade de OC.

DECOLONIALIDADE RESTRITA E CRÍTICA: DUAS PERSPECTIVAS

A colonialidade manifesta diferentes formas de estruturar e consolidar o poder, sendo a colonialidade do poder uma das principais responsáveis pela manutenção do sistema colonial e capitalista global. Esse conceito utiliza a classificação racial e a atribuição de identidades étnico-raciais para estabelecer hierarquias de superioridade e inferioridade, preservando as estruturas de dominação mundial (Quijano, 2005; Silva, 2020). Como evidenciado por Quijano (2009, p. 73), a colonialidade é “um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista”, articulando-se ao capitalismo, ao eurocentrismo e ao Estado, resultando na subalternização de populações não europeias (Quijano, 2005, 2009).

Os termos “decolonial” e “descolonial” abordam essa desconstrução de forma diferente, mas ambos buscam desmantelar as formas de exploração e dominação geradas pela colonialidade. Enquanto a descolonização implica a superação do colonialismo, a decolonialidade visa transcender a colonialidade inerente à modernidade e suas formas persistentes de opressão e controle no sistema de poder global (Ballestrin, 2013).

A decolonialidade restrita, como apontada por Garcez e Sales (2021, 2022, 2023), refere-se ao uso de conceitos e teorias do norte global para analisar fenômenos do Sul. Essa perspectiva é fundamentada na proposta de Nilma Lino Gomes (2020, p. 243), que sugere a possibilidade de “reelaborar e ressignificar uma categoria produzida no contexto da colonização”, permitindo a valorização de grupos historicamente desqualificados e vítimas do epistemicídio de seus saberes (Patin; Sebastian, 2021; Silva; Garcez; Silva, 2022). Contudo, essa tentativa limitada de romper com o pensamento hegemônico pode ser superada ao se ressignificar essas abordagens em pesquisas que abordem as problemáticas informacionais de sociedades latino-americanas.

No contexto da OC, entende-se que o campo tende a se alinhar à decolonialidade restrita, em virtude da influência de vertentes hegemônicas na construção do conhecimento científico no Sul. No entanto, essas abordagens podem ser transformadas em decoloniais quando aplicadas criticamente em pesquisas de Abya Yala, visando resolver problemas informacionais específicos. Nesse sentido, pesquisadoras/es podem reinterpretar teorias do norte global e aplicá-las com uma perspectiva decolonial, contribuindo para o desenvolvimento de estudos que enfrentem os processos coloniais na OC contemporânea.

Por outro lado, a decolonialidade crítica surge como uma abordagem mais profunda e transformadora, sendo caracterizada pela adoção de epistemologias, conceitos e teorias originárias do Sul Global para resolver problemas contextuais latino-americanos. Abya Yala é vista como um espaço de produção de conhecimento que evidencia as questões informacionais de povos historicamente marginalizados no campo da OC. Essa abordagem visa não apenas romper com o pensamento hegemônico do Norte, mas também criar uma agência epistemológica que permita uma apropriação crítica dos processos coloniais.

Assim, é possível reconhecer a existência de uma perspectiva Sul-Sul desenvolvida por pesquisadoras/es latino-americanas/os que não apenas criticam a colonialidade e o sistema-mundo colonial, mas também produzem conhecimentos científicos desde o Sul e para o Sul. Essa perspectiva fortalece a luta pela emancipação intelectual e pelo reconhecimento das contribuições epistemológicas do Sul no campo da OC, estabelecendo um diálogo que integra a decolonialidade e a interculturalidade crítica, fundamentado nas reflexões de comunidades historicamente marginalizadas.

O PAPEL DE PESSOAS PESQUISADORAS BRASILEIRAS OU COM VÍNCULO INSTITUCIONAL BRASILEIRO NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A OC investiga os princípios e processos para estruturar o conhecimento especializado, com o objetivo de representar tematicamente e recuperar informações de maneira eficiente em diversos tipos de documentos, atendendo às necessidades de usuários de sistemas de informação (Barité, 2015). O campo envolve elementos interdependentes, como conhecimento estruturado, representação, documentos, usuários e recuperação de informações (Farías; Aguirre-Liguëra; Barité, 2022). Assim, a OC se justifica pela seleção de termos e pela criação de estruturas denominadas Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), utilizados para classificar, indexar e resumir informações. Esses métodos são aplicados tanto em sistemas universalistas quanto em contextos temáticos ou regionais restritos (Farías; Aguirre-Liguëra; Barité, 2022).

Os métodos empregados na OC refletem diferentes abordagens epistemológicas, ligadas às concepções teóricas dos profissionais da área (Barité, 2018). Entretanto, muitas dessas abordagens podem ainda reproduzir uma lógica colonial, expressa na pseudoneutralidade e na linguagem científica que limitam a definição do que é considerado ciência e quem são os produtores de conhecimento no campo.

Ao mapear as perspectivas epistemológicas no campo da OC em Abya Yala, foi possível analisar as produções de pesquisadoras/es latino-americanas/os decoloniais. Tais produções foram examinadas sob a ótica da Interculturalidade, uma vez que essa experiência permeia as publicações analisadas (Duque Cardona, 2014). A partir de critérios de identificação de publicações decoloniais e subcategorias da EDEOC, foi realizada uma análise bibliométrica combinada à análise dos currículos,

projetos e produções dos autores latino-americanos mais citados pela comunidade de OC.

Dos 167 trabalhos recuperados e avaliados por meio da EDEOC, foram identificadas/os 425 pesquisadoras/es que constituem a base intelectual e bibliográfica para os estudos decoloniais em OC. Entre esses, destacam-se 10 autoras/es brasileiras/os de maior relevância, que foram citadas/os em 196 trabalhos considerados decoloniais. Essas autorias são referências epistêmicas na fundamentação teórico-conceitual dos estudos brasileiros em OC e tiveram suas contribuições analisadas com base em seus currículos.

A adoção de currículos como objeto de análise revela não apenas a produção de artigos, mas também as escolhas políticas das autorias na utilização de conceitos, métodos, práticas e na criação de projetos, oferecendo uma perspectiva intercultural e decolonial à OC. O Quadro 1 apresenta as principais autorias, o número de trabalhos em que foram referenciadas, e as abordagens, temas e conceitos utilizados por esses autores.

Dessa forma, foi traçado um panorama da produção acadêmica brasileira em OC, articulada aos estudos decoloniais, evidenciando as contribuições dessas autorias no campo, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Principais autorias brasileiras adotadas nos referenciais teórico-conceituais de estudos científicos em OC.

Id	Autor	Instituição	Nº de citações	Temas e abordagens
11	José Augusto Chaves Guimarães	UNESP	40	Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento; Tratamento temático da informação; Dimensão cultural da organização do conhecimento; Análise documentária; Análise de domínio; Diversidade cultural; Representação do conhecimento; Catalogação de assunto; Indexação.
22	Fabio Assis Pinho	UFPE	28	Aspectos éticos; Representação do conhecimento; Homossexualidade masculina; Representação temática; Linguagens de indexação; Metáfora; Ortofemismo; Representação de assunto; Linguagens documentárias; Gênero e sexualidade.
33	Maria Luiza de Almeida Campos	UFF	22	Unidades de conhecimento; Linguagens documentárias; Categorias de Ranganathan; Ontologias de domínio; Taxonomias; Classificação facetada; Categorização; Domínios de conhecimento; Representação da informação; Representação de conhecimento; Teoria geral da terminologia; Tesauro conceitual; Tesauro documentário; Teoria da classificação facetada.

Id	Autor	Instituição	Nº de citações	Temas e abordagens
44	Gustavo Silva Saldanha	IBICT/UFRJ	20	Teoria Barroca da Organização do Conhecimento; Epistemologia da Ciência da Informação; Tesauro do mal; Pensamento Crítico; Teorias críticas; Teoria social; Wittgenstein; Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2O); Bibliologia; Pragmatismo e Humanismo; Democracia Documentária; Teoria da Não-conceitualidade; Pragmática Transcendental em Ranganathan; Método da Crítica; Micro Tesauro; Arqueologia filosófica.
55	Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda	UNIRIO	20	Etnoconhecimento; Recuperação da informação; Abordagem Epistemológica; Pluralismo Religioso; Representação do Conhecimento; Conhecimento afro; Religiões de Matrizes Africanas; Sistemas de Classificação.
66	Marisa Bräschler Basílio Medeiros	UFSC	15	Organização do Conhecimento; Organização da informação.
77	Nair Yumiko Kobashi	USP	14	Vocabulário controlado; Informações documentárias; Terminologia; Pesquisa científica brasileira; Cartografia temática; técnicas bibliométricas; Instrumentos de

Id	Autor	Instituição	Nº de citações	Temas e abordagens
				representação de informação; Análise documentária; Representação da informação
78	Suellen Oliveira Milani	UFF	14	Representação de Assunto; Sistemas de organização do conhecimento; Estudos éticos; Bias; Interseccionalidade; Representação do Conhecimento; Contexto multicultural; Linguagens documentais; Gênero feminino; Domínio feminino; Ortofemismo; Indexação; Ética em representação do conhecimento;
99	Marilda Lopes Ginez de Lara	USP	12	Representação documentária; Linguagens documentárias; Sistemas de Organização do Conhecimento; Semiologia; Semiótica; Organização e representação do conhecimento; Terminologia.
110	Hagar Espanha Gomes	IBICT/UFRJ	11	Organização bibliográfica; Organização do conhecimento; Cabeçalhos de assuntos; Conhecimento na Web; Tecnologia da informação; Domínios de conhecimento; Tesauros monolíngües; Classificação em Rede.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Para analisar as produções e seus alinhamentos com as dimensões apontadas por Garcez e Sales (2021, 2022, 2023), evidenciamos que: a dimensão (i) se refere a “Discussões sobre opressões, sub-representações e relações de poder e dominação contra populações colocadas à margem”; a dimensão (ii) se refere a “Discussões sobre produções de conhecimentos de populações geograficamente privilegiadas (norte global), mas que estão à margem das sociedades que pertencem”; a dimensão (iii) se refere a “Reflexão crítica à colonialidade e/ou a proposta da decolonialidade como alternativa de enfrentamento”; e a dimensão (iv) aborda a “Relação entre Interculturalidade, Interculturalidade Crítica e OC”.

Iniciando pelo professor José Augusto Chaves Guimarães, este é um dos pesquisadores mais citados nos estudos decoloniais em Organização do Conhecimento (OC), com presença referenciada em 40 trabalhos. Sua trajetória acadêmica é marcada por uma sólida formação em Biblioteconomia, Direito e Ciência da Informação, além de experiência docente e de pesquisa no Brasil e no exterior. É reconhecido por atuar nas linhas de Formação e Atuação Profissional e Organização da Informação, com liderança em grupos de pesquisa desde a década de 1990.

No contexto da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), sua produção apresenta alinhamentos, ainda que parciais, com as quatro dimensões propostas. Destacam-se dois projetos de pesquisa voltados diretamente a discussões críticas e culturais sobre os sistemas de organização do conhecimento, os quais podem ser considerados efetivamente decoloniais. O projeto “*Os rankings universitários como sistemas de organização do conhecimento: elementos estruturais e vieses culturais*” (Guimarães, 2020, 2024) analisa os *rankings* globais a partir de seus vieses culturais e estruturais, desvelando os mecanismos simbólicos de poder e dominação presentes na representação do conhecimento —

contribuindo diretamente para a dimensão (i) da EDEOC, ao abordar opressões e sub-representações. Já o projeto “*A Dimensão Cultural da Organização do Conhecimento*” (2017–2019) investiga a influência da dimensão cultural nos processos representacionais, reforçando a ideia de que não há neutralidade na representação e apontando os riscos de exclusão e dominação cultural. Este estudo também se alinha às dimensões (i), (iii) e (iv) da EDEOC.

Em sua produção bibliográfica, Guimarães tem se debruçado sobre temas como epistemologia, ética, representação e diversidade cultural. Dentre os textos mais alinhados às propostas decoloniais, destacam-se aqueles voltados à discussão sobre comunidades discursivas (Oliveira; Guimarães, 2023), representação e diversidade cultural (Guimarães; Dodebei, 2015), e aspectos teóricos e metodológicos da OC a partir de uma perspectiva crítica (Araujo; Guimarães; Tennis, 2021; Bagatani; Guimarães, 2023). Sua abordagem crítica à colonialidade na OC se concretiza por meio da reformulação de conceitos clássicos como “Análise Documentária” e “Tratamento Temático da Informação”, oferecendo releituras que dialogam com perspectivas interculturais e visam maior justiça social e epistêmica.

Portanto, parte significativa da obra de Guimarães mantém-se no campo da epistemologia crítica da OC, e sua contribuição à reflexão sobre as interseccionalidades entre poder, representação e cultura revela aderência parcial às dimensões (i), (iii) e (iv) da EDEOC. As produções identificadas como efetivamente decoloniais são aquelas em que se adota uma abordagem crítica clara à colonialidade e propõem alternativas que envolvem justiça cognitiva, diversidade cultural e a valorização de saberes historicamente marginalizados.

A atuação de Fabio Assis Pinho no campo da Organização do Conhecimento (OC) evidencia um compromisso teórico e metodológico alinhado com os princípios da decolonialidade,

particularmente nas dimensões éticas, epistêmicas e interculturais da representação do conhecimento. Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Pesquisador de Produtividade do CNPq, Pinho constrói uma trajetória acadêmica sólida e crítica, pautada pela análise das relações de poder na produção e organização do saber, com especial atenção às questões de gênero e diversidade sexual.

Sua dissertação de mestrado, ao explorar os aspectos éticos na representação do conhecimento com base nos trabalhos de García Gutiérrez, Hudon e Beghtol, demonstra uma primeira aproximação com a dimensão (iv) da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), ao propor uma mediação transcultural, multilingüística e pautada na hospitalidade cultural (Pinho, 2006). Já na tese de doutorado, ao investigar os limites e possibilidades terminológicas da indexação sobre homossexualidade masculina nas linguagens documentárias brasileiras, o autor adentra às dimensões (i), (ii) e (iii) da EDEOC, ao abordar diretamente as opressões epistêmicas e representacionais enfrentadas por populações LGBTQIA+ e ao articular teorias críticas como a Teoria Queer no campo da Ciência da Informação (Pinho, 2010).

Projetos de pesquisa liderados por Pinho, como “Identificação e classificação de conceitos fronteiriços” (2018-2021) e “Aspectos éticos na representação do conhecimento” (2014-atual), também se inserem na proposta decolonial por enfrentarem os vieses e as metáforas normativas na representação do conhecimento, configurando-se como esforços concretos dentro das dimensões (i), (iii) e (iv) da EDEOC. Tais iniciativas não apenas expõem como a linguagem documentária pode reproduzir estigmas e exclusões, mas também propõem caminhos metodológicos para a construção de uma representação mais ética, sensível e inclusiva.

A análise do *corpus* deste estudo mostra que produções como as de Pinho, em coautoria com autores como Guimarães, Milani e Nascimento, integram efetivamente o conjunto de textos classificados como decoloniais (Quadro 1), uma vez que operam criticamente frente à colonialidade do saber e propõem alternativas ético-políticas para a representação de sujeitos historicamente marginalizados (Pinho; Guimarães, 2012; Pinho, 2014; Pinho; Orrico, 2024). O uso do conceito de “epistemografia interativa” e sua reinterpretação em direção a uma “epistemografia integrativa”, bem como a incorporação de noções como ortofeminismo, indicam uma aproximação crítica ao cânone da OC, ampliando seus horizontes para incluir experiências epistemicamente silenciadas.

Dessa forma, as contribuições de Fabio Assis Pinho dialogam diretamente com as quatro dimensões da EDEOC, com destaque para sua atuação nos eixos (i) – ao discutir opressões de gênero e sexualidade, (iii) – ao propor alternativas teóricas à colonialidade, e (iv) – ao articular interculturalidade crítica na representação do conhecimento. Tais aspectos conferem às suas produções um lugar central no debate sobre a decolonialidade em Ciência da Informação no Brasil.

A pesquisadora Maria Luiza de Almeida Campos, com trajetória consolidada na Organização do Conhecimento (OC) brasileira, é frequentemente referenciada por sua atuação na representação da informação por meio de unidades de conhecimento, linguagens documentárias, ontologias e taxonomias, com ênfase na teoria da classificação facetada (Rocha; Campos, 2021). Suas contribuições, embora enraizadas em abordagens tradicionais e eurocentradas da OC — como o uso da taxonomia de Carl Linnaeus e da teoria de Ranganathan —, também se desdobram em iniciativas que tangenciam debates decoloniais, especialmente quando voltadas à modelagem de domínios específicos da cultura brasileira.

Ao analisarmos suas produções sob a perspectiva da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), observamos que Campos contribui de forma mais significativa na dimensão (iv) — a relação entre interculturalidade, interculturalidade crítica e OC. Destaca-se, nesse sentido, o projeto “Modelos de Domínios visando a Representação do Conhecimento”, no qual se propõe a construção de ontologias com base em definições adaptadas a contextos culturais específicos, como o da Cultura Popular Brasileira. Ainda que o arcabouço epistemológico permaneça vinculado à tradição ocidental, a tentativa de desenvolver um sistema conceitual adaptado a comunidades específicas revela uma abertura à interculturalidade e, portanto, um movimento inicial rumo à decolonialidade (Campos, 2024).

Outro projeto relevante é “A Interoperabilidade Semântica em Ambientes Heterogêneos”, cuja proposta de um “Sistema de Coordenadas Semânticas” busca aproximar sistemas de informação distintos por meio de linguagens intermediárias. Embora o enfoque seja predominantemente técnico e conceitual, inspirado em Pierre Lévy, tal esforço pode ser entendido como um prenúncio da necessidade de diálogo entre epistemologias diversas — contribuindo, ainda que de modo incipiente, com a dimensão (iv) da EDEOC (Campos, 2024).

Entretanto, é importante destacar que, das 48 publicações da autora até 2023, a maioria permanece centrada em fundamentos clássicos da OC, voltados à normatização e à eficiência representacional, sem articulação explícita com os critérios (i), (ii) ou (iii) da EDEOC — isto é, discussões sobre opressões, produções subalternizadas ou críticas diretas à colonialidade. Assim, embora suas produções revelem aproximações metodológicas com contextos culturais locais e adaptação de instrumentos técnicos, elas ainda não se configuram, em sua maioria, como efetivamente decoloniais. As iniciativas mais próximas dessa orientação, portanto, se limitam

aos projetos voltados à modelagem de domínios culturalmente situados, que se alinharam à dimensão da interculturalidade crítica, mas ainda carecem de uma postura epistemológica mais de confronto à colonialidade.

Com base na Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), é possível identificar a atuação de Gustavo Silva Saldanha como uma das mais expressivas no campo da Organização do Conhecimento (OC) quando se trata da articulação entre epistemologias críticas e decoloniais. Sua produção acadêmica e científica evidencia alinhamento, em diferentes níveis, com as quatro dimensões da EDEOC: (i) discussões sobre opressões e relações de poder; (ii) visibilidade a saberes de sujeitos marginalizados mesmo em contextos privilegiados; (iii) crítica à colonialidade e defesa de alternativas decoloniais; e (iv) relação entre interculturalidade, interculturalidade crítica e OC.

Entre as suas contribuições mais efetivamente decoloniais destacam-se os projetos “Organização dos saberes no domínio de povos e comunidades tradicionais do Brasil” e “Brasoc: Sistemas de Organização do Conhecimento do Brasil”. O primeiro, iniciado em 2019, visa reconhecer e organizar a pluralidade de saberes de povos e comunidades tradicionais no Brasil, propondo uma integração pragmática e semântica das linguagens desses grupos. O projeto opera diretamente nas dimensões (i), (iii) e (iv) da EDEOC, ao tratar da sub-representação de grupos historicamente marginalizados, propor a valorização de seus saberes e promover uma abordagem intercultural crítica (Saldanha, 2024). Já o segundo, ao estruturar sistemas de OC a partir da realidade sociocultural brasileira e defender a democracia documentária, contribui sobretudo para as dimensões (i), (ii) e (iii), ao enfatizar o direito à representação informacional e à construção ética do conhecimento em um contexto de justiça cognitiva (Saldanha, 2024).

Sua trajetória também é marcada pela formulação de conceitos teóricos que enriquecem a discussão decolonial na OC, como a “Teoria Barroca da Organização do Conhecimento” (Saldanha; Souza, 2017) e a “Democracia Documentária” (Saldanha, 2020), ambos alinhados às dimensões (iii) e (iv) da EDEOC, ao propor alternativas epistemológicas sensíveis às complexidades culturais e à pluralidade epistêmica. Além disso, sua interlocução com a obra de Maria Nélida González de Gómez fortalece a dimensão crítica e política de sua abordagem, a partir do uso da teoria política como lente de análise da OC.

Outros estudos de Saldanha abordam temas como o pragmatismo e o humanismo (2011), a arqueologia filosófica (2015), os saberes no antropoceno (Valle; Menezes; Saldanha, 2022), e a biblioteconomia negra brasileira (Garcês-da-Silva; Saldanha, 2019), todos com distintas contribuições às dimensões da EDEOC, especialmente quando tensionam os limites do cânone informational e abrem espaço para vozes e experiências contra-hegemônicas.

Ao longo de sua produção — que inclui 72 artigos publicados até 2023 — é perceptível o compromisso do pesquisador com uma epistemologia crítica, histórica e situada, ancorada em múltiplos referenciais, como a Filosofia da Linguagem, a Filosofia da Informação e os Estudos de Usuários. O uso de metodologias teórico-empíricas e o engajamento com projetos voltados à transformação social consolidam sua atuação como pesquisador de referência na promoção de perspectivas interculturais e decoloniais no campo da OC e da Ciência da Informação.

Assim, Gustavo Saldanha pode ser reconhecido como um pesquisador que não apenas aborda criticamente a colonialidade do saber, mas propõe alternativas concretas por meio de projetos, conceitos e práticas informacionais que se aproximam de uma OC efetivamente decolonial.

O professor e pesquisador Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda, única pessoa negra entre os mais citados nos estudos decoloniais da Organização do Conhecimento (OC), se destaca como referência epistêmica relevante no campo, com 20 publicações identificadas. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sua formação inclui bacharelado em Biblioteconomia e Documentação (UFF), mestrado e doutorado em Ciência da Informação (UFRJ) e pós-doutorado na mesma instituição onde se graduou (Miranda, 2023). Sua atuação se concentra em temas como organização do conhecimento, ambientes Web, gestão da informação e do conhecimento, acessibilidade, patrimônio imaterial e formação profissional.

Dentre os 15 projetos de pesquisa que coordenou, dois se alinham diretamente às perspectivas decoloniais analisadas pela EDEOC. O primeiro, “Estudos Culturais e Científicos em Organização do Conhecimento” (2021), propõe uma articulação entre autores fundacionais dos estudos culturais e científicos da OC, com o objetivo de promover diálogos entre os agentes envolvidos na produção e organização do saber, situando-se nas dimensões (i) e (iii) da EDEOC ao abordar relações de poder na produção do conhecimento e refletir criticamente sobre a colonialidade. Já o segundo projeto, “Organização e Representação do Conhecimento das Escolas de Samba para a Preservação da Memória do Samba Carioca”, incorpora as dimensões (i), (iii) e (iv) ao propor uma representação informacional do conhecimento negro vinculado às escolas de samba cariocas. O projeto atua diretamente na valorização das memórias e práticas culturais negras, propondo superar lógicas discriminatórias e epistemocidas no campo da OC.

Em sua produção bibliográfica até 2023, destacam-se abordagens voltadas à organização do etnoconhecimento (Miranda, 2009), classificação do conhecimento (Thiesen; Miranda, 2010), teorias da conservação (Almeida; Miranda,

2012), bem como estudos sobre religião e cultura periférica, como a Umbanda (Costa; Miranda, 2019) e práticas religiosas de territórios marginalizados (Miranda; Silva, 2019). Tais produções dialogam fortemente com a dimensão (i) da EDEOC ao discutirem sub-representações, relações de dominação e formas alternativas de organização do saber oriundas de populações historicamente marginalizadas.

Destaca-se ainda a proposição do conceito de “etnoconhecimento”, amplamente associado ao nome do pesquisador, referindo-se à valorização dos saberes produzidos por grupos étnico-raciais e culturais específicos, como negros e indígenas. Em diálogo com autores como Antonio García Gutiérrez, especialmente com o conceito de “epistemografia interativa”, Miranda propõe abordagens metodológicas e epistemológicas que problematizam as estruturas eurocentradas e apontam para práticas de resistência e reconstrução epistêmica.

A partir da EDEOC, verifica-se que a produção de Marcos Miranda atende principalmente às dimensões (i), (iii) e (iv), ao discutir opressões e relações de poder, propor alternativas decoloniais e articular interculturalidade crítica à organização do conhecimento. Embora parte significativa de sua obra seja ancorada por perspectivas teóricas ou formativas comuns à biblioteconomia tradicional, há produções efetivamente decoloniais em que os critérios da EDEOC se articulam de maneira propositiva, como nos projetos sobre escolas de samba e etnoconhecimento. Com isso, Miranda contribui de forma significativa para a superação das lógicas epistêmicas coloniais na Ciência da Informação, promovendo práticas mais justas, plurais e representativas.

A produção acadêmica de Marisa Bräscher Basílio Medeiros revela uma trajetória sólida e influente na área da Organização do Conhecimento (OC) e da Organização da Informação (OI), com ênfase em fundamentos teóricos,

representação temática e sistemas de organização. Embora sua base metodológica e teórica derive majoritariamente da tradição eurocêntrica — especialmente por sua formação sob orientação de Henri Zinglé e sua filiação intelectual a Ulf Gregor Baranow e Enilde Faulstich —, algumas de suas contribuições tangenciam os critérios da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC).

Do ponto de vista da EDEOC, as produções de Medeiros se concentram principalmente em dois eixos: *a dimensão da crítica à colonialidade (iii)*, mesmo que de forma indireta ou embrionária, e *a dimensão da interculturalidade na OC (iv)*. O projeto *Organização do Conhecimento e Arquivologia* (2017) destaca-se nesse contexto por buscar aproximações entre instrumentos de representação da informação e contextos culturais e históricos diversos, sugerindo abertura à incorporação de perspectivas múltiplas na descrição arquivística. Embora não utilize diretamente uma abordagem decolonial, o projeto se insere em um movimento de problematização da homogeneização cultural e da centralidade de referenciais ocidentais na representação do conhecimento.

Outro ponto de interseção com os princípios da EDEOC é o projeto *Estudo comparativo: Tesauros, Taxonomias e Ontologias* (2004–2010), em que, ao sistematizar os referenciais teóricos desses instrumentos de representação, Medeiros colabora para o questionamento de estruturas classificatórias tradicionais, ainda que o enfoque permaneça voltado para aplicações técnicas e epistemologias consolidadas. A produção oriunda desse projeto — como o *Guia de Fontes de Informação sobre Tesauros, Taxonomias e Ontologias* e estudos sobre taxonomia em contextos organizacionais e de e-commerce — não configura uma proposta decolonial propriamente dita, mas oferece subsídios teóricos importantes para que outros pesquisadores possam tensionar tais estruturas a partir de novas epistemes.

Dentre os artigos publicados até 2020, destacam-se aqueles que aprofundam as discussões sobre sistemas de organização do conhecimento (Carlan; Bräscher, 2011), teorias semânticas (Cafe; Bräscher, 2011), relações semânticas (Weiss; Bräscher, 2016), e descrição arquivística (Vital; Bräscher, 2016, 2017, 2018; Linden; Bräscher, 2018, 2019), bem como estudos aplicados à representação fotográfica (Schweitzer; Silva; Bräscher, 2020). Essas produções, embora relevantes e amplamente citadas, se alinham com perspectivas clássicas da área, mantendo um distanciamento dos critérios da EDEOC voltados às discussões sobre sub-representações, opressões epistêmicas ou saberes marginalizados (i e ii).

Medeiros é referenciada em estudos de cunho decolonial principalmente pelo uso de conceitos como “representação secundária” (Alvarenga) e pela Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg — ambos utilizados como ferramentas para repensar as bases epistemológicas da OC, embora a própria autora os aplique dentro de um escopo predominantemente técnico e normativo. Assim, sua obra não configura uma proposta de enfrentamento direto à colonialidade, mas contribui indiretamente ao oferecer subsídios conceituais que podem ser reapropriados em chave decolonial.

Nesta toada, Marisa Bräscher Basílio Medeiros se insere em um campo de transição entre a OC tradicional e as abordagens interculturais. Sua presença em estudos que utilizam a EDEOC se justifica pelo potencial de sua obra em alimentar reflexões críticas, ainda que, em sua maioria, suas produções não se enquadrem como efetivamente decoloniais. As exceções estão localizadas sobretudo na interface com a interculturalidade crítica e na abertura para múltiplas rationalidades na representação e descrição da informação.

A produção científica de Nair Yumiko Kobashi revela significativa aderência a três das quatro dimensões da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento

(EDEOC), com destaque para: (i) a discussão de opressões e disputas de poder; (iii) a crítica à colonialidade e proposição de alternativas decoloniais; e (iv) a relação entre interculturalidade crítica e Organização do Conhecimento (OC). Sua contribuição se evidencia tanto nos aspectos teóricos quanto operacionais da representação da informação, sendo referência em temas como análise documentária, vocabulários controlados, terminologia, e cartografias temáticas — elementos centrais para a construção de epistemologias contra-hegemônicas no campo da OC.

Entre os projetos de pesquisa desenvolvidos, dois se destacam por abordarem diretamente dimensões decoloniais. O primeiro, “Organização do conhecimento/organização da informação: emergência, condições de presença e desenvolvimento no contexto brasileiro” (2013–2017), parte dos Estudos Sociais da Ciência para mapear a institucionalização da OC no Brasil, propondo uma leitura situada da produção científica nacional (Kobashi, 2024). O segundo, “Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas” (2007–2010), articula visualizações informacionais e análises bibliométricas para compreender as dinâmicas cognitivas e sociais da ciência brasileira. Esse esforço evidencia o diálogo entre epistemologias diversas e o contexto sociotécnico nacional, respondendo à dimensão (iv) da EDEOC ao considerar a interculturalidade crítica nas práticas de OC (Kobashi, 2024).

Sua trajetória, que se inicia com projetos em 1989, soma 51 artigos publicados até 2023 e abrange temas como *análise documentária* (Kobashi, 1996), *vocabulário controlado* (Lima et al., 2006), *fundamentos semânticos e pragmáticos* (Kobashi, 2007) e *pesquisa científica brasileira* (Kobashi; Santos, 2006). Contudo, é nos trabalhos em coautoria com Jatene que suas contribuições mais diretamente decoloniais emergem, com destaque para as produções que discutem lugares de memória, disputas patrimoniais e dispositivos informacionais relacionados

às ditaduras civil-militares latino-americanas (Jatene; Kobashi, 2021, 2023; Jatene; Crivelente; Kobashi, 2023). Esses estudos mobilizam a análise da informação como ferramenta de disputa simbólica e construção de narrativas contra-hegemônicas, alinhando-se diretamente às dimensões (i) e (iii) da EDEOC.

Além disso, suas pesquisas incorporam metodologias como a *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin e o conceito de *Vocabulário Controlado* de Suzanne Briet, ressignificados para os contextos latino-americanos e articulados à crítica da colonialidade do saber. A filiação intelectual à pesquisadora Johanna Wilhelmina Smit também evidencia um compromisso com epistemologias situadas, tensionando os limites do cânone eurocentrado da Ciência da Informação.

Assim, ao se considerar o conjunto da obra de Kobashi — especialmente aquelas que abordam as disputas por memória, a representação simbólica das vítimas da repressão e o mapeamento de redes cognitivas no Brasil — é possível afirmar que parte significativa de sua produção pode ser considerada efetivamente decolonial. Essas contribuições ultrapassam a mera crítica teórica, ao propor alternativas metodológicas e epistemológicas enraizadas nas realidades e nos conflitos históricos do Sul Global.

A produção acadêmica de Suellen Oliveira Milani evidencia contribuições significativas à Organização do Conhecimento (OC), especialmente no cruzamento entre representação de assunto, ética e interseccionalidades. Sua trajetória revela um comprometimento com temas como vieses, gênero, multiculturalidade e responsabilidade social, aspectos que dialogam diretamente com as dimensões da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC). Entre os quatro critérios da EDEOC, nota-se que sua produção se aproxima, sobretudo, das dimensões (i) discussões sobre opressões e relações de poder contra populações marginalizadas, e (iv) relação entre Interculturalidade,

Interculturalidade Crítica e OC, ainda que com nuances da dimensão (iii), ao propor reflexões éticas sobre a colonialidade dos sistemas de representação.

Milani é uma das pesquisadoras mais citadas em estudos decoloniais em OC, conforme aponta o levantamento que a identifica em 14 publicações. Sua filiação intelectual a José Augusto Chaves Guimarães é evidenciada por diversas publicações em coautoria. Dentre seus projetos de destaque, o mais alinhado à EDEOC é o “Organização do Conhecimento e Estudos de Usuários: Aproximações teóricas e metodológicas para promoção de catálogos inclusivos a partir da perspectiva dos usuários” (2022), que adota o close reading para analisar como os usuários, enquanto sujeitos diversos e socialmente situados, podem participar da construção de sistemas de organização mais inclusivos — evidenciando, assim, uma prática metodológica sensível à interculturalidade crítica.

Outro projeto de relevância é “Estudos éticos em representação do conhecimento: uma análise da questão feminina em linguagens documentais brasileiras” (2008–2010), no qual a pesquisadora investiga o apagamento e os vieses de gênero nos sistemas de linguagem documental. A análise revela ausência ou sub-representação de termos ligados à experiência feminina, apontando sugestões para enfrentamento desse silenciamento. Tal investigação se insere diretamente na dimensão (i) da EDEOC, ao escancarar as opressões inscritas nas estruturas classificatórias.

Seus artigos também contribuem para a construção de epistemologias plurais. Trabalhos como o de *Milani, Tognoli e Moraes* (2023) abordam a ética e a responsabilidade social na representação do conhecimento, enquanto *Milani e Guimarães* (2017) tratam de vieses em sistemas de OC. Já as publicações com *Bagatini e Guimarães* (2022, 2023) exploram a discriminação por dados, demonstrando sensibilidade às formas como sistemas informacionais reproduzem desigualdades. Além disso,

seus textos tecem críticas às oposições binárias (Milani, 2017) e promovem debates teóricos sobre valores éticos na OC (Guimarães; Milani; Evangelista, 2015), estabelecendo pontes com a decolonialidade.

Conceitos como “Ética transcultural de mediação”, de Antonio García Gutiérrez, e “Hospitalidade cultural”, de Clare Beghtol, são mobilizados em suas produções para fomentar abordagens mais sensíveis às diferenças culturais e epistemológicas. Essas noções reforçam a inserção de Milani na dimensão (iv) da EDEOC, ao propor práticas de organização baseadas no acolhimento das pluralidades e na ética do cuidado epistêmico.

Embora parte de sua formação e referências dialogue com epistemologias do norte global — o que reflete em sua filiação teórica —, sua produção não está presa a esse repertório. Pelo contrário, contribui para deslocá-lo criticamente, tensionando limites e abrindo espaços para construções interculturais e éticas na OC. Assim, suas produções efetivamente decoloniais são aquelas que articulam crítica aos sistemas de poder e dominação no campo da representação do conhecimento, ao mesmo tempo em que propõem alternativas metodológicas e epistemológicas inclusivas, como nos dois projetos mencionados e nos artigos voltados à crítica dos vieses e à valorização das diferenças.

Marilda Lopes Ginez de Lara é uma referência consolidada nos estudos em Organização do Conhecimento (OC), com trajetória marcada por contribuições teóricas e metodológicas que dialogam com a interculturalidade e com abordagens críticas no campo. A pesquisadora possui formação robusta, com graduação em Biblioteconomia e Documentação (1973), mestrado (1993) e doutorado (1999) em Ciências da Comunicação pela USP, além de pós-doutorado na Universidad Carlos III de Madrid (2012). Com vasta atuação docente e institucional na USP e na ISKO Brasil, suas produções evidenciam

um esforço contínuo para compreender a OC em articulação com os estudos da linguagem, terminologia, cultura e informação.

Duas de suas pesquisas se destacam no contexto da EDEOC por apresentarem aproximações relevantes às dimensões decoloniais. O projeto “Conceitos em Organização do Conhecimento: uma retrospectiva a partir da produção dos pesquisadores de Produtividade em Pesquisa do CNPq” revela um olhar crítico sobre a construção da área a partir das contribuições de pesquisadores nacionais, o que pode ser vinculado à dimensão (ii) da EDEOC – ao refletir sobre epistemologias produzidas em contextos não hegemônicos, mesmo que ainda sob o escopo de instituições consolidadas. Já o projeto “Referências culturais na organização e representação do conhecimento” (PQ 2014–2018) aproxima-se de forma mais direta das dimensões (i), (iii) e (iv), ao investigar os sentidos de cultura, interculturalidade, multiculturalismo e transcultura e suas implicações na organização do conhecimento, sugerindo um repositionamento epistemológico que considera a pluralidade cultural e seus atravessamentos informacionais.

Esse segundo projeto representa sua contribuição mais próxima a uma efetiva postura decolonial, ao problematizar como conceitos culturais são operacionalizados nos sistemas de organização e representação do conhecimento, com base em referenciais como a “Teoria do Conceito” (Pablo Marcos Derqui) e a ideia de “cultura de informação” e “regime de informação” (García Gutiérrez). Tais referenciais possibilitam uma abordagem crítica à colonialidade do saber e das classificações, abrindo espaço para outras rationalidades e modos de organização. Assim, ainda que nem todas as suas produções se alinhem estritamente à decolonialidade, há um esforço teórico-metodológico significativo, sobretudo na interface entre cultura e OC, que se insere nas dimensões (iii) – crítica à colonialidade – e (iv) – relação entre interculturalidade e OC –, conforme proposto por Garcez e Sales (2021, 2022, 2023).

A trajetória da pesquisadora Hagar Espanha Gomes é reconhecida por sua sólida formação e contribuição histórica à área da Organização do Conhecimento (OC). Graduada em Biblioteconomia pela Fundação Biblioteca Nacional (1955) e mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, 1972), Gomes obteve o título de Livre Docente em Bibliografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1976. Com experiência consolidada, sua atuação se concentra em estudos sobre indexação, linguagem documentária, tesauros, terminologia e taxonomia, temas que fundamentam o campo da OC no Brasil. Ao longo de sua carreira, atuou como professora na UFF e como técnica de pesquisa documentária no IBBD, contribuindo para o ensino e desenvolvimento metodológico na área (Gomes, 2024).

As produções de Gomes, embora densas e relevantes para o campo técnico da Organização do Conhecimento, não apresentam alinhamento explícito com os critérios da EDEOC, especialmente por não abordarem reflexões críticas à colonialidade, tampouco relações com populações social e epistemicamente marginalizadas. Seus projetos — como “Integração de Ontologias” (2005-2008), voltado à padronização terminológica na Bioinformática, e o “ASCOT - Ambiente de Suporte à Criação de Ontologias e Tesauros” (2004-2008) — revelam uma forte ênfase tecnocientífica na melhoria da organização e recuperação da informação, com foco em ambientes semânticos, vocabulários controlados e compatibilização terminológica. Nesse sentido, a produção da autora contribui tecnicamente para a área, mas não se insere nas dimensões da EDEOC, pois não apresenta discussões sobre opressões epistêmicas, nem articulações com epistemologias do Sul ou perspectivas interculturais.

Ainda que a obra de Gomes dialogue com os fundamentos da Teoria da Classificação Facetada de Ranganathan, com o conceito de “tesauro” de Roget e o catálogo de Cutter, suas

referências e bases teóricas estão majoritariamente ancoradas em paradigmas eurocentrados e em epistemologias do norte global, sem problematização crítica desses referenciais sob a ótica decolonial. Portanto, apesar de sua importância histórica e metodológica para a OC no Brasil, suas contribuições não se enquadram como efetivamente decoloniais conforme os critérios propostos por Garcez e Sales (2021, 2022, 2023).

DISCUSSÃO

A análise das produções dos acadêmicos mais citados pela comunidade brasileira da Organização do Conhecimento, à luz da Escala de Decolonialidade (EDEOC), evidencia que grande parte das pesquisas no campo ainda se enquadra em uma *Decolonialidade Restrita*, marcada por um tensionamento crítico à colonialidade, mas sem ruptura epistemológica efetiva. A hegemonia de referências brancas e masculinas, sobretudo do norte global, nas produções analisadas revela uma persistente dependência de paradigmas eurocentrados mesmo em estudos que propõem certo enfrentamento à colonialidade. A constatação de que os pesquisadores mais citados pela comunidade de OC são majoritariamente homens brancos, e que, embora haja mulheres entre os principais referenciais, nenhuma mulher negra desponha nesse núcleo, aponta para a *reprodução das hierarquias coloniais de saber*, que seguem marginalizando vozes dissidentes, sobretudo as de mulheres negras.

Além disso, foi constatado que, mesmo quando os estudos abordam temáticas relacionadas a populações marginalizadas ou saberes do Sul Global, frequentemente recorrem a teorias, conceitos e metodologias oriundas do Norte como forma de validação. Isso reafirma o lugar subordinado das epistemologias do Sul e dificulta o avanço rumo a uma *Decolonialidade Crítica*, que implica descolonizar não apenas os objetos de estudo, mas

também os fundamentos epistêmicos, os métodos de pesquisa e os próprios critérios de validação científica.

A ausência de mulheres negras como referências centrais não é apenas um problema de representatividade, mas de *empobrecimento epistêmico*. Ao ignorar essas vozes, perde-se a oportunidade de acessar saberes que emergem de experiências historicamente silenciadas e que oferecem leituras complexas e potentes sobre as dinâmicas de poder, resistência e reconstrução dos saberes.

Ainda assim, há ensaios de ruptura. Alguns estudos, embora ainda ancorados em tradições eurocentradas, começam a abrir espaço para perspectivas interculturais, como propõe Natalia Duque Cardona (2019), sugerindo uma linguagem científica mais plural e sensível às memórias, oralidades e formas de escrita originárias e tradicionais. Esses movimentos apontam para uma zona de transição, em que o campo da OC pode, de fato, se mover da crítica retórica à crítica epistemológica, incorporando saberes que foram historicamente negados.

Portanto, para que a Organização do Conhecimento avance rumo a uma *Decolonialidade Crítica*, é fundamental romper com a lógica de “apropriação” de saberes do Sul via mediação do Norte, e investir no *reconhecimento, valorização e promoção das epistemologias originadas em Abya Yala*, com especial atenção às autorias negras, indígenas, femininas e subalternizadas. Só assim será possível construir um campo verdadeiramente decolonial, plural e comprometido com a justiça cognitiva.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Este capítulo enfatizou a análise crítica de parte da produção brasileira em Organização do Conhecimento (OC) sob a ótica da Escala de Decolonialidade (EDEOC). A pesquisa revela que a maioria das publicações analisadas apresenta um caráter decolonial restrito, o que evidencia uma crítica, por vezes,

retórica à colonialidade que não se traduz em uma ruptura epistemológica eficaz. O predomínio de referências eurocêntricas e a reprodução de hierarquias de poder epistemológico, especialmente a marginalização de vozes femininas e afrodiáspóricas, refletem a continuidade de estruturas coloniais no campo da Ciência da Informação.

Além disso, mesmo as abordagens que tentam incluir temáticas relacionadas a saberes do Sul frequentemente dependem de paradigmas teóricos e metodológicos oriundos do norte global, limitando a efetividade do movimento em direção a uma Decolonialidade Crítica. Esta requer não apenas o reconhecimento e a integração de epistemologias alternativas, mas também uma reconsideração dos critérios de validação científica, que historicamente têm favorecido uma narrativa hegemônica.

Portanto, a transição para uma Decolonialidade Crítica na OC implica em um compromisso com a representatividade de saberes que venham de experiências subalternizadas, especificamente aquelas de comunidades indígenas, negras e femininas. Conclui-se, assim, que, para que se realize uma verdadeira decolonização do conhecimento, é imperativo adotar uma postura proativa em relação à reestruturação da produção científica, que reconheça e valorize a diversidade epistêmica com vistas à justiça epistêmica e à promoção de uma ciência que reflita a pluralidade intelectual e reflexões críticas na sociedade contemporânea. Seguindo essa direção, a OC pode efetivamente contribuir para a emancipação intelectual de grupos historicamente colocados em espaços de marginalização e avançar em sua missão de representar fielmente a complexidade dos saberes e das experiências humanas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. C.; GUIMARÃES, J. A. C.; TENNIS, J. T. A concepção de epistemologia da organização do conhecimento. **Palabra Clave**, [s.l.],

v. 10, p. 1, 2021.

ALMEIDA, A. S. de; MIRANDA, M. L. C. A revitalização das matrizes do samba carioca e atualidade das teorias de conservação do século XIX. *In: Anais da IV Semana Nacional de Museus na Unifal-MG, Alfenas*, v. 1, p. 66-78, 2012.

BALLESTRIN, L. Entrevista. *In: GALLAS, L.; MACHADO, R. Para transcender a colonialidade. IHU Online*, São Leopoldo, v. 431, nov. 2013.

BAGATINI, J. A; MILANI, S. O; GUIMARÃES, J. A. C. Discriminação por dados: Uma análise a partir da literatura de Ciência da Informação. *Revista EDICIC*, [s.l.], v. 2, p. 1-9, 2022.

BAGATINI, J. A.; GUIMARÃES, J. A. C. Algorithmic discrimination and their ethical impacts on knowledge organization: a thematic domain-analysis. *Knowledge Organization*, Illinois, v. 50, p. 336-351, 2023.

BARITÉ, M. **Diccionario de Organización del Conocimiento:** Clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BARITÉ, M. Literary warrant. *Knowledge Organization*, [s.l.], v. 45, n. 6, p. 517 - 536, 2018.

BARITÉ, M. El aporte latinoamericano a la organización del conocimiento: aproximación desde un abordaje bibliométrico. Bibliotecas. *Anales de Investigación*, [s.l.], v. 18, n. 1, p.1 - 21, 2022.

BASTOS, D. R.; CAMPOS, M. L. A.; VASCONCELLOS, E. A pesquisa em crônicas jornalísticas: a análise da representação da informação. *Arquivo e Administração*, [s.l.], v. 7, p. 71-98, 2008.

CAFE, L.; BRASCHER, M. Organização do Conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. *Informação & Informação*, Londrina, v. 16, p. 25-21, 2011.

CAMPBELL, D. G.; GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; NASCIMENTO, F. A. The terminological polyhedron in LGBTQ terminology: self-naming as a power to empower in Knowledge Organization. *Knowledge Organization*, [s.l.], v. 44, p. 586-591, 2017.

CAMPOS, M. L. A. Perspectivas para o estudo da área de representação da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 224-227, 1995.

CAMPOS, M. L. A. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EdUff, 2001.

CAMPOS, M. L. A.; GOMES, H. E. Organização de Domínios do Conhecimento e os Princípios Ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, p. 150-163, jul./dez. 2003.

CAMPOS, M. L. A.; CAMPOS, L. M.; MEDEIROS, J. A Representação de Domínios de Conhecimento e uma Teoria de Representação: a ontologia de fundamentação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, p. 140, 2011.

CAMPOS, M. L. de A. **Curriculum Lattes**: Maria Luiza de Almeida Campos. Brasília: Plataforma Lattes, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9545682339961651>. em: 20 jan. 2024.

CARLAN, E.; BRASCHER, M. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 4, p. 53-73, 2011.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, D.; MIRANDA, M. L. C. de. A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, p. 154-182, 2019.

DUARTE, N. A.; BARBOSA, V. R. P. **O pós-trabalho de campo**: tratamento e gestão de dados. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2016.

DUQUE-CARDONA, N. **Entramado de voces**: tejiendo bibliotecas interculturales. Medellín, Colombia: Secretaría de Cultura Ciudadana. Alcaldía de Medellín - Fundación Taller de Letras, 2014.

DUQUE-CARDONA, N. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales. **FORUM: Revista Departamento de Ciéncia Política**, Bogotá, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15446/frdcp.n15.74673>.

DALMONTE, E. F.; PINHO, F. A.; OLIVEIRA, T. M.; SANTOS JUNIOR, M. A.; ARAUJO, R. F.; TEMER, A. C. R. P.; MARQUES, F. P. J.; BRUCK, M. S. Periódicos científicos na área Comunicação e Informação: consolidação do índice h e as questões éticas sobre sua utilização. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 30, p. e-136673, 2024.

FARÍAS, V.; AGUIRRE-LIGÜERA, N.; BARITÉ, M. El aporte latinoamericano a la investigación en organización del conocimiento: aproximación desde un abordaje bibliométrico. Bibliotecas. **Anales de investigación**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 1-21, 2022.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a Organização do Conhecimento: um olhar do periódico *Knowledge Organization* (2000-2020). **Tendências da pesquisa brasileira em Ciéncia da Informação**, [s.l.], v. 14, p. 1-21, 2021.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Interculturalidade crítica na BCI e na Organização do Conhecimento: dialética entre Catherine Walsh e Natalia Duque Cardona. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÉNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2022.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Combate às violências colonizadoras na organização do conhecimento: uma análise amparada pela escala de decolonialidade para estudos em organização do conhecimento (EDEOC). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÉNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...] Aracaju: UFES, 2023.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Epistemología de la documentación**. Barcelona: Stonberg, 2011.

GOMEZ, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra

descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntia, 2020. p. 223-246.

GOMES, H. E. **Currículo Lattes**: Hagar Espanha Gomes. Brasília: Plataforma Lattes, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9943296027300097>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O.; PINHO, F. A. Aspectos éticos em organização e representação do conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibl**, Florianópolis, v. 25, p. 124-135, 2008.

GUIMARÃES, J.A.C.; FERREIRA, G. M. Análise da presença e articulação teórica da Catalogação de Assunto na literatura científica da International Society for Knowledge Organization ISKO: uma análise de domínio. **Revista EDICIC**, [s.l.], v. 1, p. 188-207, 2011.

GUIMARÃES, J.A.C.; GRACIO, M. C. C.; SALES, R. A dimensão interdisciplinar da análise documental nos contextos brasileiro e espanhol no âmbito da organização do conhecimento.

Datagramazero, Rio de Janeiro, v. 13, Artigo 07, 2012.

GUIMARÃES, J.A.C.; PINHO, F. A.; FERREIRA, G. M. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental: uma análise de domínio da revista Scire (1995-2010). **Scire**, Zaragoza, v. 18, p. 33-43, 2012.

GUIMARÃES, J.A.C.; SANTOS, A. Y.; CANDIDO, G. G.; PINHO, F. A. A dimensão temática da pesquisa em organização do conhecimento: uma análise de domínio dos congressos nacionais e regionais da ISKO (Brasil, Espanha e América do Norte). **Scire**, Zaragoza, v. 20, p. 19-25, 2014.

GUIMARÃES, J. A. C.; MILANI, S. O; EVANGELISTA, I. V. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibl**, Florianópolis, v. 20, p. 19-32, 2015.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. L. L. M. **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília: FUNDEPE, 2015. 809 p.

GUIMARÃES, J. A. C.; NASCIMENTO, F. A.; PINHO, F. A. The metaphorical dimension of LGBTQ information: challenges for its subject representation. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, p. 49-57, 2017.

GUIMARÃES, J. A. C. Os rankings universitários como sistemas de organização do conhecimento: considerações teóricas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 30, p. 1-23, 2020.

GUIMARÃES, J.A.C. O documento como contexto: repensando a materialidade de um conteúdo e seus impactos na organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 52, p. 30-37, 2023.

GUIMARÃES, J. A. C. **Currículo Lattes**: José Augusto Chaves Guimarães. Brasília: Plataforma Lattes, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/638092905465206> Acesso em: 20 jan. 2024.

JATENE, C. V.; KOBASHI, N. Y.; CRIVELENTE, M. R. Emergência de lugares de memória: tipologia, disputas e ressignificação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 14, p. 1-24, 2021.

JATENE, C. V.; CRIVELENTE, M. R.; KOBASHI, N. Y. Lugares de memória das ditaduras civil-militares latino-americanas e as disputas pelo patrimônio. **Mediações: Revista De Ciências Sociais**, [s.l.], v. 28, p. 1-24, 2023.

JATENE, C. V.; KOBASHI, N. Y. Dispositivos de Informação nas lutas pela memória das ditaduras. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 16, p. 1-23-23, 2023.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 163 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

KOBASHI, N. Y. Análise Documentária e representação da informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, p. 5-27, 1996.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 1-10, 2007.

- KOBASHI, N. Y.; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **Transinformação**, [s.l.], v. 18, p. 27-36, 2006.
- KOBASHI, N. Y. **Curriculum Lattes**: Nair Yumiko Kobashi. Brasília: Plataforma Lattes, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7888755937461651>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LARA, M. L. G de. **Curriculum Lattes**: Marilda Lopes Ginez de Lara. Brasília: Plataforma Lattes, 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6050796477124925>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- LÜCK, E. H.; MILANI, S. O.; PRUDENCIO, D. S. Curso de Biblioteconomia na Modalidade à Distância: Cooperação e práticas entre universidades federais. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, [s.l.], v. 16, p. 1-25, 2023.
- LINDEN, L. L.; BRÄSCHER, M. O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, p. 96-124, 2018.
- LINDEN, L. L.; BRÄSCHER, M. Diagnóstico arquivístico: uma proposição metodológica a partir de instrumentos normativos de descrição arquivística. **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, p. 335-364, 2019.
- MEDEIROS, M. B. B. **Curriculum Lattes**: Marisa Brascher Basilio Medeiros. Brasília: CNPQ, 2020. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8951909489273046>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- MIRANDA, M. L. C. de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UFBA, 2007.
- MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento:a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, [s.l.], v. 1, p. 74-92, 2009.

MIRANDA, M. L.; OLIVEIRA, J. X.; PARANHOS, J. P. B.; PAES, M. S. A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento) CDD, CDU e LCSH). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: ANCIB, 2011.

MIRANDA, M. L. C. A Organização do Conhecimento e a filosofia do pluralismo religioso no contexto das religiões de matrizes africanas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: UFSC, 2019.

MIRANDA, M. L. C de; SILVA, F. G. da. Religião e cultura periféricas: a representação do islamismo na Classificação Decimal De Dewey.

Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, p. 86-120, 2019.

MIRANDA, M. L. C. **Currículo Lattes:** Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda. Brasília: CNPQ, 2024. Disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/8713013619609185>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MILANI, S. O. et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. *In: Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento:* actas del congreso. València: Universitat Politècnica de València, 2009. p. 180-190.

MILANI, S. O; TOGNOLI, N. B; MORAES, M. B. Estudos sobre Responsabilidade Social, Justiça Social e Ética em Arquivos e Bibliotecas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 16, p. 1-24, 2023.

MILANI, S. O; GUIMARÃES, J. A. C. Problemas relacionados a biases em sistemas de organização do conhecimento: Perspectivas para a representação de assunto. **IRIS - Informação, Memória e Tecnologia**, [s.l.], v. 3, p. 72-92, 2017.

MILANI, S. O.; SOUSA, B. P. Pseudônimos de autoras, aspectos contingenciais e o seu protagonismo social: FRAD, FRSAD e a representação temática em catálogos online. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 329-345, 2018.

MILANI, S. O. Uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 22, p. 29-53, 2017.

MILANI, S. O. **Curriculum Lattes**: Suellen Oliveira Milani. Brasília: Plataforma Lattes, 2024. Disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/2821128318835622>. Acesso em: 20 jan. 2024.

NASCIMENTO, F. A.; MASSONI, L. F. H.; SHIRAKAVA, R. S.; PINHO, F. A.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D. Autonomeação e autoclassificação das homossexualidades masculinas e sexualidades alternativas no Brasil. **Investigacion Bibliotecologica**, Medellín, v. 34, p. 151-168, 2020.

NOGUEIRA, D. L.; SILVEIRA, M. A. A.; PINHO, F. A. A temática LGBTQIAP+ na coleção de teses e dissertações da Universidade Federal de Pernambuco. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 9, p. 164-197, 2023.

OLIVEIRA, W. C.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento como espaço de articulação de comunidades discursivas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 28, p. 1-20, 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

PATIN, B.; SEBASTIAN, M. Ep-i-what? Using The Force to Understand Epistemicide. **Information Matters**, [s.l.], v. 1, n. 11, [s.p.], 2021.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010.149 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. The Male Homosexuality in Brazilian Indexing Languages: some ethical questions. **Knowledge Organization**, Illinois, v. 39, p. 363-369, 2012.

PINHO, F. A. **Dispositivos culturais e espaços de memória**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. v. 1. 70p.

PINHO, F. A. Metafiltro para controle terminológico de metáforas no domínio da homossexualidade masculina. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, p. 120-133, 2014.

PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A. História, memória e esquecimento no cinema brasileiro: a contribuição da organização da informação na reconstrução da imagem social do personagem homossexual.

Logeion: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, p. 42-63, 2016.

PINHO, F. A.; MILANI, S. O. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. **Logeion:** Filosofia da Informação, [s.l.], v. 6, p. 84-103, 2020.

PINHO, F. A. **Curriculum Lattes:** Fabio Assis Pinho. Brasília: CNPQ, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4220711855480007>. Acesso em: 10 jun. 2024.

PINHO, F. A.; ORRICO, E. O uso de mapas mentais em termos fronteiriços de gênero e sexualidade e seu reflexo na memória social. **P2P & Inovação**, [s.l.], v. 10, p. e-7048, 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESSES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em:
<http://www.mel.unir.br/uploads/56565656/noticias/quijano-anibal%20colonialidade%20do%20poder%20e%20classificacao%20social.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SALDANHA, G. S. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 300-315, 2010.

SALDANHA, G. S. Entre a Retórica e a Filologia: do pragmatismo ao humanismo na epistemologia da Ciência da Informação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [s.l.], v. 2, p. 47-67, 2011.

SALDANHA, G. S.; SOUZA, R. F. Teoria barroca da organização do conhecimento: Emanuele Tesauro e o espelho turvo das tensões entre epistemologia, metodologia e sociedade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, p. 11-32, 2017.

SALDANHA, G. Democracy documentária e a teoria da não-conceitualidade: filosofia e práxis. **Informação & Sociedade**, Londrina, v. 30, n. 4, p. 1-20, out/dez, 2020.

SALDANHA, G. S. **Curriculum Lattes**: Gustavo Silva Saldanha. Brasília: CNPQ, 2024. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6143079905555041> Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, [s.l.], v. 78, p. 71-94, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. In: DUQUE CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. (Org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

SILVA, F. C. G.; SALDANHA, G. S. Biblioteconomia negra brasileira: caminhos, lutas e transformação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 12, p. 1-24, 2019.

SCHVEITZER, V. A.; SILVA, E. C. L.; BRÄSCHER, M. Representação/Descrição de acervo fotográfico: um panorama de instituições arquivísticas catarinenses. **Informação & Informação** (Online), v. 25, p. 509-534, 2020.

VALLE, F.; MENEZES, V. S.; SALDANHA, G. S. Os afetos nos artefatos da razão: caminhos críticos da verdade no Antropoceno. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 1-17, 2022.

VITAL, L. P.; BRASCHER, M. Descrição Arquivística: uma discussão conceitual. **Informação & Informação**, Londrina, v. 21, p. 213-229, 2016.

VITAL, L. P.; BRASCHER, M. Classificação e descrição arquivística como atividades de organização e representação da informação e do conhecimento. **Brazilian Journal Of Information Science**, [s.l.], v. 11, p. 40-46, 2017.

VITAL, L. P.; BRÄSCHER, M. Modelo FRSAD como base para a representação temática na descrição arquivística. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 28, p. 271-283, 2018.

WEISS, L. C.; BRASCHER, M. Relações semânticas em tesouros: contribuições da abordagem pragmática. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s.l.], v. 7, p. 136-155, 2016.

WALSH, C. **Pedagogías Decoloniales**: Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Quito, Equador: Editora Abya Yala, 2017. (Serie Pensamiento Decolonial).



CAPÍTULO 2

PREMISSAS DECOLONIAIS, TRANSCULTURAIS E DESCLASSIFICATÓRIAS PARA ORGANIZAR O CONHECIMENTO, AS MEMÓRIAS E OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+

Luís Fernando Vanin

“[...] Onde queres um lar, revolução! [...]”

O quereres - Caetano Veloso

A organização do conhecimento e a preservação das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ enfrentam desafios significativos que refletem tanto a complexidade das experiências dessas comunidades quanto as barreiras impostas por sistemas hegemônicos de organização do conhecimento.

Tradicionalmente, as práticas de organização do conhecimento têm se apoiado em categorias rígidas e normativas, frequentemente marginalizando ou invisibilizando saberes que não se alinham às epistemologias dominantes. Nesse contexto, a adoção de premissas decoloniais, transculturais e desclassificatórias emerge como uma necessidade urgente para transformar a maneira como o conhecimento e a memória são sistematizados e transmitidos.

A perspectiva decolonial questiona as bases coloniais do pensamento ocidental, propondo uma reavaliação crítica das hierarquias e exclusões que permeiam as práticas de organização do conhecimento. No caso das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, essas práticas frequentemente refletem uma colonialidade do saber que perpetua a exclusão e a marginalização das experiências de gêneros e sexualidades dissidentes. Descolonizar a organização do conhecimento implica reconhecer e valorizar as epistemologias oriundas das margens, oferecendo visibilidade e legitimidade às narrativas LGBTQIAPN+ que foram historicamente silenciadas.

Complementarmente, as abordagens transculturais propõem um olhar que transcende as fronteiras culturais e geográficas, reconhecendo a interconexão e o diálogo entre diferentes culturas e saberes. Na organização das memórias LGBTQIAPN+, essa perspectiva é essencial para capturar a diversidade e a fluidez das identidades e experiências, que muitas vezes se expressam de maneiras que desafiam as categorias tradicionais. A transculturalidade permite a criação de sistemas de organização mais inclusivos, que refletem a complexidade das interações culturais e das vivências LGBTQIAPN+ em contextos globais e locais.

A teoria da desclassificação, conforme proposta por García Gutiérrez (2007; 2008; 2011; 2018), oferece um marco teórico inovador para reimaginar a organização do conhecimento a partir de uma postura crítica à classificação excessiva e à

normatividade. No contexto LGBTQIAPN+, a desclassificação se apresenta como uma estratégia para subverter as categorias rígidas que frequentemente aprisionam as identidades e experiências dentro de moldes predeterminados. Ao promover uma flexibilização das categorias e uma valorização da pluralidade, a desclassificação contribui para a criação de sistemas mais justos e representativos.

Nesse sentido, a aplicação de premissas decoloniais, transculturais e desclassificatórias na organização do conhecimento e na preservação das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ não apenas desafia as estruturas tradicionais, mas também promove uma transformação epistemológica que é fundamental para a justiça social. Ao incorporar essas premissas, busca-se não apenas dar visibilidade às vozes e narrativas LGBTQIAPN+, mas também criar um espaço de resistência e re-existência que questiona e reconfigura as práticas de exclusão.

Por fim, pretende-se aqui, delinear algumas premissas decoloniais, transculturais e desclassificatórias para organizar o conhecimento, as memórias e os patrimônios culturais LGBTQIAPN+. Assim ao articular essas abordagens, este artigo visa contribuir para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e equitativas na organização do conhecimento e na preservação das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+. A proposta é que essas premissas possam servir como um guia para profissionais e pesquisadores que desejam engajar-se em uma prática crítica e transformadora, alinhada com os princípios de justiça social e epistemológica.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA QUÊ E PARA QUEM?

A Ciência da Informação (CI), área dedicada a investigar as propriedades e o comportamento da informação, os fluxos informacionais, os mecanismos para processá-la e otimizar a

comunicação, a acessibilidade e o uso da informação, como afirmam (Belkin; Robertson, 1976; Borko, 1968), é necessariamente multidisciplinar e participa ativamente da transformação da sociedade contemporânea na chamada sociedade da informação. Isso justificado pela forte dimensão social e humana que permeia os alicerces basilares da área (Saracevic, 1996).

Estudos como o de Capurro (2003) buscam compreender a abrangência do campo da Ciência da Informação através de paradigmas epistemológicos, entendidos como estudo dos processos cognitivos, e a hermenêutica, a partir da compreensão do papel do indivíduo como intérprete da informação, permeado pelo contexto histórico e social. O autor identifica três paradigmas da informação que alicerçam o campo da CI. O primeiro deles, o paradigma físico, teve como marco a Teoria Matemática da Comunicação de Claude Shannon e Warren Weaver (1949), compreendido como um fenômeno objetivo, independente dos sujeitos e dos contextos. O segundo paradigma, surge em contraponto ao primeiro, nas teorias desenvolvidas por Brookes (1977), ao qual Capurro (2003) denomina como paradigma cognitivo, visto que neste paradigma a informação é considerada “ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano.” (Capurro, 2003, p. 9). Assim, no terceiro paradigma, Capurro (2003) percebe a necessidade de se repensar a compreensão dos processos informacionais, ampliando os olhares para a natureza social e coletiva da informação, considerando o seu dinamismo em um determinado contexto social e a subjetividade inerente aos atores sociais.

Por sua vez, Duque Cardona (2020) identifica, através do aprofundamento nos estudos dos paradigmas de Capurro, que estes partem de um marco analítico eurocentrado, refletindo a

realidade de determinado substrato social. Assim, a partir do questionamento “Para quê e para quem é a CI?”, a autora colombiana sugere ser necessária uma revolução científica dos paradigmas da informação, tendo como marco analítico a decolonialidade, a interculturalidade, os fundamentos de estudos culturais e as epistemologias do sul global, com o intuito de que *“la producción y transferencia de la información no responda exclusivamente a la lógica de reproducción de un conocimiento científico, sino que involucre el conocimiento local, situado, contextualizado y en consonancia con la historia y memoria latino-americana”* (Duque Cardona, 2020, p. 65). Em última análise, o que a autora propõe é uma alternativa para o desenvolvimento da área da Ciência da informação, buscando transpor as barreiras coloniais, opressoras e dominantes que circundam as bases teóricas e epistemológicas da CI.

De modo a superar as perspectivas positivistas e estruturalistas, a noção de informação como um substrato interativo a partir do processo de contextualizar e/ou recontextualizar é, sobretudo, uma responsabilidade social dos cientistas da informação na busca pela promoção do desenvolvimento dos indivíduos e consequentemente dos grupos sociais.

HORIZONTES DECOLONIAIS

A colonialidade e a decolonialidade são conceitos fundamentais para compreender a dinâmica do poder e do conhecimento em nossas sociedades (Quijano, 2000). A colonialidade é um fenômeno global que se pauta em classificações raciais e étnicas impostas à população global. Essa influência abrange tanto o aspecto material como o subjetivo da existência social cotidiana.

A colonialidade do poder se baseia na ideia de raça e no racismo como princípios organizadores que sustentam todas as

hierarquias no sistema-mundo, justificando a dominação eurocêntrica sobre outras culturas (Grosfoguel, 2009). Esse discurso eurocêntrico legitima a opressão e rotula as populações colonizadas como “bárbaras” ou “primitivas”, a fim de justificar seus sofrimentos em nome do desenvolvimento europeu. Desta forma, Santos (2007) contribui inferindo sobre colonialidade do saber, que

Portanto, excluiu outros saberes e outras formas de interpretar o mundo, desautorizando epistemologias da periferia do ocidente. Tal colonialidade do saber é representada na geopolítica do conhecimento, a partir da qual a razão, a verdade e a ciência são atributos possíveis nas – e das – metrópoles, cabendo aos territórios (ex) coloniais e seus sujeitos o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (Santos, 2007, p. 72).

A colonialidade vai além das relações formais de exploração e dominação colonial, ao impactar nas relações sociais intersubjetivas. Essa prática é sustentada pela ciência moderna/colonial e pelo eurocentrismo, marginalizando outras formas de conhecimento e visões de mundo (Quijano, 2014). Como afirmam Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2019, p. 9), a

Colonização no âmbito do saber é produto de um longo processo de colonialidade que continuou reproduzindo as lógicas econômicas, políticas, cognitivas, da existência, da relação com a natureza que foram forjadas no período colonial.

Por outro lado, a decolonialidade busca resistir às lógicas da modernidade/colonialidade e promover o desligamento e desengajamento subjetivo, epistêmico, econômico e político em relação ao projeto de dominação ocidental (Pinto; Mignolo,

2016). Busca-se reconhecer outras experiências políticas, vivências culturais, alternativas econômicas e produção de conhecimento suprimidas pelo eurocentrismo e liberalismo (Ballestrin, 2013).

Os estudos decoloniais também enfocam na descolonização do saber, buscando incluir de forma crítica e igualitária os conhecimentos subalternizados e não-ocidentais (Ocaña; López; Conedo, 2018). Enfatizam o diálogo de saberes e o reconhecimento das diferentes perspectivas coloniais e enfrentamentos das populações subordinadas (Mignolo, 2010).

A decolonialidade é um projeto de enfrentamento e construção de um novo espaço epistemológico, que promove igualdade, criticidade e respeito à diversidade cultural (Ballestrin, 2013; Aguiar, 2016; Ocaña; López; Conedo, 2018; Segato, 2018; Taylor, 2013). Essa abordagem é crucial para a desconstrução das estruturas de poder coloniais, dando voz (ou abrindo a escuta) aos povos historicamente subalternizados e promovendo a coexistência de diferentes perspectivas culturais e epistemológicas. Assim, a construção de uma abordagem que abarque a diversidade cultural e a pluralidade de existências passa pelo diálogo de saberes (Duque-Cardona, 2020). Somente assim poderemos caminhar em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

No âmbito da Ciência da Informação e da organização do conhecimento, é possível perceber influências da colonialidade. Isso se manifesta na prática científica que pretende ser universal e objetiva, mas que, na verdade, reflete os valores eurocêntricos e patriarcais (Quijano, 2014).

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: ALGUNS CONCEITOS, PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS

O campo da organização do conhecimento (OC), inserida na área da CI, se dedica, conforme Esteban Navarro e García

Marco (1995), ao desenvolvimento de fundamentos e técnicas de seleção, organização, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos que transmitem saberes e informações, capazes de gerar novos conhecimentos. Bräscher e Café (2010, p. 93) afirmam que a organização do conhecimento, é o processo de “construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade”. Seu produto, a representação de conhecimento, define-se como uma “estrutura conceitual que representa modelos de mundo”, que permite descrições e explicações de fenômenos da realidade.

Questionando as estruturas conceituais e epistemológicas do campo da organização do conhecimento, Sales (2021, p. 20) parte das discussões de Olson (2001) e de García Gutiérrez (2007, 2018) para refletir sobre “os impasses causados pela hegemonia do pensamento ocidental, pautado quase que exclusivamente na relação dicotômica e no binômio diferenças-semelhanças, responsáveis pela construção de sistemas classificatórios demasiadamente rígidos e deterministas”. Nesse sentido, o autor chama a atenção que “nas sociedades coexistentes ao século XXI, o que se relacionam não são mais apenas designações verbais e suas cargas conceituais, mas sim uma pluralidade de signos pertencentes às mais diversas manifestações semióticas” (Sales, 2021, p. 14). Na ótica desse autor, é necessário municiar o campo da organização do conhecimento de aspectos éticos e de responsabilidade social, procurando promover a democracia, a justiça e a inclusão social. Para tal, é imperativo assumir uma postura crítica em relação às ferramentas já existentes e consolidadas na área, dado que estas são dispositivos de poder que muitas vezes reproduzem e legitimam discursividades hegemônicas e homogeneizantes.

Para construir uma organização do conhecimento que quebre com essa colonialidade epistêmica, é fundamental adotar perspectivas decoloniais na produção de conhecimentos da América Latina e do Caribe. Isso envolve discutir opressões,

sub-representações e relações de poder contra populações marginalizadas, reconhecer conhecimentos produzidos por populações do norte global (que estejam à margem de suas sociedades), bem como propiciar a reflexão crítica à colonialidade e propor, assim, a decolonialidade como alternativa de enfrentamento (Garcez; Sales, 2021).

Esse esforço pode possibilitar a construção de uma epistemologia própria, capaz de lidar com os problemas socioculturais impostos pela realidade local, contribuindo para um movimento descolonizador. Dentre as perspectivas críticas decoloniais na organização do conhecimento, destaca-se a desclassificação como uma provocação à ideia de classificação (García Gutiérrez, 2011).

Essa desclassificação e desnaturalização dos sistemas de classificação são fundamentais para enfrentar as lógicas colonizadoras que perpetuam violências epistêmicas e injustiças sociais. É essencial tornar visíveis esses sistemas e hierarquias para combater suas influências na organização do conhecimento (Adler, 2016).

Em meio a esse contexto, é importante compreender a informação como um artefato material e simbólico de produção de significados, inserido em um fenômeno que envolve conhecimento e cultura. Essa dimensão social e cultural da informação precisa ser considerada criticamente, levando em conta as diversas perspectivas políticas, econômicas, históricas e culturais dos sujeitos que as produzem, disseminam e se apropriam delas.

Assim, a busca pela decolonialidade na organização do conhecimento é crucial para desafiar a colonialidade epistêmica e enfrentar as violências e injustiças resultantes de sistemas classificatórios e dispositivos de poder. Adotar uma postura decolonial significa reconhecer e valorizar os conhecimentos das populações marginalizadas, proporcionando uma organização do conhecimento verdadeiramente inclusiva e reflexiva, capaz de

romper com estruturas de dominação e construir perspectivas contra-hegemônicas de produção de saberes.

Nesta lógica, o pesquisador espanhol Antonio García Gutiérrez busca apresentar uma outra perspectiva para se pensar a organização do conhecimento, examinando os horizontes epistemológicos e o próprio processo humano de organização do conhecimento. Via de regra, essa organização se faz a partir de categorias preestabelecidas por uma determinada cultura hegemônica e totalizante, partindo de uma lógica essencialista e hierarquizante, sem compreender a violência e o lugar hegemônico de onde partem suas propostas (García Gutiérrez, 2008).

Assim, ao conjecturar as reflexões de García Gutiérrez com as percepções de Duque Cardona (2020), Sales (2021) e Garcez e Sales (2021), sobre uma nova maneira de se pensar a transcultura ou a interculturalidade a partir dos estudos da CI e da OC, faz-se necessária uma reflexão a partir de epistemologias críticas, descentralizadas, decoloniais, antirracistas, feministas, LGBTQIAPN+, entre outras que proporcionem aos sujeitos, às comunidades, aos discursos, aos conhecimentos e às memórias subalternizadas a garantia de representatividade que possa superar as condições pré-estabelecidas de hierarquia e universalidade. Condições estas que, em maior ou menor grau, condicionam a dominação à opressão e o apagamento/silenciamento de outras vozes que necessitam ocupar o protagonismo e emancipar os saberes e fazeres locais, regionais e descentralizados.

Assim, a teoria da desclassificação proposta por García Gutiérrez é uma

incursão sobre as possibilidades do pluralismo lógico e da paraconsciência na construção dos conhecimentos e memórias, em que chega a reabilitar a contradição como recurso próprio para a garantia do dissenso nas redes de conhecimento e memória (Sodré, 2008, p. 8).

Definida pelo autor,

A desclassificação envolve basicamente a introdução do pluralismo na lógica central da classificação. É uma operação metacognitiva e não automática que, em cada ação do classificador, requer uma consciência completa da incompletude, do preconceito e da subjetividade explícita. Com a tecnologia atual, é possível elaborar procedimentos e sistemas de classificação baseados na desclassificação. Mas tais técnicas e ferramentas também terão de passar por uma revolução epistemológica em todos os seus protocolos e estratos (García Gutiérrez, 2011, p. 10, tradução nossa)

CULTURAS, MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS CULTURAIS LGBTQIAPN+

Ao aprofundar a construção deste estudo, percebemos que os campos que transitam entre as memórias, as culturas e os patrimônios são dedicados a construir sólidos referenciais para estabelecer o presente e projetar o futuro, buscando encontrar valores e renovar a história e a memória social, conjecturando os fatos sociais, políticos, culturais, econômicos não apenas na perspectiva da lembrança, mas, sobretudo numa perspectiva memorialística e histórica.

Assim, segundo Silva (2019, p. 157), “pode-se entender que a matéria-prima da memória se extrai da experiência tida pelas pessoas, das observações feitas, das informações adquiridas por meio de variadas fontes, dos aprendizados e trocas de experiências coletivas”. No que lhe concerne, o patrimônio, como dimensão política e social da memória, não inclui apenas as heranças, mas é também constituído pelos bens culturais materiais e imateriais que proporcionam ao indivíduo e aos grupos sociais no presente a manutenção das identidades, culturas e representações de seu passado.

Cultura é uma das bases formadoras da sociedade, sendo a informação um elemento dinamizador dos laços e relações sociais. Milanesi (1997, p. 127) afirma que “a informação é a linha e a cultura é o tecido”, e, ao estabelecer ligações entre estes dois conceitos na área da Ciência da Informação, é possível conceber um teir informacional justamente no entrelace que forma as variadas culturas. Ricoeur (2007) contribui para esta visão ao afirmar que a informação é responsável pela construção de “artefatos simbólicos” de um coletivo, evocando a memória destes que estabelecem as práticas culturais.

Em vista disso, a Ciência da Informação (CI), como área multidisciplinar dedicada a investigar e promover as propriedades, fluxos e transformações da informação, pode promover um profícuo diálogo com a sociedade, que segundo Azevedo Netto (2004), não apenas produz, mas também consome informação e seus bens culturais. Isso se dá porque a informação recolhida, processada e decodificada representa as memórias do passado no presente, com a expectativa de que sejam transmitidas para as gerações futuras, sendo difundidas na sociedade por meio do patrimônio, tanto material quanto imaterial. Desta forma, a CI e a OC precisam da participação efetiva dos seus agentes para preservar, através das ações como registrar os fatos, conservar os monumentos, organizar os registros e promover a mediação da informação e da cultura pertinentes à memória social individual e coletiva dos variados grupos sociais.

Múltiplas são as culturas e comunidades existentes em uma sociedade. Nosso foco está direcionado às comunidades de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos, Assexuais, Agêneros, Aliados, Pansexuais, Polissexuais, pessoas Não-Bináries e demais identidades e vivências sexuais e de gênero. Neste estudo, essas

comunidades estão representadas pela sigla LGBTQIAPN+³. Embasados na luta por direitos, na construção de políticas públicas para equalizar a existência, a (re)existência e a ressignificação dos corpos, esses grupos sociais buscam romper com culturas patriarcais, autoritárias e excludentes e passam a produzir seus próprios símbolos e significados culturais. Todavia, como destacado por Baptista (2017, p. 133), “é notório que a ausência de marcos legais interessados na população LGBT culminou não só na perseguição e violência (física e/ou verbal) mas também de exclusão social e cultural”, o que nos leva a questionar os modelos de culturas preserváveis, bem como as políticas públicas acerca desta área, sendo excludentes e elinizadas, invisibilizando as diversidades culturais e cerceando as percepções das transformações históricas.

Os aspectos que atualmente dão contornos às referidas culturas LGBTQIAPN+ surgiram a partir dos movimentos de resistência e contracultura que emergiram em meados do século XX, os quais protagonizaram a afirmação desta comunidade nos campos político e social, colocando-os como personalidades na luta por direitos e na articulação destas culturas.

³ A sigla utilizada para representar a comunidade LGBTQIAPN+ em políticas públicas e na comunicação perpassa por um amplo campo de discussões entre academia, movimentos sociais e senso comum. A historicidade desta sigla é representativa e faz parte da memória e da cultura LGBTQIAPN+, uma vez que as definições de representatividade desta sigla entrelaçam o campo das disputas, firmando-se como luta política desta comunidade. Isso é possível de ser observado a partir da sua evolução e representação das siglas (Homossexuais, GLS, GLBT, LGBT, etc.). Entendendo o sistema sexo-gênero como um campo de estudos dinâmico e fluido é possível identificar transformações de identidades múltiplas e infinitas, partindo de um espectro social dinamizado pelas interações sociais. Assim, entendendo a dinamicidade da sigla e das representações desta comunidade, optamos pela utilização da sigla LGBTQIAPN+ para construir este escrito, porém, sem esquecer que as afetações que surgirão através do processo de pesquisa também poderão influenciar na escolha da sigla que se apresentará no resultado deste trabalho científico.

As discussões pertinentes aos patrimônios culturais LGBTQIAPN+ servem para enfatizar as manifestações socioculturais produzidas e/ou relacionadas às comunidades LGBTQIAPN+, questionando a heteronormatividade⁴ e recuperando as memórias que animam as referências culturais de um grupo historicamente marginalizado e apagado das representações patrimoniais brasileiras.

Assim, Quiroz e Souza (2021), abraçados às perspectivas de Taylor (2019) e Julião (2006), evidenciam que a significância do patrimônio vai além das evidências históricas e memórias da comunidade, pois perpassa, sobretudo, pela representatividade plural de culturas patrimoniáveis, buscando diminuir a desigualdade e os apagamentos da comunidade LGBTQIAPN+ perante o campo da cultura, memória e patrimônio. Silva e Barros (2019) corroboram ao afirmarem que o patrimônio, como categoria jurídica de gestão pública do espaço e memória social, evidencia as identidades como constituintes e mobilizadas, elevando a constituição de sujeitos sociais como representantes e identificados com estes patrimônios culturais LGBTQIAPN+.

Desta forma, Diego Barbosa da Silva (2018) e Marcos Aurélio da Silva (2017) situam as expressões culturais da comunidade LGBTQIAPN+ ao citar as territorialidades, os festejos, as artes, a linguagem e as performances, constituindo-se o lócus de trocas simbólicas e representações de pertencimento dos indivíduos e do coletivo de forma não

⁴ A partir das sexualidades, vistas como produções subjetivas complexas e contraditórias, o fenômeno da heteronormatividade pode emergir como sentidos subjetivos configurados em uma lógica baseada em discursos hegemônicos que determinam uma única forma de vivenciar a sexualidade. Junqueira (2007) menciona os fortes vínculos da heteronormatividade com outros fenômenos normativos, tais como racismo, sexism, misoginia, a xenofobia, o classicismo etc., contribuindo na “[...] construção, legitimação e hierarquização de corpos, identidades, expressões, comportamentos, estilo de vida e relações de poder” (Junqueira, 2007, p. 10).

homogênea. Os autores o fazem priorizando as interseccionalidades e subjetividades, procurando respeitar as variações e os regionalismos, na tentativa de ampliar e garantir a pluralidade das culturas LGBTQIAPN+ passíveis de resgates históricos (memórias e patrimônios), afirmando os sujeitos LGBTQIAPN+ como grupo social atuante e constituinte da nação brasileira.

O avanço na preservação de culturas, memórias e patrimônios de minorias sociais apagadas e/ou silenciadas parte do presente ao passado buscando potencializar as vozes dos esquecidos da história. Assim, tomamos o patrimônio como base de identidades reconstruídas através das memórias e culturas, permeadas pelos marcadores sociais da diferença em detrimento de culturas e memórias homogeneizantes e opressoras. Neste horizonte, a organização do conhecimento também desempenha papel fundamental nas construções de novos rumos para esta arena.

CAMINHOS PERCORRIDOS PARA CHEGAR ATÉ AQUI

Para alcançar nosso propósito, adotamos uma abordagem metodológica exploratória e qualitativa. Esta metodologia baseia-se na revisão narrativa da literatura, que consiste na análise de revistas, livros e artigos, priorizando uma interpretação contextual e narrativa. Reconhecemos que essa abordagem é subjetiva, podendo variar de acordo com as vivências e experiências das pessoas autoras da pesquisa, porém proporciona uma visão abrangente e contextualizada do tema, estabelecendo uma base sólida para a construção do conhecimento (Souza et al., 2016).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas escolhidas por sua capacidade de explorar profundamente as perspectivas individuais e compreender as realidades sociais, seguindo critérios metodológicos, éticos e políticos. As

entrevistas foram pré-estruturadas e realizadas virtualmente com personalidades sociais da comunidade LGBTQIAPN+ de Florianópolis, com consentimento documentado dos participantes. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Santa Catarina, no dia 05 de outubro de 2023, sob o parecer: 6.389.503.

A técnica de entrevista é justificada por suas qualidades epistemológicas, éticas e metodológicas. Epistemologicamente, permite uma compreensão aprofundada das condutas sociais; eticamente, ajuda a entender dilemas e questões internas dos indivíduos; metodologicamente, fornece informações detalhadas sobre realidades sociais (Vanin, 2024). As entrevistas foram conduzidas seguindo orientações que garantem clareza, relevância e compreensão das perguntas. Preparações como a escolha do local e do momento adequado, a neutralização dos instrumentos de coleta e a demonstração de empatia foram fundamentais para criar um ambiente de confiança entre pesquisador e interlocutor, permitindo a obtenção de dados significativos.

Para análise dos dados, foi adotada a cartografia social complementada pela cartografia de sentimentos de Rolnik (1987; 2016), que mapeia movimentos, relações de poder e práticas de resistência e liberdade. Esta abordagem permite uma análise detalhada das interações sociais, subjetividades e dinâmicas de poder nas vivências LGBTQIAPN+ em Florianópolis. A cartografia de sentimentos destaca a importância de validar as vozes dos sujeitos e entender suas experiências emocionais, revelando as conexões entre subjetividade e realidade social. Com essas metodologias, busca-se não apenas construir conhecimento, mas também valorizar as experiências e promover a justiça social dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Além disso, nossa metodologia está orientada para a decolonialidade, buscando promover uma reflexão crítica sobre

os métodos e teorias utilizados. Reconhecemos a importância de afastar-nos de discursos hegemônicos, coloniais e opressores, refletindo esse compromisso em nossa escolha metodológica. Por meio da aplicação crítica de métodos qualitativos e exploratórios, visamos valorizar perspectivas subalternizadas, contribuindo para a construção de um conhecimento mais inclusivo, diversificado e emancipatório (Ribeiro, 2014; Mattos, 2015).

PREMISSAS DECOLONIAIS, TRANSCULTURAIS E DESCLASSIFICATÓRIAS

No processo de organizar as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, adotamos a perspectiva desclassificatória como ferramenta essencial para alcançar uma nova prática epistemológica, integrativa e emancipadora. Essa abordagem visa dar voz (ou abrir a escuta) aos sujeitos marginalizados, subalternizados, excluídos e abjetificados pela norma dominante, a fim de reconhecer a importância da desclassificação como uma consciência do inconsciente e da dinâmica social e cultural (Vanin, 2024). Em primeiro lugar, devemos cultivar um ambiente que propicie a escuta de todas as vozes. Cada experiência é valiosa e contribui para a riqueza do patrimônio cultural LGBTQIAPN+, portanto, nenhum grito deve ser deixado de ser escutado.

Ao adotar a perspectiva desclassificatória (García Gutiérrez, 2007, 2008, 2011, 2018; Vanin, 2024), entendemos que a revisão constante é essencial. Isso implica em questionar as normas existentes e garantir que as representações sejam inclusivas, e que abranjam toda a diversidade de identidades presentes na comunidade. É fundamental compreender que a desclassificação não busca substituir as ferramentas já existentes, mas sim atuar quando essas ferramentas se mostram inadequadas. Nesse sentido, é necessário superar as lógicas

deterministas, romper barreiras e extrapolar as ordens impostas, questionando as vivências de sujeitos e coletivos que compõem a sociedade.

Partimos do conceito de demarcacionismo (García Gutiérrez, 2008), o qual destaca as fronteiras como elementos temporários de demarcação entre sujeitos e coletivos. Essas demarcações devem ser compreendidas como mutáveis e fluidas, ultrapassadas a todo momento. O demarcacionismo, que inicialmente serve para afirmar identidades, deve ser constantemente revisto para garantir que as identidades desconformes sejam ouvidas e representadas. A desconstrução dos conceitos de centro e periferia é crucial. A fluidez dessas demarcações é essencial para refletir a verdadeira natureza mutável das identidades e das culturas LGBTQIAPN+.

A desordem (García Gutiérrez, 2008; Mary Douglas, 1966) é adotada como uma ferramenta de revisão e emancipação dos sujeitos e coletivos, que dá permissão para que a ordem seja constantemente revista e reconstruída a partir da desordem. Essa abordagem reconhece a evolução como uma espiral, em que mutações e mudanças ocorrem de maneira contínua.

A desordem, enquanto ferramenta de revisão e emancipação, deve ser abraçada como um catalisador para a evolução. Isso implica em reconhecer a contradição e o pluralismo lógico como elementos fundamentais na organização do conhecimento. Em vez de temê-los, devemos considerá-los indispensáveis para compreender e representar adequadamente as diversas memórias e patrimônios culturais. A desordem é um convite para quebras de paradigmas e para a aceitação de contradições como elementos naturais do processo evolutivo. Em um contexto de pluralismo lógico (García Gutiérrez, 2007), cada voz e cada narrativa contribuem para a riqueza dos patrimônios culturais, formando um mosaico complexo e vibrante.

Ao seguirmos uma prática pós-epistemológica, amparada na epistemografia interativa (García Gutiérrez, 2007), estamos propondo uma reavaliação constante das estruturas de conhecimento existentes. Essa abordagem não apenas visa superar lógicas defasadas, mas também a garantir que as representações sejam verdadeiramente inclusivas, para, assim, reconhecer e respeitar as diversidades sociais e culturais que compõem as comunidades LGBTQIAPN+. Buscamos, então, estabelecer uma prática que revise a forma como conhecemos e produzimos saberes, especialmente nas áreas da organização do conhecimento e da Ciência da Informação. Essa revisão é essencial para superar lógicas defasadas e garantir que as representações sejam inclusivas e reflexivas.

Ao delinear as premissas para se organizar o conhecimento das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, baseados na perspectiva da desclassificação, julgamos ser importante frisar que tais premissas não são regras rígidas, mas orientações importantes. É crucial assegurar que todas as vozes sejam ouvidas, unindo-se em uma organização coletiva para impulsionar a revolução cultural almejada. Para atingir o objetivo desta pesquisa, essas premissas que orientam nossa abordagem na organização das memórias e patrimônios LGBTQIAPN+ funcionam como diretrizes flexíveis, na busca por reconhecer a diversidade e complexidade da comunidade em questão.

Ao final, esta pesquisa busca não apenas organizar as memórias e patrimônios LGBTQIAPN+, mas também contribuir para uma transformação mais profunda na forma como compreendemos, valorizamos e representamos as diversidades culturais em todas as suas formas. Para tanto, é fundamental reforçar o papel da comunidade LGBTQIAPN+ como protagonista na construção e preservação de suas próprias memórias e patrimônios culturais.

Em suma, a busca por uma nova prática pós-epistemológica, integrativa e desclassificatória não é apenas

uma jornada acadêmica, mas sim um compromisso com a promoção da justiça social, da igualdade e do respeito à diversidade. Ao organizarmos os conhecimentos, as memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ sob esses princípios, estamos contribuindo para um legado cultural mais autêntico, inclusivo e evolutivo.

Premissa I - Coletividade

A coletividade desempenha um papel fundamental na preservação e organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. A história desta comunidade é marcada por lutas, conquistas e resistências que merecem ser lembradas e celebradas, e a coletividade desempenha um papel crucial nesse processo.

Em primeiro lugar, a coletividade proporciona um espaço seguro para que os membros da comunidade compartilhem suas experiências e histórias de vida. Muitos indivíduos LGBTQIAPN+ enfrentaram discriminação, marginalização e invisibilidade ao longo da história, e a coletividade oferece um ambiente onde essas narrativas podem ser expressas e preservadas. Isso é especialmente importante porque a história da comunidade LGBTQIAPN+ muitas vezes não foi devidamente documentada e reconhecida, tornando-se essencial que os próprios membros da comunidade desempenhem um papel ativo na preservação de suas memórias e seus patrimônios culturais.

Além disso, a coletividade possibilita a criação de espaços físicos e virtuais que servem como pontos de encontro e preservação do patrimônio cultural. Centros comunitários, arquivos digitais, museus, bibliotecas e eventos específicos voltados para a comunidade LGBTQIAPN+ desempenham um papel importante na coleta e exposição de objetos, documentos, artefatos e registros que contam a história e a riqueza cultural dessa comunidade. Esses espaços não apenas servem como

repositórios de memórias, mas também como locais de educação e sensibilização para a sociedade em geral.

Ademais, a coletividade proporciona uma rede de apoio que fortalece a preservação da identidade cultural LGBTQIAPN+. A solidariedade entre os membros da comunidade contribui para a transmissão de tradições, valores e símbolos que são fundamentais para a compreensão e preservação das identidades LGBTQIAPN+. A coletividade oferece um suporte emocional que incentiva a autoafirmação e a valorização das contribuições culturais da comunidade.

Premissa II - Decolonialidade

A decolonialidade emerge como um conceito essencial para compreender e transformar as narrativas históricas e patrimoniais, especialmente no contexto da comunidade LGBTQIAPN+. Essa abordagem crítica busca questionar e desafiar as estruturas de poder e dominação historicamente impostas por processos coloniais. Quando aplicada à organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, a decolonialidade busca alcançar uma representação mais autêntica e inclusiva das experiências vividas.

Ao desafiar a imposição de valores, normas e estruturas sociais colonizadoras que historicamente marginalizaram e silenciaram identidades não hétero-cis-normativas, a decolonialidade permite a desconstrução do legado colonial. Esse processo reconhece a diversidade de experiências e expressões de gêneros e sexualidades presentes em diversas culturas e sociedades, proporcionando uma compreensão mais plural da história LGBTQIAPN+.

Muitas histórias e memórias LGBTQIAPN+ foram apagadas, distorcidas ou negligenciadas devido à influência colonial. A decolonialidade visa ampliar essas narrativas, ao destacar

figuras e eventos que foram subalternizados. Isso contribui para uma compreensão mais completa da diversidade de identidades e vivências na comunidade LGBTQIAPN+, a fim de reconhecer a importância de todas as experiências na construção dos patrimônios culturais.

A decolonialidade incentiva a comunidade LGBTQIAPN+ a se reapropriar de suas próprias narrativas e símbolos, sem a imposição de estereótipos ou visões distorcidas. Essa reapropriação cultural possibilita que a comunidade expresse suas identidades de maneira autêntica, fortalecendo o senso de pertencimento e empoderamento.

Ao adotar a decolonialidade, é possível descentralizar o conhecimento, reconhecer e valorizar as formas de sabedoria e expressão presentes em diferentes culturas e contextos. Isso contribui para uma representação mais equitativa e respeitosa das diversas identidades LGBTQIAPN+, e assim, evitar a homogeneização cultural e promover uma compreensão mais sensível da complexidade das experiências.

A decolonialidade não apenas beneficia a comunidade LGBTQIAPN+, mas também promove a construção de alianças interculturais, que reconhece as interseccionalidades e promove o entendimento mútuo entre diferentes comunidades. Essa abordagem colaborativa é essencial para a construção de um patrimônio cultural inclusivo e enriquecedor, refletindo a verdadeira diversidade da experiência humana.

Premissa III - Interseccionalidade

A interseccionalidade é um conceito fundamental quando se trata de organizar as memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. Esse termo, sistematizado pela acadêmica Kimberlé Crenshaw, destaca a interconexão de diferentes formas de opressão, reconhecendo que as identidades individuais não existem de forma isolada, mas sim em relação a

outras dimensões sociais, como raça, classe, gênero, entre outros.

Ao aplicar o conceito de interseccionalidade à preservação de memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+, é possível criar narrativas mais completas e inclusivas, que capturam a diversidade e complexidade das experiências vividas por seus membros.

A comunidade LGBTQIAPN+ é incrivelmente diversificada. Abrange pessoas de diferentes origens étnicas, culturas, classes sociais e habilidades. A interseccionalidade permite que as histórias individuais sejam contadas de maneira mais completa, reconhecendo as múltiplas identidades que moldam as experiências das pessoas LGBTQIAPN+.

Muitas vezes, as narrativas históricas dominantes tendem a representar apenas uma parte da comunidade LGBTQIAPN+. A interseccionalidade ajuda a garantir que as experiências de grupos marginalizados dentro da comunidade, como pessoas negras, indígenas, trans e com deficiência, sejam adequadamente reconhecidas e celebradas.

A história LGBTQIAPN+ frequentemente enfrenta a invisibilidade de certas identidades, especialmente aquelas que não se enquadram nos estereótipos predominantes. A interseccionalidade desafia essa invisibilidade, e permite que as experiências menos representadas ganhem destaque nos registros históricos e nos esforços de preservação cultural.

A interseccionalidade também oferece uma compreensão mais profunda das lutas enfrentadas por diferentes segmentos da comunidade LGBTQIAPN+. Isso é crucial para desenvolver estratégias mais eficazes de preservação e promoção do patrimônio cultural, bem como para enfrentar as formas específicas de discriminação que afetam diferentes grupos.

Ao integrar a interseccionalidade na preservação de memórias e patrimônios culturais, a comunidade LGBTQIAPN+ pode se conectar mais efetivamente com outros movimentos

sociais que compartilham objetivos semelhantes de justiça social e igualdade, promovendo alianças sólidas e fortalecendo a luta contra todas as formas de opressão.

Premissa IV - Violências

A observação e documentação das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ são cruciais para preservar suas memórias e patrimônios culturais. Este grupo enfrenta uma série de desafios, desde discriminação até violência física, psicológica e estrutural. Registrar essas experiências é fundamental por várias razões.

A história da comunidade LGBTQIAPN+ é frequentemente marginalizada ou negligenciada. Ao observar e documentar as violências enfrentadas, é possível construir uma narrativa mais completa e precisa sobre as lutas e conquistas desse grupo ao longo do tempo.

O conhecimento sobre as violências sofridas pela comunidade LGBTQIAPN+ é essencial para educar a sociedade em geral. Ao criar registros e materiais educativos, podemos promover a conscientização e combater o preconceito, a ignorância e a intolerância.

O ato de observar e documentar as violências sofridas pode ser empoderador para a comunidade LGBTQIAPN+. Isso permite que os membros se reconheçam como agentes ativos na luta contra a discriminação e contribui para o fortalecimento da identidade e da resistência coletiva. Documentar as violências ajuda a criar evidências tangíveis que podem ser utilizadas para responsabilizar os agressores e promover a justiça. Essa documentação pode servir como base para ações legais, campanhas de sensibilização e pressão por mudanças nas políticas públicas.

Ao preservar as memórias da comunidade LGBTQIAPN+, é possível criar pontes entre diferentes gerações. Isso fortalece a

identidade e a coesão do grupo e permite que as experiências do passado informem e inspirem as gerações futuras. As experiências da comunidade LGBTQIAPN+ contribuem significativamente para a riqueza cultural da sociedade. Ao observar e documentar suas vivências, estamos construindo um patrimônio cultural diversificado e inclusivo que enriquece a compreensão global da experiência humana.

Em síntese, a observação das violências enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+ é uma ferramenta poderosa para preservar suas memórias, construir uma história autêntica e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Esse processo não apenas honra as lutas passadas, mas também serve como uma base para um futuro mais igualitário e respeitoso. Por isso, é importante lembrarmos das violências sofridas pelas comunidades LGBTQIAPN+ para que lutemos contra todas as formas de opressão, discriminação e LGBTQIAPN+fobias.

Premissa V - Apagamentos / Esquecimentos

A importância dos apagamentos e esquecimentos na construção e preservação das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um aspecto fundamental a ser considerado na compreensão e valorização da diversidade. Esses processos, muitas vezes negligenciados ou até mesmo intencionalmente apagados, desempenham um papel significativo na formação da identidade e na luta por direitos e reconhecimento.

O enfrentamento de apagamentos históricos e esquecimentos culturais fortalece a resiliência da comunidade LGBTQIAPN+. Ao superar o silenciamento, os indivíduos e grupos podem reivindicar sua autenticidade, promover uma compreensão mais rica e inclusiva da diversidade humana. O processo de reconstrução da história muitas vezes envolve a

recuperação de eventos e figuras esquecidas. Isso contribui para uma narrativa mais completa e precisa sobre as contribuições da comunidade LGBTQIAPN+ para a sociedade ao longo do tempo.

A cultura LGBTQIAPN+ é diversa, mas muitos aspectos dela foram apagados ao longo dos anos devido à discriminação e marginalização. Preservar e celebrar esses elementos culturais é vital para garantir a continuidade e o fortalecimento da identidade LGBTQIAPN+. Ao abordar os apagamentos e esquecimentos, é possível fornecer uma educação mais inclusiva e abrangente. Isso ajuda a combater estigmas e preconceitos, promovendo uma compreensão mais profunda da diversidade sexual e de gênero. O conhecimento das lutas passadas e das figuras proeminentes na história LGBTQIAPN+ serve como inspiração para o ativismo contemporâneo. A conscientização sobre as adversidades enfrentadas pela comunidade no passado motiva a busca por igualdade e justiça no presente, tendo como objetivo um futuro mais acolhedor e respeitável.

Premissa VI - Pluralismo Lógico

O pluralismo lógico desempenha um papel fundamental na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+. Este conceito refere-se à aceitação e valorização de diversas perspectivas, experiências e identidades, reconhecendo a complexidade e diversidade dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Ao aplicar o pluralismo lógico na preservação da memória e patrimônios culturais LGBTQIAPN+, é possível criar espaços inclusivos que representem as diversas vozes e narrativas que compõem essa comunidade. A comunidade LGBTQIAPN+ abrange uma ampla gama de identidades de gênero, orientações sexuais e experiências culturais, e o pluralismo lógico é essencial para garantir que todas essas nuances sejam respeitadas e celebradas. Uma das maneiras pelas quais o pluralismo lógico

pode ser implementado é por meio de iniciativas de documentação e preservação histórica. Isso envolve a coleta de testemunhos, histórias de vida, documentos, fotos e artefatos que representam as diversas experiências LGBTQIAPN+. Ao adotar uma abordagem inclusiva, o pluralismo lógico assegura que as vozes marginalizadas ou menos ouvidas dentro da comunidade também sejam representadas de maneira significativa.

Além disso, o pluralismo lógico promove a construção de narrativas históricas que vão além dos estereótipos e das simplificações. Isso é crucial para desafiar preconceitos e estígmas associados à comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer a multiplicidade de experiências e identidades, o pluralismo lógico contribui para uma compreensão mais matizada da história LGBTQIAPN+.

A preservação do patrimônio cultural da comunidade LGBTQIAPN+ não se limita apenas à história, mas também se estende às expressões culturais contemporâneas. O pluralismo lógico incentiva o reconhecimento e o apoio a diversas formas de arte, música, literatura e manifestações culturais que refletem a riqueza e a complexidade da cultura LGBTQIAPN+. Além disso, o pluralismo lógico é essencial na criação de espaços seguros e inclusivos para a comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer e respeitar as diversas identidades, experiências e culturas, cria-se um ambiente em que os membros da comunidade se sintam validados e representados. Isso é crucial para promover o bem-estar emocional e psicológico dos indivíduos LGBTQIAPN+.

Premissa VII – Contradição

A importância da contradição na organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um aspecto relevante para entender a riqueza e a complexidade dessa comunidade diversificada, além de tornar possível a

escuta de diversas vozes, promovendo, assim, o pluralismo lógico. A contradição, nesse contexto, refere-se às diversas experiências, perspectivas e narrativas que coexistem dentro da comunidade LGBTQIAPN+.

Em primeiro lugar, a contradição permite uma representação mais abrangente e autêntica da diversidade de vivências dentro da comunidade. Cada indivíduo LGBTQIAPN+ tem uma história única, moldada por fatores como identidade de gênero, orientação sexual, raça, classe social e outros elementos. Reconhecer e celebrar essas contradições contribui para uma compreensão mais completa e inclusiva da história e cultura LGBTQIAPN+.

Ao dar espaço para as contradições, as comunidades LGBTQIAPN+ conseguem resistir contra a tendência de homogeneizar suas narrativas. Isso é especialmente relevante, pois a simplificação excessiva pode resultar na perda de detalhes importantes e na perpetuação de estereótipos prejudiciais. As contradições desafiam essas generalizações, proporcionando uma representação mais fiel das experiências individuais e coletivas. Além disso, a presença de contradições nos registros históricos e nos patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ destaca a luta constante por direitos e reconhecimento. A história dessa comunidade é marcada por desafios, resistência e avanços, e a documentação desses momentos contraditórios é crucial para preservar a memória coletiva e inspirar futuras gerações.

Ao abraçar as contradições, a comunidade LGBTQIAPN+ também promove um ambiente mais inclusivo, incentivando a aceitação de diversas identidades, experiências e culturas. Essa abordagem contribui para a construção de uma cultura que valoriza a autenticidade e respeita a complexidade inerente às identidades de gênero e orientações sexuais. A contradição desafia a ideia de uma única narrativa dominante, reconhecendo que as experiências LGBTQIAPN+ são vastas e multifacetadas.

Essa abordagem mais completa e matizada não apenas enriquece a compreensão da história da comunidade, mas também fortalece os laços entre os membros, promovendo um senso de solidariedade baseado na aceitação das diferenças.

Uma síntese das premissas

A organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um processo complexo e multifacetado, no qual a coletividade, a decolonialidade, a interseccionalidade, o enfrentamento das violências, o reconhecimento dos apagamentos/esquecimentos, o pluralismo lógico e a aceitação das contradições desempenham papéis cruciais. Esses elementos convergem para criar narrativas ricas e autênticas que refletem a diversidade e a complexidade dessa comunidade.

A coletividade surge como a espinha dorsal desse processo, oferecendo um espaço seguro para compartilhar experiências, preservar a história e fortalecer a identidade cultural. A decolonialidade desafia as estruturas históricas de poder, resgatando narrativas marginalizadas e permitindo uma representação mais autêntica das experiências LGBTQIAPN+. A interseccionalidade, por sua vez, destaca a importância de reconhecer as diversas identidades dentro da comunidade, garantindo uma representação completa e justa.

A observação das violências enfrentadas pela comunidade contribui não apenas para a preservação histórica, mas também para o empoderamento e o combate à injustiça. Os apagamentos/esquecimentos, muitas vezes negligenciados, revelam a resiliência da comunidade ao reconstruir sua história e preservar sua cultura. O pluralismo lógico, ao aceitar e valorizar a diversidade, cria espaços inclusivos e promove uma compreensão mais completa, enquanto a aceitação das

contradições destaca a autenticidade e complexidade das experiências LGBTQIAPN+.

Em suma, a organização das memórias e patrimônios culturais da comunidade LGBTQIAPN+ é um ato de preservação, resistência e celebração. Cada elemento abordado contribui para uma compreensão mais ampla e respeitosa da diversidade cultural e histórica da comunidade LGBTQIAPN+. Ao reconhecer e valorizar esses elementos, estamos construindo um legado que não apenas honra o passado, mas também inspira um futuro mais inclusivo, igualitário e compassivo para as gerações vindouras.

Um Manifesto

Nós, pessoas membros e pessoas aliadas, comprometidas com a comunidade LGBTQIAPN+ erguemos este manifesto como um chamado de coragem à ação, unindo-nos na missão vital de organizar e preservar nossas memórias e patrimônios culturais. Reconhecemos a importância inegável de nossas histórias, marcadas por lutas, triunfos, resistência e uma rica tapeçaria de identidades. Comprometemo-nos a fortalecer a coletividade como a pedra angular deste processo, proporcionando espaços seguros para compartilhar nossas experiências e preservar nossas narrativas muitas vezes silenciadas. Abraçamos a decolonialidade como ferramenta para desconstruir os legados coloniais que distorceram e marginalizaram nossas histórias e memórias, buscando autenticidade e inclusão. Prometemos praticar a interseccionalidade, reconhecendo e celebrando a diversidade de identidades que compõem a nossa comunidade. Assumimos a responsabilidade de observar e documentar as violências enfrentadas, a fim de construir uma narrativa completa que desafie o *status quo* e inspire mudança. Comprometemo-nos a confrontar apagamentos e esquecimentos, resgatando nossa história e cultura para construir um legado autêntico e

resistente. Abraçamos o pluralismo lógico como guia para aceitar e valorizar todas as perspectivas dentro de nossa comunidade, e aceitamos as contradições como testemunhas da complexidade de nossas experiências. Este manifesto é nosso compromisso inabalável de preservar e celebrar nossa herança, construindo um futuro que honre e respeite as diversas identidades LGBTQIAPN+, promovendo uma sociedade mais inclusiva, justa e compassiva. Unidos, edificaremos narrativas que iluminem o caminho para as gerações futuras, inspirando-as a abraçar plenamente a diversidade que nos define e nos representa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As premissas decoloniais, transculturais e desclassificatórias emergem como ferramentas essenciais para a organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+. Ao desafiar as estruturas hegemônicas que historicamente marginalizaram as vozes e experiências dessa comunidade, essas abordagens promovem uma reavaliação crítica das narrativas que compõem a identidade LGBTQIAPN+. Através da valorização das epistemologias oriundas das margens, é possível não apenas resgatar memórias silenciadas, mas também construir espaços inclusivos que reconheçam a diversidade e a complexidade das vivências dentro da comunidade.

A adoção dessas premissas permite que as memórias e patrimônios culturais sejam organizados de maneira que reflitam a pluralidade das identidades e experiências LGBTQIAPN+. Isso não apenas enriquece o conhecimento coletivo, mas também fortalece a luta por reconhecimento e igualdade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora. A prática de descolonização do conhecimento, ao valorizar as narrativas históricas e contemporâneas da comunidade, serve

como um poderoso instrumento de resistência e afirmação identitária, social e cultural.

Projeções futuras indicam que, à medida que continuamos a implementar essas premissas, haverá um aumento na conscientização e na valorização das culturas LGBTQIAPN+. Espera-se que essa transformação não se limite apenas ao âmbito acadêmico, mas que reverbere em políticas públicas, práticas educacionais e iniciativas comunitárias. A construção de espaços de memória que respeitem e celebrem a diversidade de experiências contribuirá para a formação de uma sociedade mais inclusiva, onde todas as vozes são ouvidas e respeitadas.

Assim, ao olharmos para o futuro, é fundamental que continuemos a promover diálogos interseccionais e a fomentar a participação ativa da comunidade LGBTQIAPN+ na preservação e organização de suas memórias e patrimônios. Somente através de um esforço coletivo e comprometido poderemos garantir que as histórias e experiências dessa comunidade sejam reconhecidas, valorizadas e integradas ao tecido social mais amplo, criando um legado duradouro de respeito e aceitação.

REFERÊNCIAS

- ADLER, M. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, Illinois, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.
- AGUIAR, J. D. N. Teoria pós-colonial, estudos subalternos e América Latina: uma guinada epistemológica? **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 41, p. 273-289, 2016.
- AZEVEDO NETTO, C. X. Educação patrimonial e identidade: a memória dos quilombos. **Temas em Educação**, [s.l.], v. 13, p. 67-82, 2004.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p.89-117, ago. 2013.

BAPTISTA, J. Museologia Comunitária, Comunidades LGBT e Direitos Humanos: Estratégias de Superação de Fobias à Diversidade Sexual no Brasil. **Ventilando Acervos**, Florianópolis, n. 1, p. 132-146, 2017.

BELKIN, N. J.; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomena of information. **Journal of the American Society for Information Science - JASIS**, [s.l.], v. 27, n. 4, p.197-204, July-August 1976.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. Ed. São Paulo: Autêntica, 2019. 368p.

BORKO, H. What Is Information Science? **American Documentation**, [s.l.], v. 19, n. 10-11, p. 3-5, 1968.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. W. (Org.) **Temas de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 87-103, 2010.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part I Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, [s.l.], n. 02, p. 125-133, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>.

CAPURRO, R. Epistemología e Ciencia da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 11., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2003.

DUQUE CARDONA, N. ¿Ciencia de la información para qué y para quién? aproximación a los paradigmas de la ciencia de la información en el contexto universitario. In: DUQUE CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologías Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-72. (Selo Nyota).

ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. **Scire**, Zaragoza, v. 1, n. 1, p. 149-157, 1995.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s.l.], v. 14, p.1-21, 2021.

GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. Desclassificação na organização do conhecimento: ensaio pós-epistemológico. **TransInformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. **Em pedazos**: el sentido de la desclasificación. Madrid: Asociación Cultural y Científica Iberoamericana, 2018.

GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. **Outras memórias possíveis**: Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional. Petrópolis: Vozes, 2008. 175 p.

GARCÍA GUITIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pos-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2009.

JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Brasília: MinC/Iphan/ Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 19-31.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, [s.l.], v. 1, n. 01, 27 nov. 2012.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Lisboa: Perspectiva, 1976.

MATTOS, P. C. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: UNESP, 2015.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. rev. e ampl. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

OCAÑA, A. O.; LÓPEZ, M. I. A.; CONEDO, Z. E. P. **Decolonialidad de la educación:** emergencia urgencia de una pedagogía decolonial. Santa Marta: Universidad del Magdalena, 2018

OLSON, H. A. Sameness and difference: a cultural foundation of classification. **Library Resources & Technical Services**, [s.l.], v. 45, n. 3, 2001.

PINTO, J. R. S.; MIGNOLO, W. D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, [s.l.], v. 15, n. 3, p. 381–402, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificacion social. **Journal of world-systems research**, California, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, A. La tensión del pensamiento latino americano [1986]. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder. Buenos Aires: Clacso, 2014. p. 697-704.

QUIROZ, J. J. G.; SOUZA, D. M. V. DE. Dificuldades do Patrimônio LGBT: a Taça Warren No Museu Britânico. **Diversidade e Educação**, [s.l.], v. 8, n. 2, p. 335–363, 2021.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Porto, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Tradução de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

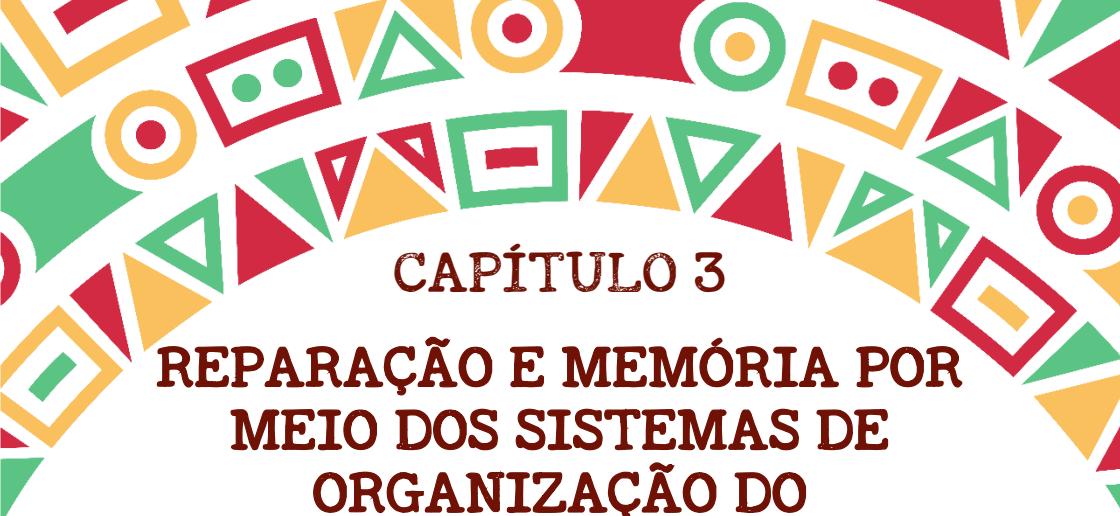
ROLNIK, S. Cartografia ou de como pensar com o corpo vibrátil. In: **Núcleo de Estudos de Subjetividade da PUC**. São Paulo, 1987.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. 2 ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

SALES, R. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze E Guattari. In: AMORIM, I. S.; SALES, R. (org.). **Ensaios em organização do conhecimento**. Florianópolis: UDESC, 2021. p. 13-40.

- SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social.** Tradução Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41–62, 1996.
- SEGATO, R. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda.** 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.
- SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The Mathematical Theory of Communication.** Urbana: University of Illinois Press, 1949.
- SILVA, B. S. R.; BARROS, J. X. Patrimônio como categoria de luta LGBT+. **Revista Arqueología Pública**, [s.l.], v. 13, n. 1[22], p. 54–65, 2019.
- SILVA, B. S. R.; BARROS, J. X. Patrimônio como categoria de luta LGBT+. **Revista Arqueología Pública**, [s.l.], v. 13, n. 1[22], p. 54–65, 2019.
- SILVA, D. B. A patrimonialização das culturas LGBTQIAs no Brasil: uma questão urgente. **Acesso Livre**, [s.l.], n. 9, p. 25-40, 2018.
- SILVA, M. A. Numa tarde qualquer: uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [s.l.], v. 10, n. 15, 9 maio 2017.
- SODRÉ, M. Prefácio à edição brasileira. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Outras memórias possíveis:** Estratégias descolonizadoras do arquivo nacional. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-8.
- SOUZA, W. L.; SILVA, A. A.; ALVES, D. C. S.; ROCHA, C. B. O. C.; MELO, T. C. L. O bricoleur, uma clínica rizomática e o “fazer psi”: repensando as práticas psicológicas. **Caderno de Graduação**, Alagoas, v. 3, n. 2, p. 23-38, 2016.
- TAYLOR, D. **O arquivo e o repertório:** performance e memória cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- TAYLOR, T. **Undeniable conjecture Placing LGBT Heritage.** Columbia University, 2019.

VANIN, L. F. **Organização das memórias e patrimônios culturais LGBTQIAPN+ de Florianópolis-SC sob a perspectiva da desclassificação.** 2024. 282 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.



CAPÍTULO 3

REPARAÇÃO E MEMÓRIA POR MEIO DOS SISTEMAS DE ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: REPRESENTAR SEM SILENCIAR

Ana Cláudia Ribeiro

INTRODUÇÃO

Quando os direitos humanos de uma pessoa são negados, é como se uma peça central fosse removida de uma estrutura, comprometendo a estabilidade de toda a sociedade. Assim como um edifício depende de alicerces sólidos, uma sociedade floresce quando os princípios de liberdade, dignidade e igualdade estão firmemente estabelecidos. No entanto, muitos indivíduos são privados desse alicerce de justiça e dignidade, vivendo à margem de seus direitos fundamentais.

A negação deliberada ou a ausência de proteção desses direitos pode ser comparada a rachaduras que se espalham pelas paredes de uma construção, enfraquecendo sua integridade e ameaçando seu colapso. Atos de violência corroem os pilares do

diálogo pacífico, enquanto a discriminação age como umidade, enfraquecendo insidiosamente as bases da igualdade. Portanto, o dever de restaurar essa estrutura cabe a toda a sociedade. Cada cidadão, organização e Estado têm a responsabilidade de contribuir para reparar as fissuras e fortalecer os alicerces, assegurando que todos possam viver em uma sociedade justa e igualitária.

A história do Brasil revela dois elementos comuns: a violência de Estado como estratégia de dominação e o esquecimento comandado. Desde a invasão portuguesa, marcada pelo genocídio dos povos indígenas e pela escravização de povos africanos, práticas de violência foram institucionalizadas pelos governos. No caso da ditadura militar, os direitos individuais e coletivos foram sistematicamente suprimidos, enquanto instrumentos jurídicos autoritários foram implementados para sustentar uma política institucionalizada de violência, caracterizada por tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados. Atualmente, esse legado se mantém evidenciado na violência policial em favelas e presídios, assim como nos elevados índices de homicídios que vitimam mulheres, indígenas e LGBTQIAPN+.

Esse legado de violência vem acompanhado da tentativa de ocultar e destruir evidências, de modo a impedir que os violadores sejam responsabilizados, negando às vítimas o direito à memória, à verdade, à reparação e à justiça. Conforme Catela (2022), a destruição deliberada de documentos tem sido uma estratégia para silenciar a memória e obstruir a justiça. Nesse contexto, o acesso a essas informações torna-se uma luta constante entre a memória e o esquecimento imposto pelo Estado.

O conceito de hospitalidade cultural, proposto por Clare Beghtol (2002), fundamenta-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Justiça Informacional Global. Esse conceito, que abrange tanto os direitos individuais

quanto os coletivos, enfatiza a responsabilidade dos profissionais da informação em garantir a diversidade de acesso à informação. Além disso, reforça a necessidade de desenvolver e manter Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) alinhados aos mais elevados padrões éticos, garantindo a inclusão e o respeito à pluralidade cultural e informacional.

Para Bräscher e Café (2011, p. 25) “[...] a Organização do Conhecimento, como campo de estudo, está fundamentada essencialmente em análises de cunho semântico”, que buscam estruturar visões de mundo, mapeando os relacionamentos semânticos, pragmáticos e funcionais das representações conceituais e apresentando-os para determinado grupo social. Esse conhecimento, aceito como algo socializado e, portanto, um fenômeno social, necessita ser representado a partir de modelos e instrumentos, a fim de ser recuperado e compartilhado.

Segundo Moura (2018):

Os SOCs, compreendidos como dispositivos de informação e conhecimento, estruturam-se como sistemas conceituais que articulam os termos, as definições, os relacionamentos e as propriedades dos conceitos em um domínio específico. A efetivação dos SOCs está sempre vinculada a princípios filosóficos específicos e a uma dimensão estrutural dos diferentes serviços de informação. O seu desenvolvimento requer a compreensão dos meandros discursivos próprios ao domínio no qual incide (Moura, 2018, p. 120).

Como observa Caswell (2012), a classificação de documentos que registram violações de direitos humanos requer uma sensibilidade particular, moldada por contextos culturais, históricos, políticos e sociais, permitindo uma representação justa e inclusiva das vítimas e de suas histórias. Com base nas teorias de Adler, Duff, Harris e Caswell, este capítulo demonstra

como os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) podem contribuir para a reivindicação de outros direitos, como a preservação da memória, a busca pela verdade, a reparação e a justiça, promovendo a inclusão de narrativas marginalizadas e desafiando estruturas tradicionais que perpetuam desigualdades.

Segundo Gagnebin (2006), rememorar implica prestar atenção às ressurgências do passado no presente, a fim de atuar sobre o presente. Em outras palavras, é fundamental não apenas lembrar o passado, mas também agir para influenciar o presente. Parte-se do pressuposto de que, em casos de eventos traumáticos, combater o esquecimento corresponde a lutar por verdade, justiça e reparação, atribuindo à memória valores éticos e políticos. O trabalho de lembrar é árduo e necessário, pois, quando realizado com o esforço de compreender e esclarecer suas causas, efeitos e idealizações, contribui para “manter viva a memória dos sem-nome, ser fiel aos mortos que não puderam ser enterrados” (Gagnebin, 2006, p. 44).

O objetivo deste capítulo é analisar de que forma os SOCs podem ser utilizados para promover a reparação simbólica, a preservação da memória e a inclusão de vozes silenciadas. Busca-se, assim, compreender como o princípio da hospitalidade cultural pode ser aplicado nos SOCs, assegurando a representatividade e a defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, adota-se uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com base na análise documental e bibliográfica. A análise documental e exploratória concentra-se no Microtesauro HURIDOCs, na ontologia *OntoRights* e no *Justice Watch Archive*, examinando suas estruturas, objetivos e contribuições para a promoção da memória, da verdade, da reparação e da justiça. A revisão bibliográfica abrange trabalhos de Clare Begtol, Melissa Adler, Michelle Caswell, Wendy Duff e Verne Harris.

A relação entre SOCs e a preservação da memória em contextos de violações de direitos humanos é um tema de grande relevância, pois envolve aspectos éticos, sociais e culturais essenciais para o trabalho da justiça de transição.

BREVES ASPECTOS SOBRE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A justiça de transição, termo surgido no final do século XX e consolidado com o fortalecimento dos governos democráticos, é fundamentada no campo dos Direitos Humanos. Trata-se de uma área multidisciplinar aplicada em contextos de transições democráticas para reparar e prevenir violações de direitos ocorridas sob regimes repressivos. A ONU (2004) define esse conceito como um conjunto de mecanismos jurídicos e não judiciais destinados a lidar com o legado de violência de guerras civis, regimes autoritários ou conflitos. Seus elementos principais incluem a busca pela verdade e pela memória, por meio do esclarecimento dos fatos históricos e de processos que promovam justiça, reconciliação e paz, visando evitar a repetição de eventos traumáticos.

Teitel (2011) propõe uma genealogia da justiça de transição dividida em três fases: a primeira, de caráter jurídico, destaca os Tribunais de Nuremberg, que individualizaram responsabilidades no Holocausto, marcando o início do direito internacional moderno. A segunda fase relaciona-se às transições democráticas na América Latina e à criação das comissões da verdade. A terceira fase corresponde à globalização, em que se estabelece uma agenda internacional para o pós-conflito. Méndez (2011) explica a análise ao definir quatro pilares fundamentais da justiça de transição: a responsabilização criminal dos violadores, o direito à verdade e à memória, as reparações simbólicas e financeiras e a reforma institucional, com medidas para impedir a permanência de agentes violadores em cargos públicos.

Pereira (2010) e Méndez (2011) destacam que os principais dispositivos da justiça de transição são as comissões da verdade e os julgamentos, considerados instituições essenciais nesse processo. Booth (2008) ressalta que a narrativa jurídica da justiça de transição é seletiva e envolve relações de poder, influenciando a definição de quais crimes são julgados e quais são destinados ao esquecimento. Mezarobba (2009) alerta sobre os desafios enfrentados nesse processo, como sistemas judiciais frágeis e o grande número de vítimas e criminosos. Também discute o impacto das anistias, que, embora possam facilitar transições políticas, frequentemente perpetuam impunidade e silenciamento.

Méndez (2011) aponta que o Direito Internacional tem evoluído, estabelecendo parâmetros para responsabilização em crimes contra a humanidade. O Centro Internacional para Justiça de Transição destaca que as medidas de justiça de transição devem incluir investigações de crimes passados, reparações às vítimas e prevenção de futuros abusos. Teitel (2011) enfatiza que as transições são momentos de contestação de narrativas históricas e que a implementação da justiça de transição depende da vontade política para consolidar a democracia e o Estado de Direito. Temin e Dahl (2017) reforçam que memória e justiça estão interligadas, sendo a memória histórica essencial para prevenir a repetição de injustiças.

Por fim, embora a justiça de transição contribua para políticas de igualdade e justiça, ela não resolve todos os problemas estruturais das sociedades. A transparência e o direito à informação são aspectos fundamentais nesse processo, especialmente em contextos em que regimes ditoriais estabeleceram a cultura do sigilo. A justiça de transição, portanto, deve ser entendida como uma política de Direitos Humanos aplicada a circunstâncias particulares, essencial para o fortalecimento do Estado de Direito e da democracia.

Os SOCs diante de violações de direitos humanos

Considerando a natureza das informações relacionadas a regimes responsáveis por catástrofes, historicamente ocultadas, distorcidas e negadas pelo próprio Estado, o desafio consiste em desenvolver abordagens éticas para representar e preservar esses documentos sensíveis.

Em convergência com a justiça de transição e a organização do conhecimento, Melissa Adler (2016, p. 631) afirma que o cerne de todos esses projetos reparadores reside na compreensão das narrativas traumáticas. A maioria dos pedidos de reparação inclui relatos históricos detalhados de violência, destinados a sustentar alegações de que as injustiças passadas têm repercussões no presente. Esse conceito, que a autora denomina “reparação”, envolve a busca pela verdade, a contestação e a criação de taxonomias reparadoras que respondam conscientemente às injustiças perpetradas.

Maria Aparecida Moura alerta que:

A constatação de que os dispositivos de representação da informação podem viabilizar a circulação e a proeminência de discursos hegemônicos, autoritários e regulatórios trouxe inquietações ao campo da organização do conhecimento. Estas inquietações relacionam-se especialmente com as lógicas estruturantes e as possíveis assimetrias dispostas como discurso organizador oferecido no SOC (Moura, 2018, p. 120-121).

A análise de Maria Aparecida Moura sobre a capacidade dos dispositivos de representação do conhecimento de promover discursos hegemônicos e autoritários alinha-se com a crítica de Wendy Duff e Verne Harris, no contexto arquivístico, no que se refere ao caráter opressivo dos padrões descritivos da informação. Ambos os pontos de vista sublinham os riscos de que sistemas e padrões, ao serem estruturados por lógicas

fechadas e assimétricas, podem silenciar vozes diversas e manter uma visão fixa e dominante, perpetuando desigualdades e dificultando a abertura para novas perspectivas.

Segundo Duff e Harris (2002), um padrão opressivo caracteriza-se por sua suposta objetividade, omitindo as bases filosóficas inerentes às suas categorias descritivas e mostrando-se resistente tanto às contribuições dos usuários quanto a possíveis revisões na maneira como os objetos são descritos ou compreendidos. Como contraponto, os autores definem um sistema de descrição “libertador” como aquele que reconhece o sujeito ativo do arquivista em sua construção, possibilita a participação de múltiplos atores e questiona a naturalização de suas categorias. Para eles, a descrição arquivística deve ser vista como um processo colaborativo e contínuo, aberto a diversas contribuições, em vez de um produto final que imponha uma voz autoritária ou definitiva.

A chamada “descrição libertadora”, conforme definida por Duff e Harris (2002, p. 285), representa um “engajamento com os marginalizados e silenciados”, incorporando tanto as narrativas dominantes quanto as “subnarrativas” e “contranarrativas”. Nesse contexto, os autores defendem a necessidade de um sistema de descrição mais flexível e colaborativo, que permita a participação de diversos atores e questione a naturalização de categorias baseadas em estruturas de poder estabelecidas. Dessa forma, abre-se espaço para incluir vozes historicamente silenciadas e invisibilizadas.

Em seu trabalho sobre descrição arquivística, aqui tomado como uma forma de organização da informação e do conhecimento, Duff e Harris utilizam o trabalho de Bowker e Star para criticar a padronização da descrição. Em vez de utilizarem essa crítica para justificar uma rejeição da normalização, mobilizam-na para criar características de um padrão descritivo libertador, que não procuraria obscurecer sua própria dinâmica subjacente de poder. Esse padrão seria desenvolvido por meio de

um processo inclusivo e transparente, que compreende a produção de documentos como uma atividade contínua. Levando a sério as necessidades informacionais dos usuários, busca-se formas de romper com seu status de infraestrutura invisível ou metanarrativa (Geraci; Caswell, 2019).

A autora Michelle Caswell (2012) apresenta como exemplo uma classificação que teve o objetivo de responsabilizar legalmente os crimes perpetrados pelo regime do Khmer Vermelho, no Camboja. O Centro de Documentação do Camboja criou quatro bancos de dados: um banco de dados biográfico com informações sobre as vítimas do Khmer Vermelho; um banco de dados bibliográfico com documentos relacionados às graves violações; um banco de dados geográfico que mapeia prisões e centros de execução; além de um banco de dados fotográficos. O Centro de Documentação constitui um exemplo significativo dos métodos descritos por Duff e Harris (2002), ao adotar uma abordagem descritiva que reconhece o caráter narrativo da descrição. O diretor da instituição, ele próprio sobrevivente do regime do Khmer Vermelho, conduz o processo de representação com intencionalidade e interpretação, compreendendo que descrever implica narrar uma história. A descrição, nesse contexto, transcende o simples relato factual ao entrelaçar dados objetivos com narrativas subjetivas, articulando observação e interpretação. Assim, a representação concentra-se na narrativa da vítima, orientada pelo viés da reparação simbólica no próprio SOC.

Nesse contexto, os SOCs desempenham uma função essencial na organização e classificação das informações de maneira sistemática e acessível. Na documentação de violações de direitos humanos, esses dispositivos são fundamentais para a preservação da memória e a busca por justiça. Podem assumir diversas formas, como vocabulários controlados, taxonomias e ontologias, cada uma com métodos específicos para garantir a coerência e a padronização dos dados.

A estrutura semântica dos SOCs é definida por um conjunto de conceitos inter-relacionados, garantindo que a terminologia utilizada seja padronizada e adaptável a diferentes contextos. O uso de vocabulários controlados é uma prática comum nesses sistemas, permitindo que termos específicos sejam utilizados de forma consistente, o que melhora a representação de eventos, perpetradores, vítimas e outros elementos críticos na documentação de violações.

A ontologia, por sua vez, é um modelo conceitual que define categorias, relações e atributos dentro de um determinado domínio do conhecimento. No campo dos direitos humanos, as ontologias ajudam a estruturar dados complexos e interligados, promovendo uma melhor análise e recuperação de informações.

Um exemplo significativo de um SOC destinado à representação de conhecimentos do campo dos direitos humanos é o Microtesauro desenvolvido pela *Human Rights Information and Documentation Systems* (HURIDOCS)⁵, um vocabulário controlado criado para representar informações sobre violações de direitos humanos, estruturando dados fundamentais, como “Quem fez o quê a quem?” e “Qual foi a resposta?”. Além disso, oferece listas detalhadas de dados de referência adaptadas a cada contexto, abrangendo categorias como direitos e etnias, o que aprimora a capacidade de compreender a diversidade das situações registradas. Características principais do Microtesauro HURIDOCS:

- Uso padronizado: categorização de eventos;

⁵ HURIDOCS: organização não governamental internacional que auxilia defensores dos direitos humanos na promoção da justiça e responsabilização. Desenvolve ferramentas e estratégias inovadoras para facilitar o acesso, a organização e a análise de evidências, legislações e pesquisas, fortalecendo a luta pelos direitos humanos em nível global. Disponível em: <https://huridocs.org/>

- Integração: compatível com o próprio Formatos Padrão HURIDOCS;
- Flexibilidade: pode ser aplicado conforme a necessidade, como em arquivos, bibliotecas, sites, entre outros;
- Disponibilidade em vários idiomas: Inglês, francês, português, entre outros;
- Acesso aberto: disponível via Google Sheets, permitindo edição e adaptação.

Quadro 1 - Vocabulário HURIDOCS: terminologias por categoria

Categoria	Conjuntos das Terminologias
Termos Gerais e Tipologias	Termos-índice HURIDOCS, Tipologia de Violações, Tipologia de Direitos, Tipos de Atos
Violência e Perpetradores	Métodos de Violência, Tipos de Perpetradores, Status como Perpetrador, Intenção
Aspectos Jurídicos	Instrumentos Internacionais, Tipos de Tribunais, Assistência Jurídica, Atribuição
Contexto de Detenção	Tipos de Detenção, Localização e Contato Externo Durante a Detenção
Status e Características	Status como Vítima, Características Relevantes, Graus de Envolvimento
Dados Pessoais	Descritores Físicos, Estado Civil, Educação, Ocupações (segue a Organização Internacional do Trabalho (OIT))
Diversidade Cultural	Religiões, Grupos Étnicos, Idiomas
Geografia e Localização	Termos Geográficos, Tipos de Endereços, Tipos de Localizações
Fontes	Tipos de fonte, Conexão entre a fonte e a informação
Relações e Eventos	Tipos de Relacionamentos, Tipos de Eventos

Categoría	Conjuntos das Terminologias
Processos Judiciais	Tipos de Linguagem Utilizada no Tribunal, Declarações, Resultados de Autópsia, Certidão de Óbito
Saúde	Atendimento Médico, Impacto na Situação
Monitoramento e Confabilidade	Confiabilidade, Status de Monitoramento, Status da Violação
Respostas e Intervenções	Tipos de Respostas, Tipos de Intervenção, Status da Intervenção, Prioridade
Compensações e Datas	Compensação, Tipos de Datas
Identidade e Orientação	Sexo, Orientação Sexual
Unidades de Contagem	Unidades de Contagem

Fonte: Elaborada pela autora com base em Dueck, Guzman e Verstappen (2001).

Essa coleção reúne 48 listas de termos que abrangem categorias como direitos, etnias, status da vítima e tipos de violação, refletindo aspectos essenciais da justiça de transição, incluindo o direito à verdade, à memória, à reparação e à justiça.

O Microtesauro HURIDOCs detalha a metodologia utilizada na coleta e organização de dados/informações sobre violações de direitos humanos, adotando estratégias que garantem acesso e precisão, especialmente diante da diversidade cultural e linguística. Entre seus principais aspectos, destacam-se:

- Diversidade linguística: disponibiliza materiais em diversos idiomas, como inglês, árabe, francês e espanhol, entre outros, além de vocabulários específicos para terminologias jurídicas e línguas locais.
- Adaptação cultural, política e social: permite a adaptação de termos conforme às necessidades locais, abrangendo categorias específicas para grupos étnicos, religiões, ocupações, status da vítima e tipos de perpetradores.

- Codificação estruturada: utiliza um sistema hierárquico de classificação.

Com essa abordagem, o HURIDOCs não apenas oferece uma metodologia eficiente para documentar violações de direitos humanos, mas também assegura flexibilidade e respeito à diversidade cultural e linguística. Ao equilibrar padronização e especificidade, torna-se um dispositivo essencial para organizações que atuam na defesa dos direitos humanos em contextos jurídicos, políticos, históricos e sociais.

Outro exemplo de SOC é a *OntoRights*, uma ontologia desenvolvida por Jöran Lindeberg em parceria também com o HURIDOCs. Sua flexibilidade permite a adaptação a diferentes contextos, modelando conceitos essenciais e suas inter-relações. De acordo com Lindeberg e Henkel (2024), uma ontologia pode especificar, por exemplo, que uma violação de direitos humanos é cometida por pelo menos um perpetrador, que possui atributos como nome e data de nascimento. Além disso, esse perpetrador pode ter desempenhado uma função em uma organização. Essa estrutura facilita a identificação de padrões e relações entre eventos, perpetradores e instituições, além de contribuir para o monitoramento mais preciso das violações.

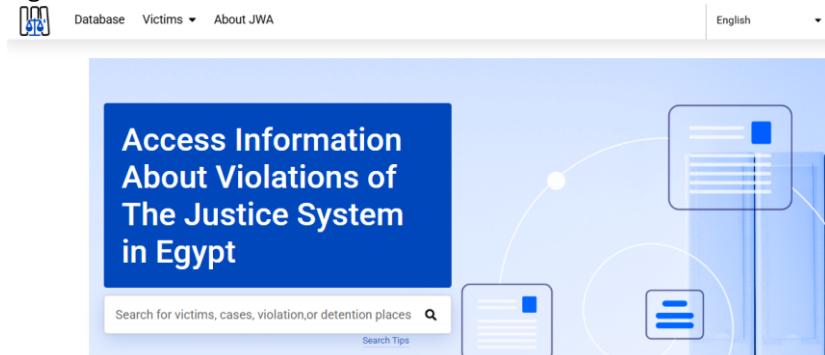
Quanto à aplicação da *OntoRights*, o *Justice Watch Archive* é um banco de dados desenvolvido pelo *Committee for Justice* (CFJ), com suporte do HURIDOCs, voltado para a documentação do sistema de justiça egípcio. A plataforma organiza informações sobre vítimas, casos, locais de detenção e tipos de violações, utilizando estruturas semânticas baseadas em ontologias.

Estrutura do SOC

- Entidades principais: vítimas, casos, locais de detenção e violações.

- Relações entre entidades: conexões estruturadas que permitem análise integrada de eventos e seus desdobramentos.
- Atributos detalhados: cada entidade é descrita incluindo dados como nome, tipo de violação sofrida e status do caso.

Figura 1 - Interface do *Justice Watch Archive*



Fonte: <https://cfjustice.uwazi.io/>.

Esse modelo de SOC não apenas preserva a memória, mas também fortalece instituições ao promover a transparência e apoiar iniciativas de justiça para as vítimas, além de contribuir para a responsabilização jurídica em âmbito nacional e internacional. Sua atuação é fundamental em contextos de justiça de transição, especialmente quando o Estado deixa de cumprir os tratados internacionais de Direitos Humanos⁶.

⁶ Os Tratados das Nações Unidas são a base da proteção internacional dos Direitos Humanos. Instrumentos regionais, como os dos sistemas interamericano, europeu e africano, complementam esses tratados ao promover o respeito universal a direitos e liberdades fundamentais, garantindo a inclusão de grupos vulneráveis. Ao ratificar convenções de Direitos Humanos, os países assumem compromissos juridicamente vinculativos, que deveriam

Diante dessas perspectivas, como as apresentadas por Duff e Harris (2002), Caswell (2012) e Adler (2016), voltadas para a classificação de assuntos e descrição arquivísticas, destaca-se a necessidade de uma abordagem contextualizada nos SOCs relacionados a violações de direitos humanos. Tanto o exemplo do HURIDOCs, Centro de Documentação do Camboja, mencionado por Caswell, quanto as críticas de Adler, Duff e Harris e Moura, endossam a perspectiva de que os SOCs que se propõem a representar informações não podem ser neutros ou considerados universais. Pelo contrário, devem reconhecer as complexidades culturais, políticas e sociais dos documentos que registram essas catástrofes, buscando reparar e garantir a inclusão de narrativas diversas. Dessa forma, os SOCs tornam-se um ato simbólico de reparação, proporcionando uma representação mais abrangente das vozes historicamente silenciadas.

No Brasil, iniciativas relacionadas aos SOCs na justiça de transição incluem, como referência, o Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia. Desenvolvido pela pesquisadora Nair Kobashi, da Universidade de São Paulo (USP), esse vocabulário foi criado a partir do arquivo da Comissão de Anistia e “contém os testemunhos documentados das perseguições sofridas e das reparações concedidas pelo Estado” (Kobashi, 2014).

Nesse contexto, ao integrar pilares da justiça de transição, o mencionado Vocabulário tem o potencial de dar visibilidade a narrativas silenciadas, possibilitando um resgate de reparação das memórias coletivas da ditadura militar. Iniciativas nacionais, como o Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia, e internacionais, como a *OntoRights*, mostram a importância de adaptar esses sistemas às especificidades culturais, políticas e sociais de cada realidade, de forma a garantir que as informações e a análise das violações contribuam efetivamente para os

orientar suas políticas públicas para assegurar a implementação efetiva de direitos civis, políticos, sociais e econômicos (Brasil, 2016).

processos de verdade, memória, reparação, justiça e fortalecimento da democracia.

Ao enfrentar os desafios de incluir as perspectivas das vítimas e assegurar a transparência na representação desse tipo de informação, destaca-se o conceito de hospitalidade cultural, proposto por Clare Beghtol (2002). Fundamentado nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Justiça Informacional Global, esse conceito enfatiza a responsabilidade dos profissionais da informação em garantir a diversidade de acesso à informação. A hospitalidade cultural refere-se à capacidade dos SOCs de acolher múltiplas vozes e valores culturais em seus processos, assegurando a inclusão e o respeito à pluralidade cultural e informacional. Assim, os SOCs devem refletir essa diversidade, tornando-se espaços abertos a diferentes contextos e narrativas.

No contexto da justiça de transição, o SOC deve refletir sobre sua estrutura a fim de disponibilizar informações que evidenciem as narrativas das vítimas, promovendo a responsabilização e garantindo o acesso à verdade. Segundo Adler (2016), essa função vai além de um aspecto técnico, representando um compromisso ético que deve considerar as complexidades culturais, políticas e sociais dos documentos que registram violações de direitos humanos. A autora reforça ainda que, ao integrar narrativas traumáticas e construir taxonomias reparadoras, o SOC se torna um instrumento de justiça social.

Além disso, Moura (2018) alerta que a forma como a informação é representada pode não apenas reforçar discursos hegemônicos, mas também silenciar vozes marginalizadas. Nessa mesma linha, Duff e Harris (2002) ampliam a reflexão ao defenderem que uma descrição arquivístico/documental verdadeiramente libertadora deve ser desenvolvida de forma colaborativa, aberta à diversidade de narrativas e atenta às dinâmicas de poder. Exemplos como o Microtesauro HURIDOCS e a ontologia *OntoRights* evidenciam a importância de

abordagens inclusivas e contextualizadas nesse campo. O *Justice Watch Archive*, ao utilizar a *OntoRights*, ilustra como um SOC pode apoiar defensores dos direitos humanos ao estruturar informações que expõem violações e fortalecem os mecanismos de responsabilizações.

CONSIDERAÇÕES

A análise dos SOCs demonstra que, quando fundamentados na hospitalidade cultural, esses instrumentos possuem o potencial de resgatar e preservar a memória das violações de direitos humanos, promovendo a reparação e a reconstrução de narrativas ocultadas. Esses dispositivos podem destacar-se não apenas como ferramentas de representação, mas também como elementos fundamentais no acesso à informação para fins de justiça social. Torna-se necessário ampliar e incentivar seu uso, assegurando a inclusão das vozes historicamente silenciadas, de modo que o passado não seja esquecido nem repetido.

Para que a preservação da memória resista ao esquecimento e à distorção, impõe-se a manutenção de um compromisso contínuo com as vítimas, seus familiares e a sociedade como um todo. A memória não deve ser compreendida apenas como um registro histórico, mas como um recurso valioso para enfrentar os desafios contemporâneos e edificar um presente e um futuro pautados no respeito e na proteção dos direitos humanos.

O acesso à informação, em países marcados por graves violações de direitos humanos, constitui condição indispensável para a efetivação da justiça de transição. Os SOCs, especialmente no que se referem à preservação da memória e à reparação das vítimas, devem ser tratados de maneira ética e contextualizada, adaptando-se e fundamentando-se nas especificidades de cada realidade.

Conforme evidenciado por iniciativas internacionais, como as da HURIDOCS, e nacionais, como o Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia, além das reflexões de teóricos como Adler, Duff, Harris e Caswell, os SOCs não podem ser neutros nem padronizados de forma universal. Ao contrário, devem reconhecer os processos de violação de direitos de cada país, assegurando a visibilidade das narrativas silenciadas e promovendo a justiça social.

Abordagens inclusivas e reparadoras revelam-se essenciais para desafiar as lógicas opressoras que, historicamente, silenciaram inúmeras vozes. Dessa forma, os SOCs configuram-se como um ato simbólico de reparação, proporcionando a construção de memórias coletivas mais amplas e diversas. A partir de tais iniciativas, torna-se possível criar um ambiente no qual a verdade e a justiça se estabeleçam como pilares fundamentais para um processo contínuo de transformação social e de respeito à dignidade humana.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa. The Case for Taxonomic Reparations. **Knowledge Organization**, Illinois, v. 43, n. 8, p. 630-640, 2016.
- BOOTH, W. James. The work of memory: time, identity, and justice. **Social Research**, [s.l.], v. 75, n. 1, 2008, p. 237.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3. p. 25-51, 2011.
- BRASIL. **Tratados em direitos humanos:** Sistema internacional de proteção aos direitos humanos. Brasília: MPF, Secretaria de Cooperação Internacional, 2016.
- CASWELL, Michelle. Using classification to convict the Khmer Rouge. **Journal of Documentation**, [s.l.], v. 68, n. 2, p. 162-184. 2012.

CATELA, Ludmila da Silva. O mundo dos arquivos. In: REÁTEGUI, Félix. (org.). **Justiça de Transição**: manual para América Latina. Brasília; Nova York: Ministério da Justiça; ICTJ, 2011. p. 379- 401.

COMISSÃO DE ANISTIA. **Sistema de Informações da Comissão de Anistia (Sinca)**. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-anistia-politica>. Acesso em: 02 fev. 2025.

DUECK, Judith; GUZMAN, Manuel; VERSTAPPEN, Bert. **Micro-thesauri**: a Tool for documenting human rights violations. Switzerland: HURIDOCs, 2001.

DUFF, Wendy; HARRIS, Verne. Stories and names: archival description as narrating records and constructing meanings. **Archival Science**, [s.l.], v. 2, p. 263-85, 2002.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 39-47.

GERACI, Noah; CASWELL, Michelle. Desenvolvendo uma tipologia de documentos relacionados aos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 997-1024, 2019.

KOBASHI, Nair Yumiko. **Vocabulário Controlado da Comissão de Anistia**. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/>.

LINDEBERG, Jöran; HENKEL, Martin. A Shared Data Model for Improved Documentation of Human Rights Violations. **Journal of Human Rights Practice**, [s.l.], v.16, n. 3, p. 1007-1019, November 2019. DOI: <https://doi.org/10.1093/jhuman/huae019>

MÉNDEZ, Juan E. Responsabilização por abusos do passado. In: REÁTEGUI, Félix. (org.). **Justiça de Transição**: manual para América Latina. Brasília; Nova York: Ministério da Justiça; ICTJ, 2011. p. 193-226.

MEZAROBBA, Glenda. De que se fala, quando se diz “Justiça de Transição”? **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [s.l.], n. 67, p. 111-122, 2009

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2018.

ONTORIGHTS. **Human rights ontology**: An ontology for human rights violations documentation. GitHub Pages, 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **About transitional justice and human rights**. [S.l.], 2004.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e repressão**: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

TEITEL, Ruti. Genealogia da Justiça de Transição. In: REÁTEGUI, Félix. (org.). **Justiça de Transição**: manual para América Latina. Brasília; Nova York: Ministério da Justiça; ICTJ, 2011. p. 135-170.

TEMIN, David Myer; DAHL, Adam. Narrating historical injustice: political responsibility and the politics of memory. **Political research quarterly**, [s.l.], v. 70, n. 4, jul. p. 905-917, 2017.



CAPÍTULO 4

FALAS DE SABERES E CONHECIMENTOS GUARANI: UMA ESCUTA INTERCULTURAL PARA A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO⁷

Rodrigo de Sales

Gerson Karai Gomes

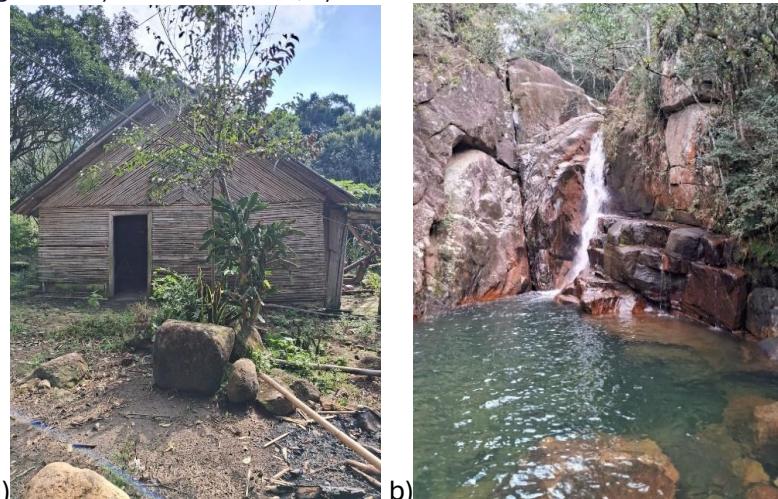
Leonardo Lima Günther

De Tupã a Nahmandu, correm as águas em corredeiras, rios e cachoeiras (veias da Terra) rumo ao mar, morada da aurora, nascente do sol. Para os jurua (os não indígenas), isso pode significar apenas as águas que correm do Oeste para o Leste, em rios que desembocam no mar. Mas não para os Guarani M'byá. Tupã à Oeste (água e fogo), Nahmandu à Leste (sol e luz), Jakaira ao Sul (terra) e Karai ao Norte (ar) são divindades que sustentam

⁷ Este estudo faz parte do projeto “Organização do Conhecimento dos povos Kaingang, Guarani e Laklänö-Xokleng”, coordenado por Rodrigo de Sales no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina.

e direcionam Yvy Rupa (o território) dentro da cosmologia Guarani. Arandu é a própria cosmologia, o saber e o divino para o povo Guarani M'byá. Isso quem nos disse foi Karai Gerson, como é conhecido Gerson Karai Gomes, na aldeia Yakã Porã, na Terra Indígena Morro dos Cavalos, localizada na Enseada de Brito, no município de Palhoça, região de Florianópolis, Santa Catarina. Aliás, aldeia é como vulgarmente chamamos, o nome correto para o território onde se pratica o modo de ser Guarani é “tekoá”. A tekoá Yakã Porã, onde vivia Karai Gerson, é liderada pela cacica Eliara Antunes. A mulher é o espírito de liderança, proteção e organização para os Guarani. Há oito anos, a terra onde hoje está Yakã Porã era degradada pelos não indígenas da região, que utilizaram durante anos o espaço para entulhar bugigangas e lixos de brancos. Lideradas pela cacica Eliara, as famílias Guarani que hoje ali habitam transformaram o lugar em um rico e diversificado território verde – um típico território Guarani.

Figura 1 – a) Tekoa Yakã Porã; b) Cachoeira Yakã Porã



Fonte: Arquivo pessoal de Rodrigo de Sales.

E foram muitas as coisas que Karai Gerson nos contou na Yakã Porã. Hoje, em sua companhia autoral, tentamos trazer neste texto, de modo limitado, mas profundamente interessado, um pouco sobre as formas de organização dos saberes e dos conhecimentos Guarani. É importante frisar que não queremos aqui sugerir ingenuamente que a perspectiva de uma única pessoa Guarani se refira à totalidade da perspectiva do povo Guarani, afinal, assim como ocorre com as intelectualidades não indígenas, no contexto dos povos indígenas também existem divergências e discordâncias. No entanto, trata-se sim, e sem generalizações, de uma fala vinda de quem vivencia a cosmovisão Guarani.

Os modos de se organizar o conhecimento consolidados pelo campo acadêmico-científico da Organização do Conhecimento (OC) parecem não ter alcançado ainda os legítimos e originários modos de lidar com os saberes ancestrais e com os conhecimentos práticos indígenas, uma vez que o campo da OC continua ainda demasiadamente, quase que exclusivamente, amparado por perspectivas euro-estadunidenses-ocidentais assentadas em paradigmas urbano-industriais, que solidificam os alicerces da colonialidade. E nesse sentido, tentar conhecer as formas de organização dos saberes e dos conhecimentos indígenas, especificamente dos Guarani, exige uma estratégia e uma abordagem decolonial. Decolonizar significa compreender e confrontar a matriz do poder colonial, que historicamente vincula a ideia étnico-racial como um critério de classificação e controle social, com o desenvolvimento do capitalismo global (moderno, colonial, eurocêntrico), iniciado como parte da formação histórica da América (Quijano, 1992).

Justiça seja feita, esforços primorosos de aproximações do campo da Organização do Conhecimento com os conhecimentos indígenas já vêm sendo realizados no campo biblioteconômico, seja para examinar a forma como o conhecimento indígena está representado em importantes

instrumentos (Yeh, 1971), seja por meio de estudos conceituais e terminológicos a partir de escutas indígenas (Lee, 2011) ou, ainda, pela perspectivação decolonial de uma possível ontologia informacional ameríndia (Menezes, 2021). Aliás, Menezes (2023) já deslocou muito bem o conceito colonial de biblioteca pela via da cosmovisão indígena, ao mostrar, por exemplo, que a biblioteca vista como terra acaba por deslimitar o próprio conceito de biblioteca, pois desestabiliza por completo o modo colonial de controlar significações. Deslocar conceitos talvez seja uma das formas mais eficientes de confrontar a colonialidade do conhecimento e da organização do conhecimento.

Porém, o caminho adotado em nosso estudo não vai nem pela via da representação em sistemas de classificação, nem pela via dos estudos conceituais e terminológicos e nem mesmo pela via das potencialidades ontológicas e informacionais conectadas com estudos indigenistas. Optamos por uma perspectiva dialógica orientada pela interculturalidade crítica, a fim de que algo seja posto ou mesmo desvelado deste diálogo.

Perspectivas dialógicas de compreensão e enfrentamento dos desafios que se colocam no âmbito das relações interculturais são demandas reais para uma vida mais justa socialmente e, somadas a estratégias sociais decoloniais, são, segundo Fleuri (2017), fundamentais para se promover a vida em plenitude (Bem-Viver). A escuta epistêmica das cosmovisões ancestrais não-coloniais, mediante a interação dialógica com os povos originários, é a condição para que possamos desconstruir a colonialidade e aprender com os povos ancestrais a vivenciar formas não-coloniais de ser, saber e poder, na perspectiva de conviver e gerar vida em plenitude (Fleuri, 2017).

Confrontar a violência epistêmica que subvaloriza alguns saberes em detrimento da supervalorização de outros (Gaytán Zamudio, 2018) é, a nosso ver, responsabilidade também desta área chamada Organização do Conhecimento. Procuramos fazer

aqui este enfrentamento adotando como abordagem/estratégia a interculturalidade crítica sistematizada por Catherine Walsh (2009, 2012) e por Natalia Duque Cardona (2019, 2020). Segundo esta última autora, agir de acordo com a interculturalidade é buscar conhecer e reconhecer formas legítimas de produção e transmissão de conhecimentos a partir de povos subalternizados pela colonialidade, especialmente no contexto de Abya Yala (Latino América).

Para que nossa abordagem fosse realmente intercultural, o método que adotamos neste estudo foi o método da escuta epistêmica e do diálogo. Com a erva-mate e o tabaco no Petyngua, nos sentamos, ouvimos e conversamos com um indígena Guarani (Karai Gerson, que também assina este texto); e ele falou sobre o modo de ser Guarani (Nhande reko), falou sobre Arandu e Teko. Tomamos também como fonte de conhecimento para este estudo o livro “Tape mbaraete anhetengua = Fortalecendo o caminho verdadeiro”, produzido no âmbito do Programa Ação Saberes Indígenas nas Escolas (ASIE - Núcleo Santa Catarina), que discorre sobre o conhecimento e a cultura do povo Guarani a partir da escuta e da fala do próprio povo Guarani. Esta foi a maneira de conhecer um pouco sobre as formas de se produzir e transmitir conhecimentos Guarani, e mais, esta foi a tentativa de entender suas formas de organização dos saberes e dos conhecimentos, objetivo maior deste estudo.

Muito já tem sido dito sobre o modo de ser Guarani (Nhande reko) e sobre Arandu – a sabedoria vinda dos xeramõi e xedjaryi (anciões e anciãs). Obras como as de Barros e Castro (2005), Segalli *et al.* (2018) e Ioris, Pereira e Geotttert (2021), para citar apenas algumas, reúnem, pela via acadêmica de indígenas e não indígenas, muita informação a respeito do nhandereko (Nhande reko) Guarani, seja pela visão dos Ñandeva, dos Kaiowá ou dos M'byá.

Mas, para além dos livros, optamos também pela via da escuta e da conversa para entendermos um pouco sobre os

saberes e os conhecimentos Guarani que se dão e se organizam no Nhande reko, no encontro de Arandu e Teko.

JÁ ESTAVAM EM PINDORAMA

Após séculos de extermínios, violências dos mais variados tipos e tentativas de apagamentos culturais e existenciais, 1.693.535 indígenas habitam o Brasil, distribuídos em 305 etnias e falando 274 línguas diferentes (IBGE, 2024). Mais de trezentos povos, e todos se chamam de “parentes” ainda hoje em Pindorama.

A diversidade cultural que existe entre os povos indígenas é centrada numa diversidade de elementos característicos. Segundo Biazi e Sales (2023), a cultura indígena é formada por saberes e conhecimentos que envolvem tradições, rituais, xamanismo, espiritualidade, costumes, vivências, educação indígena, cosmologia, artesanatos, pinturas, grafismos, dança, cantos e línguas. Para os autores, estes elementos constituem a identidade cultural indígena e o pertencimento do indivíduo a um povo.

Esses elementos que compõem a cultura de um povo indígena não podem ser compreendidos e/ou analisados separadamente, pois são elementos coexistentes dentro da cultura indígena e seus sentidos se manifestam conjuntamente. Diferentemente da cultura ocidental, o entendimento de uma cultura indígena não pode ser alcançado por meio de categorizações que isolam os sentidos das coisas. Podemos, de acordo com Biazi e Sales (2023, p. 210), considerar que a cultura indígena é “todo um contexto que se refere ao modo de viver e de compartilhar saberes ancestrais, que atravessam o tempo e se encaixam na realidade vivida do povo indígena”.

Na atualidade, muitos povos indígenas resistem aos processos coloniais e, mantendo a tradição das histórias escritas e das histórias orais, buscam seguir o curso de suas culturas. É, portanto, por meio das falas produzidas pelos próprios indígenas

que se torna possível compreender suas formas de organização de saberes e conhecimentos.

Saberes indígenas é uma expressão que inclui tudo o que se sente, uma expressão que transparece à fumaça do Petyngua e está inscrita no ar que se respira em cada aldeia. A sabedoria indígena está no corpo, na caminhada, na experiência, na memória, na palavra, no silêncio, nos laços da família e da comunidade, na relação com as divindades e com a natureza (Darella *et al.*, 2018, p.15).

Estas palavras estão no livro “Tape mbaraete anhetengua = Fortalecendo o caminho verdadeiro”, organizado por Maria Dorothea Post Darella e outros pesquisadores, produzido no âmbito do Programa Ação Saberes Indígenas nas Escolas (ASIE - Núcleo Santa Catarina), que discorre sobre o conhecimento e a cultura do povo Guarani.

Embora não haja um censo absoluto da população Guarani, nem no Brasil, nem na América do Sul, o Conselho Indigenista Missionário (2023) estima que sua população seja de 225 mil pessoas, distribuída em cinco países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia. No Brasil, estima-se uma população de mais de 67 mil indígenas Guarani, que habitam as regiões Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo) e Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul). Em Santa Catarina, os Guarani se encontram habitando tanto territórios na faixa litorânea (leste e norte) quanto na faixa oeste do estado. Em todo território nacional, os Guarani estão divididos em três grupos: os Ñandeva, os Kaiowá e os M'byá, e todos pertencem ao tronco linguístico Tupi e à família linguística Tupi Guarani (Rodrigues, 1986). Há também, na população Guarani, outros grupos autodenominados, como é caso dos Chiripá (que no Brasil habitam no litoral norte de Santa Catarina) e os Avá-Guarani (fixados na região oeste do Paraná e no Mato Grosso do Sul). A língua Guarani é falada em todas as aldeias e

tekoas, sendo para alguns indivíduos a única língua. O idioma Guarani comporta diversidade e variações quanto a pronúncias, vocábulos e escrita, dependendo da região em que o idioma é falado.

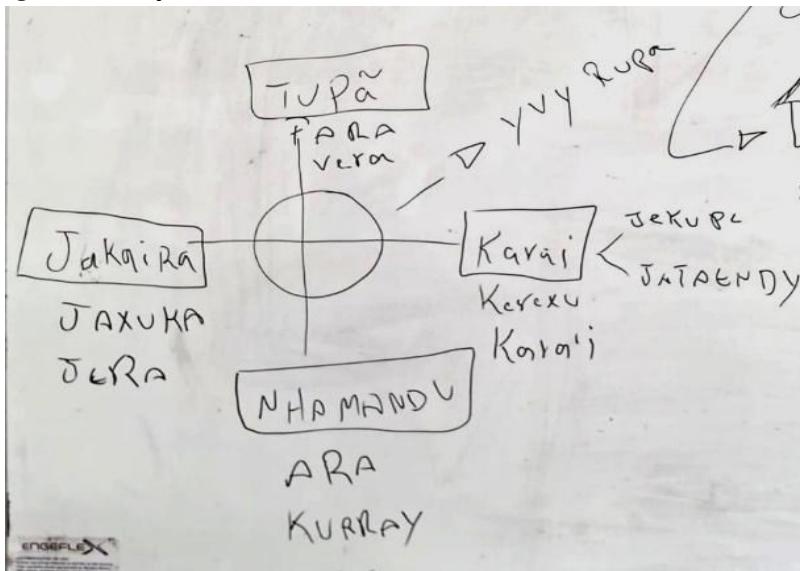
Milênios antes da invasão europeia, os Guarani já estavam aqui. O povo que traz no próprio nome a designação “guerreiro” (guarani) já vivia de acordo com Arandu, já vivia seu Nhande reko, seu Teko. Já se orientava por Tupã e Nahmandu. Já organizava seus saberes e seus conhecimentos. O professor e cineasta Guarani M’byá, Karai Gerson, e o livro “Tape mbaraete anhetengua = Fortalecendo o caminho verdadeiro” nos permitiram saber um pouco mais sobre isso.

UM POUCO SOBRE O SABER/SABEDORIA (ARANDU) E O CONHECIMENTO (TEKO) GUARANI

A rosa dos ventos riscada pelas mãos indígenas logo apresentou a conexão do Guarani com o planeta, pois, diferentemente da convenção jurua (não indígena), que posiciona o Norte sempre acima – independentemente da posição que estejam, os brancos colocam o Norte sempre do lado de cima do papel –, Karai Gerson posicionou o Oeste no lado de cima, com o Leste abaixo, o Sul à esquerda e o Norte à direita.

E isso simplesmente porque ele estava de frente para o Oeste. Isso sugere, no mínimo, que o Guarani sabe onde está o Oeste, sabe onde está no mundo. Arandu já falou com os sábios guarani (xeramõi e xedjaryi), já falou que ao Sul está Jakaira (a terra), que à Oeste está Tupã (a água e o fogo), que ao Norte está Karai (o ar) e que à Leste está Nahmandu (o sol, a luz). É para luz que se vai; é para lá que, na cosmovisão Guarani, se encontra a Terra sem Mal (Yvy Maraê'y), onde está Nahmandu.

Figura 2 - Direções relativas em Arandu



Fonte: Elaborado por Gerson Karai Gomes.

O livro “Tape mbaraete anhetengua = Fortalecendo o caminho verdadeiro” é também um exercício de escuta epistêmica, pois nele falam xeramõi e xedjaryi (anciões e anciãs) e falam também importantes lideranças Guarani, como Aristides da Silva (Wera Mirim), Marta Benite (Para Rete), Jorge Benites, Augusto da Silva (Karai Tataendy), Maria Guimarães (Para Rete), Mario Guimarães (Kuaray Mirim), Ana da Silva (Yva), Julio da Silva (Karai), Timóteo de Oliveira (Karai Mirim) e André Benite. São eles e elas que, no referido livro, nos contam que o saber Guarani (Arandu) é transmitido pela fala e pela escuta.

Nós, povo Guarani, vimos transmitindo a nossa história desde o início do mundo, quando Nhanderu nos criou para vivermos aqui na Terra. A nossa palavra caminha com a gente, pois ela manifesta, ali para onde vamos e a cada vez que nos encontramos, a fonte de nossa sabedoria

ancestral. Quando um xeramõi ou quando uma xejaryi se levanta para falar no meio de nós, a sua fala repete outras falas, ouvidas durante a infância de seus avós, os quais, por sua vez, traziam as palavras ouvidas dos seus próprios avós, e assim sucessivamente. É a mesma palavra milenar, infinita, que guardamos e carregamos em nossos corações, geração após geração. O conhecimento dos antigos nunca vai ser contado por inteiro, de um dia para outro, pois são muitas coisas para contar. No entanto, hoje em dia é importante contarmos um pouco para que os não indígenas possam aprender a respeitar o nosso sistema, o Mbya reko (Darella et al., 2018, p. 28).

A produção e a transferência do saber Guarani estão definitivamente centradas na palavra falada e escutada, na força da oralidade guiada e inspirada pela ancestralidade e pelas divindades.

Nhamandu, o pai do Sol, vem nos levantar e nós compartilhamos belamente as palavras e a alegria que ele nos inspira. Essa é a orientação que ele nos dá, mostrando o modo em que devemos nos conduzir, seguindo, todos nós, um só e mesmo pensamento. Aqueles que estão no alto, nossos pais verdadeiros, iluminam verdadeiramente cada pessoa com o conhecimento da expressão das belas e boas palavras. É isso que nós desejamos! Alguns entre nós, aqueles que ainda lembram das orientações que recebem, agradecem a Nhamandu, a cada amanhecer, por ele estar vindo sempre de novo nos levantar e inspirar as belas palavras em nossos corações (Darella et al., 2018, p. 29).

Certa vez, numa sala de aula da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina, estudantes Guarani, Kaingang e Laklänö-Xokleng foram unânimes ao afirmarem que as bibliotecas para seus povos são os anciões, os mais velhos, os avós.

Nós, mais velhos, agradecemos as palavras que Nhanderu já falou. Ele determinou como haveria de ser o nosso costume, como deveríamos levar os nossos caminhos na vida. O costume que nós mais velhos aprendemos, vivemos e experimentamos está se acabando, pois os mais velhos estão indo embora deste mundo e hoje só resta um ou outro. Os jovens, as crianças, os professores e as lideranças precisam lembrar, por isso precisam ouvir dos mais velhos como é o nosso costume, como tem que ser levado, pois tudo isso permanece guardado no nosso conhecimento, na nossa memória. Nas aldeias, todo mundo precisa ouvir. Como é que vai ser falado? Cada pessoa vai falar, cada pessoa vai escutar. Assim, vamos contar como é o nosso costume, seguindo o que já foi falado, continuando com a mesma palavra, cada um acrescentando um pouquinho (Darella et al., 2018, p. 32)

Importante dizer que na cosmovisão Guarani, saber/sabedoria e conhecimento podem ser coisas diferentes, mas nunca separadas. O saber está em Arandu, o conhecimento está no Nhande reko, em Teko. Arandu é o saber, a sabedoria, a cosmologia, o divino, a espiritualidade, a abstração que guia e conecta com o sagrado, com a ancestralidade. Nhande reko é o modo de ser e viver Guarani, é o Teko, é a cultura, é a prática, e conhecimento para os Guarani está ligado a essa prática. Então, não é nada absurdo dizer que para os Guarani o saber é espiritual e o conhecimento é a prática deste saber, e ambos não se separam.

Arandu e Nhande reko juntos desenham a convivência comunitária Guarani, e seu respeito profundo à natureza dá luz e dinamiza uma outra forma de produção de vida e de organização social, pautadas no convívio e no compartilhamento, promovendo assim a vida em plenitude.

No portal da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA), Mário Ramão Vilhalba e Michele Dacas afirmaram que no termo ‘Arandu’ são encontrados dois

conceitos: “Ára” “tempo, espaço, cosmos” e “Andu” “sentir e ouvir [...] Arandu nos diz: na busca da sabedoria precisamos saber ouvir e sentir o tempo” (Vilhalba; Dacas, 2024, s.p.). Sentir e ouvir o tempo, o cosmos, eis o Arandu.

Na Yakã Porã, Karai Gerson nos contou que Arandu é o saber, é a cosmologia Guarani, é a luz de saber conduzida pelas divindades (Tupã, Nhamandu, Karai e Jakaira). É Arandu que direciona as dimensões do planeta e também do Yvy Rupa (território). Arandu é a conexão da espiritualidade e da ancestralidade Guarani sentida, revelada e significada diante do fogo na Opy (casa de reza) pelos xeramõi e xedjaryi (anciões e anciãs) e pelos karai (indígenas Guarani que têm a capacidade de educar e de tratar problemas de saúde física e espiritual). É também na Opy que Arandu revela a Kaxo (história) do Ara Pyau (tempo velho) e do Ara Ymã (tempo novo).

Enquanto xeramõi e xedjaryi se comunicam com os espíritos ancestrais na Opy, cuidando e mantendo vivo o saber Guarani, e os karai cuidam da educação e dos problemas de saúde física e espiritual, os caciques e cacicas cuidam e lideram o território, a tekao e o Nhande reko. A organização política e social das tekaoas e aldeias, assim como o cuidado com o modo de ser Guarani, são realizados por caciques e cacicas sem nunca se descolarem de Arandu. O saber de Arandu se mantém vivo diante do fogo na Opy e também no Nhande reko, o modo de ser Guarani.

A relação que os povos originários estabelecem com a terra, com o território, é uma relação existencial. Os povos Guarani demarcam bem isso em sua própria língua. Aldeia para os Guarani é simplesmente um conjunto de indígenas reunidos, e isso pode ocorrer em qualquer lugar. Por outro lado, tekao é o lugar em que se pratica a cultura Guarani. É da tekao que o Guarani necessita para manter viva sua existência. É na tekao que se vive o Nhande reko, e é no Nhande reko que Arandu (saber/sabedoria) e Teko (conhecimento) se realizam na vida

Guarani. O Nhande reko é o costume e o conhecimento Guarani, guiados que são por Nhanderu Rú (ou Nhanderu) – o pai criador.

Nós vamos levar o nosso costume para a frente, para que Nhanderu veja o nosso costume e a nossa palavra. Nhanderu deixou tudo isso para nós, a nossa língua, o nosso costume, quando ele nos gerou e nos enviou à Terra. Nhanderu nos deixou todos esses conhecimentos para que possamos falar, para que cantemos na opy de noite, para que fumemos, para que nos lembremos dele, de tarde, de manhã (v p. 33).

A espiritualidade, a conexão com Nhanderu (o pai primeiro) é a fonte do conhecimento e do costume Guarani. “Nós temos as nossas lideranças, temos quem nos oriente, temos o nosso costume, isso porque nós temos o nosso chefe maior: Nhanderu Tenonde. É nele que precisamos acreditar” (Darella et al., 2018, p. 34).

O nosso costume tem vários tipos de palavras. Para entender o nosso conhecimento, o nosso costume, existem muitas palavras, existem muitos conteúdos. Nós respeitamos todas as coisas que existem no mundo. Nhanderu criou todas as coisas para que possamos saber mais, para compreendermos mais do que o costume do jurua (Darella et al., 2018, p. 33).

E a forma de transmitir o conhecimento, de educar os Guarani mais jovens também vem de Nhanderu.

É Nhanderu que nos ensina tudo sobre o nhande reko. A nossa educação é de vários tipos, para aprendermos a viver dentro da aldeia, na mata, no rio, em cada lugar. Educamos para ter conhecimento. Os brancos não nos dão a palavra, o conhecimento a gente já tem. Nosso conhecimento não vem de um lugar só, vem de vários lugares (Darella et al., 2018, p. 35).

A universidade do Guarani é a própria natureza. Mas em se tratando de produção e transmissão de conhecimentos, o sonho também é uma importante fonte de conhecimento para os indígenas. Quando um Guarani sonha e fica pensando nesse sonho, nos conta Karai Gerson, ele fala para seus mais velhos e estes, por sua vez, comunicam aos anciões, que levam esse sonho para ser refletido e significado na casa de reza (Opy). Deste sonho surgirá uma mensagem, um saber, um aviso, enfim, um conhecimento Guarani. Sobre os sonhos (Ra'u) eles afirmam:

Mesmo não sendo karai, devemos fazer a nossa parte para podermos entender alguma coisa quando sonhamos, entender o sentido do que foi mostrado no sonho. É verdade aquilo que guardamos em nossos corações, temos que entendê-lo. Vocês jovens devem contar os seus sonhos para os mais velhos dizerem o que é importante saber sobre o que foi sonhado. Quando se sonha, mesmo quando se é uma criança, o sentido do sonho precisa ser entendido [...]. Quando nós, mais velhos, fazemos uma oração, quando cantamos na opy, falamos com Nhanderu a respeito de todos os parentes que vivem em Yvy Rupa. Por isso, quando sonhamos, podemos saber o que vai acontecer com as pessoas em outras aldeias (Darella et al., 2018, p. 52).

Outro aspecto marcante no conhecimento Guarani é a relação indissociável entre praticar e conhecer. Sandra Benites, indígena Guarani Nhandewa, afirma que “*Mbo'e* – ensinar, educar – não é apenas contar o que está no papel, educar em Guarani é fazer juntos, demonstrar, praticar e aprender fazendo. O conceito de *mbo'e* é preparar para a vida, explorar as competências de cada *teko* [cultura] individual” (Benites, 2023, p. 201).

Esse vínculo do conhecimento com a prática está presente no modo de ser de todos os parentes indígenas, pois Célia Xakriabá já afirmara:

A intelectualidade indígena não está apenas na elaboração do pensamento que acontece na cabeça. Está na elaboração do conhecimento produzido a partir das mãos, das práticas e de todo o corpo. Todo corpo é território e está em movimento, desde o passado até o futuro. É aí que a intelectualidade indígena acontece (Xakriabá, 2023, p. 321).

Para os Guarani, como nos conta Karai Gerson, o conhecimento é o teko, é a prática da cultura, está na plantação, na colheita, na pesca, na caça, na construção, na vestimenta e na alimentação, assim como na dança e nas canções. O teko é a cultura, é o conhecimento colocado em prática. São as ações praticadas e vividas na tekoa. O teko (cultura e conhecimento, nunca separados) está também no cuidado com as crianças, no cumprimento, na língua, na saúde, na educação e nos sonhos (Darella, 2018).

Em síntese, e apenas para o entendimento dos não indígenas, pois obviamente que essa conexão da cosmologia Guarani com seu modo de ser não é tão simples assim, podemos afirmar que o saber (ou a sabedoria) tem a ver com Arandu (espiritualidade), ao passo que conhecimento tem a ver com teko (cultura, prática), e ambos nunca se separam. Essa distinção nos parece importante aqui para tentarmos compreender um pouco os modos de organização dos saberes e conhecimentos Guarani.

ORGANIZAÇÃO DOS SABERES E DOS CONHECIMENTOS GUARANI: UMA MIRADA INTERCULTURAL

Os estudos interculturais podem ser vistos como uma perspectiva crítica que opera como caminho, conceito e ação e pode ser adotada como uma alternativa de enfrentamento à colonialidade, tornando possível a articulação de uma gama de saberes, inclusive, nos campos informacionais e nos esforços de organização do conhecimento (Duque Cardona; Restrepo

Fernández; Velásquez Yepes, 2021). Beltrán (2015) destaca que a interculturalidade surge como uma abordagem comprometida com a equidade de grupos distintos por meio do diálogo e do consenso que determina e desenha a sociedade e a diversidade cultural.

A abordagem intercultural pode ser entendida também como uma política de fortalecimento dos saberes tradicionais e uma estratégia de harmonia e estima às diferenças de múltiplas culturas, tendo como propósito possibilitar a troca recíproca entre costumes em condições de igualdade (Urquiza; Calderoni, 2017; Cortez; Aprigio, 2021). E é justamente este caráter político de fortalecimento dos conhecimentos tradicionais e acolhimento das diversidades, que opera pela harmonia das diferenças culturais, que nos inspira a adotar a interculturalidade como abordagem de enfrentamento no escopo da Organização do Conhecimento.

Diferentemente do multiculturalismo de tradição liberal e anglo-saxã, alavancado principalmente nos Estados Unidos e no Canadá a partir da década de 1960, a interculturalidade latino-americana vincula-se aos povos originários, fato que a distingue também da interculturalidade praticada na Europa, que se preocupa com a integração de imigrantes de países pertencentes à África e às Américas (Repetto, 2019). Assim, adotamos como caminho metodológico a interculturalidade latino-americana, especificamente a interculturalidade crítica defendida por Catherine Walsh e Natalia Duque Cardona.

A interculturalidade crítica surge das discussões dos movimentos sociais contra-hegemônicos e, segundo Walsh (2009, 2012), pode ser usada como ferramenta pedagógica para refutar os processos de racialização, subalternização, inferiorização e os padrões de poder exercidos por eles. Ademais, pode contribuir para a criação e expansão de perspectivas que pensem a articulação e o diálogo com as diferenças apoiadas pela legitimidade, a dignidade e o respeito. Duque Cardona

(2019) afirma que a interculturalidade é um projeto ético, político, social e epistêmico. O grande projeto que se coloca em nossos horizontes é a busca por alternativas para combater e transformar a visão hegemônica e favorecer as relações entre o conhecimento e a interculturalidade, para que assim possamos estabelecer a práxis do campo informacional com as comunidades e a partir delas (Duque Cardona, 2019).

Consideramos que por se tratar de uma abordagem estratégica criada no contexto latino-americano, a partir de movimentos contra-hegemônicos, a interculturalidade crítica tem grande potencial para nos servir neste estudo. Como afirma Duque Cardona (2020), agir de acordo com a interculturalidade é buscar conhecer e reconhecer formas legítimas de produção e transmissão de conhecimentos de povos subalternizados e/ou sub-representados.

Como apresentado em páginas anteriores, o saber Guarani está em Arandu, que é a cosmologia, a ancestralidade e a espiritualidade que iluminam e alimentam a intelectualidade e o sentimento do povo Guarani. Nesse sentido, para não cometermos nenhum reducionismo acadêmico colonial, preferimos não forjar qualquer forma de organização dos saberes Guarani e optamos por apenas destacar que esses saberes são emanados pelas divindades que compõem Arandu, e que estão presentes nas palavras proferidas pelos xeramõi (anciões) e pelas xedjaryi (anciãs). Arandu emana sabedoria do fogo sagrado na Opy e anciões e anciãs professam os saberes Guarani.

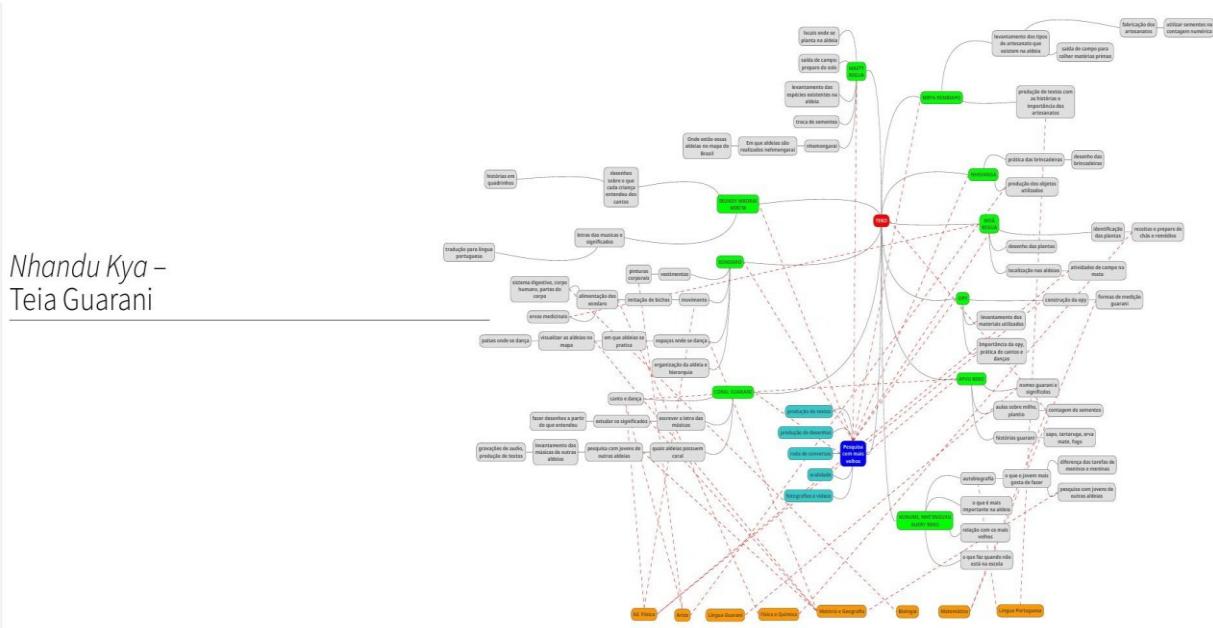
No que concerne à organização do conhecimento do povo Guarani, por se referir à própria prática da cultura Guarani (Nhande reko), uma representação se torna possível e, inclusive, já foi construída e apresentada pelos próprios Guarani na obra “Tape mbaraete anhetengua”. Naquela oportunidade, o objetivo empreendido pelo programa Ação Saberes Indígenas na Escola (Núcleo de Santa Catarina), junto aos anciões e anciãs e demais lideranças do povo Guarani da região, foi criar uma representação

dos conhecimentos Guarani que servisse de visão geral para a educação escolar indígena, voltada para educadores e aprendizes Guarani. Deste empreendimento coletivo, guiado pelas palavras dos anciões e anciãs, surgiu a Nhandu Kya (Teia Guarani). Podemos afirmar com toda tranquilidade que a representação do conhecimento formalizado na Teia Guarani é uma legítima forma de organização do conhecimento Guarani.

Elaborada para a educação escolar Guarani, a Teia organiza o Teko (conhecimento) nos seguintes agrupamentos (ou ramificações):

- *Maety Regua* – ligado a plantas, sementes, cultivos, solos, territórios e nhemongarai (ritual de nominação e consagração de alimentos);
- *Yrundy Mborai Miri'n* – relacionado aos cantos e suas significações; *Xondaro* – relacionado à dança-arte guerreira de proteção e defesa dos Guarani, bem como os elementos que a compõe (vestimentas, pinturas, movimentos, alimentação, espaços e hierarquias);
- *Coral Guarani* – atinente aos cantos, danças e letras das músicas;
- *Kunumi, Nhe'enguxu Kuery Reko* – correspondente a relações, comportamentos, gostos e subjetividades de cada indivíduo (autobiografias);
- *Ayvu Reko* – relacionado a nomes, significados, histórias Guarani e plantio do milho;
- *Opy* – construção da casa de reza, formas de medição e materiais utilizados na construção e, principalmente, a importância da Opy;
- *Moā Regua* – relacionado a plantas, receitas e preparos medicinais;

Figura 3 - A Teia Guarani



Fonte: Darella et al. (2018, p. 22-23).

- *Nhevanga* – correspondente às brincadeiras e objetos utilizados para brincar;
- *Mbya Rembiapo* – relativo aos artesanatos, formas de fabricá-los, matérias-primas utilizadas e suas histórias.

A divisão e a articulação dessas classes de assuntos Guarani podem ser verificadas na Figura 3. Como pode ser observado na referida Figura, para fins de educação escolar, os conhecimentos Guarani foram distribuídos entre as disciplinas de Educação Física, Artes, Línguas (Guarani e Portuguesa), Física, Química, História, Geografia, Biologia e Matemática. A articulação entre as classes de conhecimentos Guarani com disciplinas curriculares não indígenas não é o mote da observação e dos propósitos deste estudo, pois servem mais aos estudos voltados à educação escolar. Nossa foco está voltado para a forma como os Guarani organizam seus conhecimentos dentro de sua cultura.

Nesse sentido, observa-se que os conhecimentos agrupados pelas classes (ou categorias) Maety Regua, Yrundy Mborai Miri'n, Xondaro, Coral Guarani, Kunumi, Nhe'enguxu Kuery Reko, Ayvu Reko, Opy, Moã Regua, Nhevanga e Mbya Rembiapo são partes integrantes de uma única teia e se encontram todos no ponto central do Teko. Em outras palavras, o Teko, o conhecimento Guarani, é a “teificação” de todos esses conhecimentos que compõem juntos a cultura Guarani, o Nhande reko.

Todos esses conjuntos de conhecimentos que compõem o Teko (conhecimento Guarani) e o Nhande reko (cultura Guarani) se articulam também nas escolas guarani, com pesquisas feitas juntos aos “mais velhos”, e produzem elementos tanto da tradição oral (oralidades e rodas de conversas), quanto da tradição escrita (textos e desenhos), além de produções fotográficas e audiovisuais.

Com a organização do conhecimento Guarani representada na Teia Guarani, elaborada pelas lideranças Guarani, observamos, assim como afirmou Karai Gerson, que o conhecimento (Teko) tem a ver com a prática da cultura (Nhande reko), tem a ver com o conhecimento estar na ação, estar no que se faz na Tekoa, estar no corpo todo, não somente na cabeça. Como mostrado na Teia Guarani, os conhecimentos a respeito das sementes, das plantas, dos cultivos, dos preparos, dos solos, dos territórios, das danças, das lutas, das pinturas, dos objetos, das vestimentas, das fabricações, das construções, dos materiais, das músicas, da alimentação e dos artesanatos formam o repertório do conhecimento Guarani, esse conhecimento concreto que realiza o Nhande reko. Conhecer e praticar são acontecimentos profundamente associados dentro da cultura Guarani.

Vale destacar ainda, conforme observado na Teia Guarani, que a cultura também está nos “produtos” do fazer Guarani, que, embora já estáticos, como nos artesanatos, também são elementos da cultura. Assim, quando se fala no Nhande reko, fala-se num modo de ser que não está exclusivamente ligado a uma ação, a um movimento, mas também aos produtos gerados a partir dessas ações.

Como o propósito deste estudo foi o de conhecer, por meio de uma abordagem intercultural dialogada, as formas de organizar os saberes e os conhecimentos Guarani, e isso por meio da identificação de como o povo Guarani produz e transmite seus saberes e conhecimentos, podemos inferir que os saberes são produzidos na conexão ancestral dos anciões e anciãs perante o fogo sagrado na Opy, e transmitidos por eles por meio da oralidade. Já os conhecimentos, atrelados a própria prática da cultura Guarani, são produzidos e transmitidos ao mesmo tempo, quando do processo de aculturamento, que não se dá pela via única da intelecção, mas principalmente pela realização do que se conhece.

Em linhas gerais, não nos parece descabido afirmar que a organização dos saberes Guarani não é passível de representação acadêmica, porque se dá na relação do sagrado ancestral com os sábios Guarani, algo que escapa da ciência jurua. Já com relação à organização do conhecimento, parece seguro afirmar que esta pode ser representada com base na organização das atividades culturais mostradas na Teia Guarani, uma vez que o Teko (conhecimento) está ligado à prática cultural (*Nhande reko*).

Partir desta representação já tecida pelos Guarani (a Teia Guarani), que foi elaborada para orientar a educação escolar, parece-nos uma boa forma de apresentar ao campo da Organização do Conhecimento uma legítima representação do conhecimento Guarani, afinal, este campo não parece conhecer ainda as classes de assuntos Maety Regua, Yrundy Mborai Miri'n, Xondaro, Coral Guarani, Kunumi, Nhe'enguxu Kuery Reko, Ayvu Reko, Opy, Moã Regua, Nhevanga e Mbya Rembiapo. É importante frisar que tais classes, dentro do Teko, não operam isoladamente, pois são partes integrantes de um modo de ser, não apenas de um modo de saber.

CONSIDERAÇÕES

Este texto não deve ser lido como um fruto a ser consumido, mas sim como uma semente a ser germinada no terreno fértil da Organização do Conhecimento. As falas que aqui trazemos foram escritas e faladas pelos Guarani e juruas. Num exercício de escuta e diálogo interculturais, procuramos visibilizar, mesmo que preliminarmente, classes legítimas de assuntos Guarani, classes essas que foram tecidas na Teia que potencialmente representa o conhecimento Guarani. Podemos aqui enxergar que ser, saber e conhecer são ações que não se separam na cultura Guarani, pois é Arandu (o saber) que orienta o Teko (conhecimento) praticado no *Nhande reko* (modo de ser)

do povo Guarani. A espiritualidade ancestral (saber) que guia as ações (conhecimento) da cultura Guarani (Nhande reko) faz surgir o ser Guarani. Lembrando que quando se fala em Nhande reko, fala-se tanto da prática cultural quanto dos produtos gerados por essas práticas.

A facilidade que os juruas têm de separar o que se sabe e o que se conhece daquilo que se é, dificulta, muitas vezes, que compreendam um viver em plenitude. Motivo, talvez, pelo qual tenham tantas dificuldades em reconhecer formas de organização do conhecimento que acontecem com outras cosmovisões. O exercício de apresentar aqui uma representação gráfica (a Teia) do conhecimento Guarani só foi possível porque a Teia foi construída a partir da escuta do próprio povo Guarani.

Como horizontes de estudos possíveis para a Organização do Conhecimento, vislumbramos compreender um pouco mais a articulação que se dá entre as classes dos assuntos Guarani, e não apenas apresentá-las, como aqui fizemos. Almejamos, inspirados por uma das falas de Karai Gerson, pensarmos futuramente a representação do conhecimento Guarani em forma de ‘colmeia’, e isso porque, como nos disse Gerson, “nós, Guarani somos muito parecidos com as abelhas, que trabalham juntas e compartilham atividades”. Poderemos ter em breve uma Teia e um Colmeia para representarem o conhecimento Guarani. E quem sabe poderemos ter muitas formas de representar o conhecimento Guarani e o conhecimento de tantos outros povos indígenas no campo da Organização do Conhecimento. E isso, claro, se partir da fala e da visão dos próprios povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. M.; CASTRO, R. P. (Org.). **Ara reko**: memória e tempo Guarani. Tradução de Ruth Monserrat e Algemiro Silva (Karai Miri). 2 ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BELTRÁN, J. **La interculturalidad**. Barcelona: Editorial UOC. 2015.

BENITES, S. Kunhã Py'a Guasu. In: CARNEVALLI, F. et al. (ed.). **Terra: Antologia afro-indígena.** São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama. 2023. p. 193-205.

BIAZI, A. A. B. P.; SALES, R. Vocabulário controlado em rituais Kaingang: uma construção instrumental para enfrentar a violência linguística e epistêmica no sul do Brasil. **Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas**, [s.l.], v. 10, n. 1, 2023, p. 200–228.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO [website]. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2017/04/39488/>. Acesso em: 21 ago. 2024.

CORTEZ, M.; APRIGIO, V. T. A mediação de leitura literária em contextos plurilíngues. In: DUQUE CARDONA, N.; CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas: a mediação sobre outras perspectivas.** São Carlos, SP: Pedro & João Editores. 2021, p. 83-97.

DARELLA, M. et al. (org.). **Tape mbaraete anhetengua = Fortalecendo o caminho verdadeiro.** Florianópolis: [s.n.], 2018. (Programa Ação Saberes Indígenas nas Escolas – SECADI/MEC).

DUQUE-CARDONA, N. ¿Ciencia de la información para qué y pára quién? Aproximación e los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. In: Duque-Cardona, N.; Silva, F. C. G. (org.). **Epistemologías latino-americanas na biblioteconomia e ciência da informação:** Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha; Selo Nyota. 2020, p. 45-71.

DUQUE-CARDONA, N. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales. **Revista Forum**, Medellin, n. 15, 2019, p. 171-200.

DUQUE-CARDONA, N.; RESTREPO-FERNÁNDEZ, M. C.; VELÁSQUEZ-YEPES, S. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. In: MACHADO, E. C. G., DUQUE CARDONA, N; SANTILLÁN ANGUINO, E. I. (org.). **Los estudios interculturales.** una ventana para el diálogo de saberes desde Abya Yala. Medellín: Universidad de Antioquia, 2021. p. 201-222.

FLEURI, R. M. Aprender com os povos indígenas. *Revista de Educação Pública*, [s.l.], v. 26, n. 62/1, p. 277-294, maio. 2017.

GAYTÁN ZAMUDIO, R. M. Violencia epistémica y creación de subjetividades coloniales. In: López Nájera, V. R. (Coord.). **De lo poscolonial a la descolonización**: genealogías latino-americanas. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018. p. 28-43.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de informações sobre os povos indígenas e quilombolas**. [S.l.], 2024.

IORIS, A. A. R.; PEREIRA, L. M.; GOETTERT, J. D. (org.). **Guarani e Kaiowá**: modos de existir e produzir territórios. Curitiba: Appris, 2021.

LEE, D. Indigenous knowledge organization: a study of concepts, terminology, structure and (mostly) indigenous voices. **Partnership**: the Canadian Journal of Library and Information Practice and Research, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 1-33, 2011.

MENEZES, V. S. Biblioteconomia Indígena: tramas encantadas pela Terra Viva. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [s.l.], v. 28, n. Dossie Especial, p. 1-24, 2023.

MENEZES, V. S. Da representação à perspectivação de(s)colonial do conhecimento: a ontologia informacional sob a tez ameríndia. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 1-25, 2021.

Quijano, Anibal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. **Peru Indígena**, [s.l.], v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

REPETTO, M. O conceito de interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina. **Textos e Debates**, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 69-87. 2019.

SEGALLI, A. et al. (org.). **Tekoha Ka'aguy**: diálogos entre saberes Guarani e Kaiowá e o ensino de ciências da natureza. Jundiaí: Paco, 2018.

URQUIZA, A. H. A.; CALDERONI; V. A. M. de O. A interculturalidade como ferramenta para (des)colonizar. **Prim@ Facie International Journal**: Direito, História e Política. América Latina – Teorias pós-colônias, educação e direitos humanos, [s.l.], v. 33, n. 16, p. 1-29, 2017.

VILHALBA, M. R.; DACAS, M. Arandu é lembrar que por debaixo da beleza do concreto armado, existe o barro ancestral! **Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)** [website], Foz do Iguaçu – Paraná, 19 abr. 2024.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2012.

YEH, T Y-R. The Treatment of the American Indian in the Library of Congress E-F Schedule. **Library Resources & Technical Services**, [s.l.], v. 15, n. 2, p. 122-126, 1971.

XAKRIABÁ, C. Amansar o giz. In: CARNEVALLI, F. et al. (ed.). **Terra: Antologia afro-indígena**. São Paulo: Ubu Editora; Piseagrama. 2023, p. 319-329.



CAPÍTULO 5

A XENOFOBIA REGIONAL CONTRA O POVO NORDESTINO NA FALA DE JAIR BOLSONARO: UMA ANÁLISE DE CATEGORIZAÇÃO PROTOTÍPICA

Juliana Rabelo do Carmo

Thiago Henrique Bragato Barros

É fama pra dizer que a gente aguenta/Que manda chumbo grosso e nós sustenta/Botaram pra vender nossa esperança/Criaram o roteiro dessa dança Lugar hostil de gente tão pacífica/ Nordeste ficção científica/É pobre, é seca, é criança raquítica/ Nordeste invenção política.
Nordeste Ficção – Juliana Linhares (2021)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como uma área que lida com comunicação e informação, a Ciência da Informação pode assumir certo protagonismo no enfrentamento de discursos e narrativas que geram e propagam informações preconceituosas e estigmatizadas. Sendo a informação um insumo fundamental para o desenvolvimento do conhecimento que podemos ter a respeito das coisas, dos fenômenos, das pessoas e de quaisquer entidades que sejam, não consideramos admissível que tal insumo esteja carregado de conteúdos que violem os direitos humanos e que sustentem injustiças sociais. Neste estudo, procuramos contribuir para que a Ciência da Informação possa assumir papel importante no enfrentamento à xenofobia, mais especificamente, à xenofobia que recai sobre o povo nordestino do Brasil.

A xenofobia, enquanto aversão ou preconceito ao estrangeiro, como a própria etimologia da palavra indica, surge imbricada com a atribuição de estereótipos. Cruz Neto (2017 *apud* Ramos, 2021, p. 24) exemplifica ao apontar que uma convicção enunciada repetidamente pode se tornar realidade quando não racionalizada cuidadosamente, pois “se aproveitam de qualquer oportunidade para criar bravatas de que o estrangeiro vai acabar com os empregos, vai cometer crimes, irá transmitir determinadas doenças”. Em alguns casos, essa ideia pode atuar de forma interna, dentro de um mesmo país, ao considerar os conterrâneos da nação como estrangeiros, ou seja, se aplica a “mesma irracionalidade, [quando] se discrimina quem mora em outra região do Brasil” (Ramos, 2021, p. 25).

Albuquerque Júnior (2012, p. 19) afirma que os preconceitos e estígmas que direcionamos aos outros são frutos de movimentos e motivações históricas, porém, a problemática se revela quando o pensamento perdura e molda “opiniões, imagens e estereótipos, que não sabemos direito de onde vêm e, o pior, muitas vezes achando que aquilo que dizemos é uma

realidade incontestável, naturalizando assim o que não é natural”.

No contexto da estereotipia direcionada ao Nordeste e ao povo nordestino do Brasil, é importante considerar que essas populações são por vezes alvo de preconceitos sociais, de classe e de raça, sendo resultado de uma construção histórica em que a região foi associada ao atraso, à miséria e às secas, e seu povo generalizado a partir de características como a intransigência, a ignorância, a preguiça, estando, inclusive, presente nos ataques xenofóbicos em períodos eleitorais, com a ideia de incapacidade de raciocínio e direito de escolha nas decisões políticas. Silva (2016 *apud* Ramos, 2021, p. 26) comenta que essas falas são corroboradas e ganham visibilidade por outras regiões do mesmo país por meio da veiculação realizada por “autoridades de fala: como órgãos estatais, artistas, intelectuais, escritores, políticos”.

Convém ressaltar que a problemática levantada neste estudo não pretende de forma alguma invalidar a realidade climática que particulariza e distingue o Nordeste de outras regiões do Brasil, assim como não pretende promover um movimento no sentido de negar a migração nordestina para outras regiões do país, ou negar a existência de personagens que se tornaram estereótipos do que seria ser nordestino, a exemplo de Lampião e o movimento do cangaço. Muito menos se pretende aqui desconsiderar que a imensa desigualdade social presente no Brasil causa fome e miséria, porém, não somente no Nordeste, como também em outras regiões do país.

O que queremos, de fato, e apoiados pelo pensamento de Albuquerque Júnior (2012, p. 124), é proporcionar o questionamento sobre essas estereótipias que generalizam e impedem outras possibilidades de representar o Nordeste real e, principalmente, discutir sobre “a lógica do discurso do preconceito e da estereotipia” e o “olhar reducionista e, muitas vezes, mal-intencionado que só consegue ver o mesmo, o

repetitivo, o lugar-comum, quando se trata de ver e fazer ver o Nordeste e o nordestino”.

Valéria Barbosa de Magalhães, em entrevista concedida à Ivanir Ferreira (2020, p. 1), problematiza uma discussão semelhante com o que se pretende neste estudo ao afirmar que o preconceito “é reforçado por declarações ofensivas e xenofóbicas de alguns políticos que acabam por legitimar atitudes de preconceito”, a exemplo de declarações do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, que em diversos contextos utilizou os estereótipos xenofóbicos quando se dirigia ao Nordeste e ao povo nordestino. Ao tomar como objeto de análise a materialidade discursiva produzida por Bolsonaro, entramos em concordância com Troccoli (2020, p. 3), que considera que o discurso do ex-presidente

[...] se insere em uma disputa geral de sentidos na sociedade em um contexto de onda conservadora. Por esse motivo, para além de um “maluco” ou “um ponto fora da curva”, Bolsonaro é um sujeito do discurso, atravessado por um contexto social aderente que permite que ele diga o que ele diz e mais: ele não diz sozinho, ele resgata na memória discursiva as vozes de atores políticos que sustentaram e sustentam a disputa por uma determinada interpretação da realidade. Ou seja, fechar a boca de Bolsonaro não altera uma correlação de forças sociais que coloca esse tipo de discurso na ordem do dia. Atrás de toda voz de um locutor individual há um olhar que é coletivo. Por outro lado, na condição de presidente, ele assume papel central na disputa ideológica, se colocando como porta-voz de um setor social.

Nesse sentido, Silva e Lima (2021) se apoiam no pensamento de Marx para destacar que a fala de Bolsonaro, enquanto este ocupava a posição de chefe de Estado, situa-se em

um jogo cujos polos têm a ver com sistema de classes em conflito que em última análise, e conforme a dialética, apresentam uma estrutura que remete a processos de alienação e manutenção do privilégio burguês, ainda que num primeiro momento evoque às liberdades e a igualdade (Silva; Lima, 2021, p. 351).

A proposta aqui apresentada traz para o debate um dentre os vários preconceitos que permearam o discurso político no cenário brasileiro com a ascensão de Jair Bolsonaro, bem como os valores conservadores que tal discurso carrega. Vinhas (2021), ao apontar as condições que amplificaram as vozes que reverberam no discurso bolsonarista, afirma que, enquanto presidente da República, Bolsonaro adotava o tom polêmico para mostrar ideais baseados no conservadorismo para violar princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidas na Constituição Federal, afetando diferentes públicos e populações.

Dessa forma, “os pronunciamentos atingem aqueles que não falam da posição da branquitude, da cisheteronormatividade, nem da posição de classe burguesa” (Vinhas, 2021, p. 6445), logo, é possível perceber um ponto de ligação entre os elementos conservadores associados a um discurso neoliberal que, segundo a autora, “lucra com o processo de opressão das categorias sociais subalternizadas” (Vinhas, 2021, p. 6445). Pautado nisso, o objeto de análise desse estudo se insere nessa posição problemática que afeta uma coletividade por meio da xenofobia que está presente na fala bolsonarista por meio do uso das estereótipias que mobilizam e reproduzem o preconceito direcionado ao Nordeste e ao seu povo.

A motivação científica e social desse estudo se originou a partir da percepção de lacunas em relação a pesquisas sobre a xenofobia no campo da Ciência da Informação. Em busca realizada no portal da BRAPCI (Base de Dados em Ciência da Informação), apenas dois artigos foram recuperados: respectivamente, Sousa, Cabral e Müller (2019), que adotam a

categoria xenofobia para investigar o fenômeno *mansplaining* na ótica da Ciência da Informação; e, Faria *et al.* (2018), que abordam a questão da xenofobia ao investigarem a repercussão na mídia do Programa Mais Médicos, do governo federal. Em outra busca, realizada nos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB (entre 2011 e 2021), apenas um trabalho foi recuperado com a temática: Morigi *et al.* (2015) levaram em conta a questão da xenofobia ao investigarem a necessidade de se combater o discurso de ódio nas redes sociais.

Do ponto de vista pessoal, a investigação deste tema parte da trajetória da própria autora do presente texto, em um momento de reconhecimento de “lugar de fala” e em decorrência de outros eventos que ainda ocorrem quando uma mulher nordestina, migrante no Sul do país, em busca de aperfeiçoamentos profissional e acadêmico, é interpelada por perguntas carregadas de estigmas, tais como: *o que te trouxe aqui?*, ou, *você pretende voltar para sua terra?* Tais questionamentos, como bem colocou Grada Kilomba (2019), que foi acometida por diversos tipos de preconceitos raciais e xenofóbicos ao estudar na Alemanha, cumprem uma função de lembrar a todo momento que a pessoa, migrante ou imigrante, não é daquele lugar, como se aquele lugar não fosse para aquela pessoa.

Tomando a liberdade de afirmar isto na voz da primeira pessoal do singular, afirmo que muitos foram (e são) os estereótipos recebidos em diferentes contextos, dentro e fora da universidade, que vão desde a atribuição do adjetivo “*baiana*”, desconsiderando o fato de eu me apresentar como maranhense, até a afirmação de que “*você é branca e nem parece nordestina*”, como se isso fosse um elogio e, principalmente, como se minha região de origem fosse racialmente homogênea, contrariando a constituição de toda a população brasileira. De fato, por essas e outras considerações que, citando Albuquerque Júnior (2012, p. 120), me descobri nordestina mais fora do Nordeste do que nele

próprio; é justamente “no Sul que [os nordestinos] se aproximam, se descobrem iguais, muito porque são assim vistos pelo olhar do outro, que também se vê unificado através da denominação de sulista”. Por essas razões, a fala bolsonarista de cunho xenofóbico com a minha região e com o meu povo me atravessa em diferentes lugares.

Considera-se aqui que a Ciência da Informação necessita tomar posição no enfrentamento às várias formas de violência e colonização do conhecimento e da informação e, assim, assumir o compromisso ético de, minimamente, identificar os discursos que originam as categorizações preconceituosas, para assim combatê-las.

Acertadamente, Martins (1998, p. 15) afirma que “o preconceito está pautado por classificações distorcidas e errôneas frente à realidade, que são também a-históricas, deterministas e autoritárias de uns frente a outros”. Por esse motivo, é necessário (re)discutir as estereotipias que fomentam pensamentos xenofóbicos, e que são usadas para organização do nosso conhecimento, a fim de que as estruturas excludentes não permaneçam como uma representação ideal da realidade e, principalmente, para que possamos elucidar esses conceitos, situá-los como preconceituosos para, assim, contribuir para uma sociedade mais igualitária.

Uma orientação teórica que pode auxiliar na compreensão das categorias que estão envolvidas na questão da xenofobia, e, assim, ajudar a revelar e situar tais pilares que sustentam o preconceito contra o povo nordestino, é a categorização prototípica definida na década de 1970 por Eleanor Rosch e aplicada mais recentemente na área da organização do conhecimento por Melodie J. Fox. Esta abordagem teórica se mostra como um caminho possível para abranger conceitos que podem representar preconceitos, quando analisados juntamente com a conjuntura social na qual são declarados. Fox (2011) explica que esse modelo prototípico de categorização permite

uma flexibilidade e atribui uma dimensão inclusiva da categoria frente às pluralidades contextuais da sociedade atual.

Dado o exposto, o presente estudo tem por objetivo analisar a manifestação da xenofobia acometida contra o povo nordestino do Brasil na fala do ex-presidente Jair Bolsonaro, tendo em vista a influência da fala do representante do Estado brasileiro perante a população e a sua responsabilidade para com a manutenção dos preconceitos.

APONTAMENTOS SOBRE A XENOFOBIA E A XENOFOBIA REGIONAL CONTRA O POVO NORDESTINO

A definição de xenofobia, etimologicamente, é derivada da palavra grega *xenos* (estrangeiro) e *phóbos* (medo), que em interpretação livre corresponde a medo, fobia, reprovação ou repulsa com os de “fora”. La Garza (2011, p. 1) explica que não se trata de um fenômeno recente, tendo em vista que já se observavam ações nesse sentido em povos da cultura grega que apresentavam uma perspectiva ideológica que consistia “na rejeição das identidades culturais que são diferentes da própria”. Associada a esse conceito, Silva (2016, p. 32) contextualiza que a estereotipia é uma “lógica redutora e simplificadora da realidade, contribui de modo relevante na construção ideológica da alteridade desse *outro*, excluído social e simbolicamente e marcado pela diferença colonial, e posteriormente, moderna”.

Embora etimologicamente o termo xenofobia se refira à aversão ao estrangeiro, nos respaldamos aqui em Ramos (2021), que afirma que a xenofobia pode se aplicar também contra populações de diferentes regiões dentro do mesmo país, e adotamos o termo xenofobia, ou xenofobia regional, para nos referirmos ao preconceito contra o povo nordestino no Brasil.

A verbalização dos preconceitos reflete valores embasados na noção de supremacia e de relação de poder, onde a caracterização do grupo estigmatizado ocorre com base na

supervalorização das características socialmente entendidas como “negativas”, a despeito do contexto e das condições que levaram tais grupos à vulnerabilidade, excluindo ou apagando os atributos considerados como “positivos”, para que a noção de inferioridade seja estabelecida. Ora, se apenas os atributos negativos são ressaltados, essas características se tornam verdades, uma vez que “é verdade porque sempre foi repetido, repete-se por que é verdade” (Silva, 2016, p. 34).

A atribuição de características pejorativas à imagem de um povo se constrói com base na repetição da ideia até que essas características ocupem um lugar de correspondência no imaginário popular de quem reproduz a xenofobia. Como consequência do alinhamento ideológico, se tem posicionamentos de repúdio, intolerância, hostilidade e rejeição ao que se entende como “diferente”.

Além disso, La Garza (2011, p. 2, grifo nosso) aponta que a xenofobia recebe outras perspectivas que abarcam preconceitos raciais, de gênero, idade, sotaques e “pode sê-lo também pela sua *condição social*”; e podem também ser explicados com fundamentação na Psicologia como “um *medo arcaico, inconsciente*, de perder a identidade própria, combinado com o medo de macular a situação econômica, social e política de uma comunidade” (La Garza, 2011, p. 3, grifos nossos). Isso pode se manifestar pela atribuição de um

conjunto de terminologias relacionadas a quaisquer tipos de comportamentos de discriminação, desgosto, antipatia e incômodo por parte de indivíduos de um determinado grupo frente a membros de outro grupo (Haase; Pinheiro-Chagas; Arantes, 2009, p. 53, grifo nosso).

Convém ressaltar que existem outros aspectos característicos da estereotipia que explicam a sua ação e seus efeitos, como lembra Silva (2016) ao citar Albuquerque Júnior (2012, p. 13, grifos nossos):

[...] é uma *fala* arrogante de alguém que se considera superior ou está em posição de hegemonia; é uma voz segura e autossuficiente que se arroga no *direito de dizer* o que o outro é em poucas palavras; nasce de uma caracterização grosseira, rápida, indiscriminada do *grupo estranho*; reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais; é uma fala *reducionista e redutiva*, em que diferenças e multiplicidades presentes no outro são apagadas em nome da fabricação de uma *unidade superficial*; pretende dizer a verdade do outro em poucas linhas e desenhar seu perfil em poucos traços, *retirando dele qualquer complexidade*, qualquer dissonância, qualquer contradição; lê o outro sempre de uma única maneira, de uma forma simplificadora e acrítica *formando uma imagem e verdade sobre ele que não é passível de discussão ou problematização*; constitui e institui uma forma de ver e dizer o outro que origina práticas que o confirmam ou que o veiculam, *tornando-o realidade, à medida que é incorporado, subjetivado*.

Em linhas gerais, a xenofobia se apresenta por meio de uma relação que pressupõe a dominação de uma classe sobre a outra, que ao se situar numa relação de forças, apregoa, de forma incontestável, o discurso sobre o “outro” com base em uma característica ou um traço, destacados de forma pejorativa, que propicia a generalização e submissão a ponto de, por meio da repetição ou reverberação das estereotipias que lhes são atribuídas, o sujeito estereotipado assimilar os conceitos como naturais à sua existência.

Com base nessa linha de raciocínio, pretende-se aqui develar os elementos que se encontram implícitos na xenofobia, bem como os aspectos que delineiam a sua constituição histórica e as problematizações decorrentes, em especial, quando delimitamos a discussão a respeito do Nordeste e o seu povo, ou seja, na linha tênue ocupada quando a região e os indivíduos são vistos aos olhos da estereotipia como o diferente,

o passível de estigmatização ou, até mesmo, como um “estrangeiro” dentro das fronteiras de sua nação.

Vasconcelo (2022, p. 1) argumenta que

a gênese da xenofobia regional pressupõe um estado de coisificação social [...] o migrante nordestino passa a ser visto como um sinônimo de representatividade do caos, não só climático ou intelectual, mas público.

No contexto nordestino brasileiro, soma-se à análise de conjuntura histórica a ausência de ações do Estado para solucionar a situação enfrentada pelas condições climáticas (como a seca) e seus reflexos no campo social – a ausência de políticas públicas para tratar dos problemas que resultam na fome, na desesperança, na impossibilidade de permanência das formas de trabalho na região Nordeste, acarretam na impossibilidade de sobrevivência em condições melhores. Todos esses elementos favoreceram para que a percepção que se tinha dos migrantes⁸ fosse marcada pelas desigualdades, uma vez que

após o período pós-guerras os migrantes assumiram um triste posto no ideário do eixo Sul/Sudeste, o de que eram um verdadeiro empecilho para o desenvolvimento do país, sendo vistos como o lado atrasado, um peso exaustivo que ninguém queria ajudar a carregar (Vasconcelo, 2022, p. 1).

Tocante à xenofobia regional contra o povo nordestino, segundo Albuquerque Junior (2001, p. 75),

⁸ Cabe ressaltar a diferença terminológica entre imigrante, relacionada ao indivíduo que migra de um país permanentemente para o outro, e migrante, que é a denominação do movimento permanente ou provisório que o indivíduo realiza tanto para cidade, estado ou país. Neste estudo, o termo adotado é “migrante” ou “migração”, dado o fato de que o foco está direcionado à “migração interna” brasileira, na qual, em alguns casos, ocorre o processo de retorno ao seu local de origem.

a imprensa de São Paulo, a partir dos anos 1920, criou a imagem de que o Nordeste é o oposto de São Paulo e, ainda, usou o cangaço, a seca e o banditismo do Nordeste para estereotipar essa região e colocar São Paulo como o oposto dessa situação.

Vale destacar que a construção dessa imagem foi reforçada também pelas camadas ricas da região nordestina que “em busca de assistencialismos governamentais, aceita o discurso regionalista de vítima da seca e fome” (Silva, 2016 *apud* Ramos, 2021, p. 21).

Como se percebe, a construção da xenofobia regional é assunto complexo e possui inúmeros elementos que propiciam sua aderência no imaginário popular. Esse fenômeno é agravado quando os representantes de Estado reverberam a xenofobia em âmbito nacional, seja por meios televisivos ou por meio de redes sociais na internet, sendo este último um espaço em que estrategicamente alguns grupos decidiram se tratar de um território “livre”, para se cometer “livremente” crimes e violências disfarçadas de liberdade de expressão. Tudo isso traz à cena preconceitos camuflados como “direito de expressão”, ocasionando retrocessos na superação das discriminações.

A realidade social tal como se revela é constituída de um enredamento de histórias e construções imaginárias que acomodam nos discursos, intencionalmente ou não, ideias que reverberam e se adequam de acordo com o contexto em que se apresentam. Quando se trata das narrativas sobre as quais se estabeleceu a necessidade de delimitar os limites e fronteiras do Nordeste, enquanto um recorte regional, se descortinam também elementos carregados de interesses políticos e econômicos com o intuito de estabelecer uma representação projetada.

Em busca de elucidar o contexto histórico da criação do Nordeste, tendo em vista que esse conceito não era dado nas pautas identitárias brasileiras, a discussão, inicialmente, se

detém nos acontecimentos do período que compreende desde o final do século XIX e início do século XX, em busca de identificar os pontos que foram determinantes para o impulsionamento do movimento regionalista nordestino e seus reflexos na construção identitária e, consequentemente, da formulação da imagem que se tem do Nordeste e do povo nordestino.

A construção de uma região envolve a mobilização de discursos separatistas, fundamentados em condições geográficas e econômicas para sua justificação. Mas, para além disso, essa condição se revela como uma ação política que autoriza o cumprimento de direitos e, assim sendo, se mostra como caminho possível para alcançar objetivos específicos de um grupo. Em vista disso, a invenção da região Nordeste (Albuquerque Júnior, 2012b) e os seus desdobramentos, no que diz respeito à imagem da região e do seu povo, foi estabelecida no imaginário popular por meio da veiculação de notícias que foram apoiadas por obras culturais e literárias produzidas nesse espaço, que, como consequência, geraram um conjunto de estereótipos preconceituosas que compõem a xenofobia regional.

CATEGORIZAÇÃO PROTOTÍPICA COMO ORIENTAÇÃO TEÓRICA

A categorização, herança aristotélica utilizada para a compreensão daquilo que pode ser dito a respeito das coisas do mundo concreto, vem sendo a longa data empregada na área da organização do conhecimento como uma forma de determinar estruturas de ordenação de assuntos e conceitos agrupados com base em suas semelhanças e diferenças.

Diferentes formas de se estruturar ou operacionalizar as categorias são objetos de discussões teóricas nos mais variados campos do saber, e gostaríamos de trazer para este estudo a teoria prototípica de categorização. Relativo a essa teoria, Lima

(2010) explica que essa proposta se baseia na ideia de protótipo enunciada por Eleanor Rosch na década de 1970. A Teoria prototípica se fundamenta na ideia de que as categorias podem se articular em torno de protótipos que assumem centralidade.

Um item é considerado como membro de uma categoria não por se saber que ele possui um determinado atributo ou não, mas por se considerar o quanto as dimensões desse membro se aproximam das dimensões ideais para ele (Lima, 2010, p. 116).

A autora prossegue afirmando que

um exemplo representativo de uma classe seria aquele que compartilhasse com os outros membros da categoria do maior número de características e que, por outro lado, compartilhasse de poucas características (ou nenhuma) com elementos provenientes de fora da classe (Lima, 2010, p. 116).

Protótipo, segundo Fox (2011), pode ser entendido como um exemplar característico do conceito que compõe a categoria. Em termos práticos, um conceito de determinada categoria pode conter vários protótipos que não necessariamente compartilham de todas suas características, mas se aproximam em suas dimensões ideais. Neste caso, o conceito ‘travesti’, por exemplo, não precisa compartilhar de todas as características do conceito ‘mulher’ para que ambos sejam operados ou organizados na mesma categoria. São as proximidades de suas dimensões ideais, ou seja, a noção prototípica, que permite que ambos os conceitos coexistam na mesma categoria.

Kleiber *apud* Lima (2010, p. 117), a respeito dos pressupostos que embasam a noção prototípica, destaca:

[...] a categoria tem uma estrutura interna prototípica; [...] as fronteiras das categorias ou dos conceitos são

imprecisas; todos os membros de uma categoria não apresentam as mesmas propriedades comuns; o preenchimento de uma categoria se efetua sobre a base do grau de similaridade com o protótipo.

Para entendimento dessa perspectiva, Fox (2011) explora as possibilidades de aplicação da teoria do protótipo para categorizar sexo e gênero, mostrando caminhos possíveis para se categorizar domínios diversos com base na noção de protótipo. Com relação ao conceito de mulher, por exemplo, a autora informa que:

The current state of feminism resists classical conceptions of woman and has taken a tactic similar to Hjørland's domain-centric approach, where each theory produces an eristic concept of woman not always compatible with those of other theories. In the discipline of gender studies, gender has been defined as a social construct, quirk of psychosocial development, biological set, inconsequential human trait, performance, sociolinguistic activity, and self-perpetuating illusion, among others (Fox, 2011, p. 154).

Ainda, segundo Fox, “*the multitude of definitions has proliferated to challenge stereotypical views about women that have become entrenched in culture*” (Ibidem). Nesse sentido, a perspectiva prototípica pode servir como abordagem de enfrentamento contra as demasiadas generalizações categoriais que, ao universalizar características de conceitos, acabam por silenciar possibilidades multidisciplinares e multiculturais. Considerar o caráter de constructo social de uma categoria, permeado por diversos questionamentos de ordens sociais e humanas, permite que categorias e conceitos sejam flexibilizados de acordo com diferentes teorias, domínios e realidades.

Em nossa análise, adotamos a perspectiva prototípica para discutir a questão do conceito de xenofobia e os membros representativos dessa categoria no contexto brasileiro de desigualdade regional, em especial, quando esse conceito se associa à estereotipação do povo nordestino. O aspecto da teoria prototípica que particularmente interessa neste estudo é a capacidade de se organizar categorias de forma inclusiva, pautada não no compartilhamento total de características (fato que exclusiviza e separa demasiadamente os conceitos), mas nas aproximações contextuais dos diversos conceitos ligados à xenofobia.

Partindo da ideia de que um conceito pode conter vários protótipos, o conceito de xenofobia pode abarcar exemplares de outros conceitos considerados ideais ou representantes desse fenômeno social. Ao considerar a definição de xenofobia como, por exemplo, correspondente ao preconceito ligado ao local de origem, ao sotaque, ao fenótipo ou à etnicidade, e, levando em conta que o “protótipo permite a diferença entre os indivíduos e os momentos, tornando-o contextualmente variante” (Fox, 2011, p. 154, tradução nossa), os conceitos preconceituosos, tais como “cabeça chata”, “pau de arara”, “paraíba” ou “baiano”, podem pertencer à categoria xenofobia, uma vez que “o protótipo ancora o conteúdo ideacional do conceito, mas não exclui variantes, nem considera a diferença como desviante” (Fox, 2011, p. 154, tradução nossa).

Empregando a percepção prototípica nos conceitos supracitados direcionados aos nordestinos, percebe-se, preliminarmente, que propriedades que representam a categoria xenofobia estão presentes. Assim sendo, os conceitos xenofóbicos atribuídos aos nordestinos podem ser considerados como representantes prototípicos, corroborando com a afirmação de que “as definições prototípicas dependem muito do contexto e estão significativamente sujeitas ao fluxo social” (Fox, 2011, p. 157, tradução nossa).

As propriedades representantes da xenofobia que acometem o povo nordestino são apresentadas a seguir, com base na categorização protótipica, a partir da análise das declarações feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro durante o período em que ocupou cargos públicos federais, e isso relativo à reprodução da estereotipagem e mobilização de conceitos que se enquadram na categoria da xenofobia regional.

PERCURSOS PARA A ANÁLISE

Para operacionalização da análise, adotamos a técnica da análise de conteúdo (AC) delineada por Bardin (2010), e nesse sentido, a análise foi dividida em três fases: a) pré-análise, que consiste na construção de um *corpus* de análise e na definição de variáveis de inferência; b) exploração do material, que consiste em colocar em prática aquilo que foi definido na fase da pré-análise, ou seja, a realização da análise do *corpus* orientada pelas variáveis previamente definidas; e c) resultados e interpretações.

O *corpus* de análise foi composto por declarações orais que fazem referência ao povo nordestino, dadas por Jair Bolsonaro durante o período em que era deputado federal e presidente da república. As falas foram recuperadas e publicadas pela coluna jornalística brasileira “Congresso em Foco”, que tem como intuito “auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos” (Congresso em Foco, 2022, p. 1). A referida coluna logrou uma crescente audiência no espaço digital no que tange aos conteúdos ligados ao cenário político brasileiro. Vale ressaltar que além do conteúdo produzido pelo “Congresso em Foco”, a coluna possui uma base de dados chamada “Radar do Congresso”, que contempla assuntos como “governismo, transparência, ações e inquéritos judiciais, assiduidade, votações, discursos, gastos e proposições dos congressistas”

(Congresso em Foco, 2022, p. 1), constituindo-se assim, como uma fonte de informação especializada em política brasileira.

A matéria, de onde as falas de Bolsonaro foram recuperadas, intitula-se “Cabeçudo, pau de arara, paraíba: dez vezes em que Bolsonaro foi preconceituoso com nordestinos”, de autoria de Edson Sardinha (2022), e está inserida na coluna “Congresso em Foco”. As falas de Bolsonaro aqui analisadas foram recuperadas de entrevistas registradas em seu canal na plataforma YouTube, em seu perfil do *Facebook* (onde frequentemente realizava *lives* semanais), em reunião oficial em que a TV Brasil realizou a transmissão pública, assim como em entrevistas com seus apoiadores. Tais falas foram proferidas no período em que Bolsonaro era deputado federal até o fim de seu mandato de presidente da república.

A análise das falas selecionadas se pautou na identificação de conceitos que correspondem ao que consideramos como conceitos prototípicos de xenofobia, que abarcam elementos como local de origem, características físicas, cultura, classe social, religião e história, todos carregados de estereotipações negativas associadas ao Nordeste e ao povo nordestino. Associando a categorização prototípica à abordagem da análise de conteúdo, consideramos os citados conceitos prototípicos de xenofobia como indícios de possíveis variáveis de inferências para a realização da análise, lembrando que tais variáveis, segundo Bardin (2010), permitem que o analista realize uma interpretação previamente controlada. Dessa maneira, tomamos como horizonte para a definição das variáveis de inferência, ainda na fase da pré-análise, os seguintes aspectos: local de origem; características físicas das pessoas; cultura; classe social; religião; e história. Isso significa que as falas selecionadas potencialmente poderiam ser analisadas com base nesses aspectos, que nos forneceriam subsídios para sustentar a discussão sobre a teoria de categorização prototípica nas práticas discursivas de teor xenofóbico.

A XENOFOBIA REGIONAL DE BOLSONARO ‘ESCANCARADA’ PELA ANÁLISE PROTOTÍPICA

Inicialmente, buscamos no conceito de xenofobia algumas propriedades que o defina como tal e permitam tomá-lo como categoria, para, posteriormente, adotarmos tais propriedades como variáveis de inferência (Bardin, 2010), e, assim, verificar o enquadramento de conceitos xenofóbicos construídos socialmente e explicados contextualmente, de modo que possam apontar para o pertencimento a essa categoria. Para isso, pautamo-nos no conjunto de propriedades que definem a xenofobia como categoria, com base na concepção de La Garza (2011, p. 1-2):

[...] ódio, receio, hostilidade e rejeição em relação aos estrangeiros [...] ideologia de rejeição das identidades culturais que são diferentes da própria [...] preconceitos históricos, religiosos, culturais e nacionais [...] convicções sem fundamento, com desconhecimento dos fatos, que desencadeiam facilmente a discriminação [...] preconceitos devido ao seu lugar de origem, pode sê-lo também pela sua condição social.

Soma-se às propriedades descritas na definição acima os atributos físicos, tendo em vista que esses atributos também são incorporados em falas xenofóbicas, a exemplo dos rótulos (violentamente direcionados ao povo nordestino) apresentados por Ferrari (2005, p. 134): “mestiço, cabeça chata, cabelo pixaim; ou seja, um sujeito diferente dos paulistas e por isso feio”.

Assim, o conceito de xenofobia engloba características que podem ser manifestadas em grupos que correspondem às seguintes propriedades: 1) local de origem; 2) cultura, religião e história; 3) classe social; e 4) atributos físicos. Foi com base nesses quatro grupos de propriedades que a análise de categorização prototípica foi aqui realizada. Em outras palavras,

foram essas as propriedades definidas como variáveis de inferência para se identificar conceitos-protótipos ligados à categoria xenofobia.

Com o objetivo de se analisar a manifestação da categoria de xenofobia na fala bolsonarista, com base na teoria prototípica de categorização, e auxiliado pela técnica de análise de conteúdo, foram selecionadas algumas falas de Bolsonaro extraídas do levantamento realizado por Edson Sardinha (2022) para a coluna jornalística “Congresso em Foco”. Tais falas estão ordenadas no Quadro 1 de modo decrescente em relação ao intervalo temporal, compreendendo, principalmente, o período de vigência do seu mandato presidencial, onde as práticas discursivas recebem maior amplitude.

Quando Bolsonaro relaciona o Nordeste com os conceitos de analfabetismo e inferioridade, é importante ressaltar o aspecto do não dito no discurso, isto é, aquilo que fica implícito na construção da fala que os eleitores nordestinos “não sabem votar, porque são analfabetos, logo ignorantes, logo incapazes de ter consciência política, limitando-se a vender o voto, dada a precariedade da própria vida que levam” (Albuquerque Júnior, 2022a, p. 1).

O ponto em questão indica que o analfabetismo e a inferioridade, nessa conjuntura, quando associados ao Nordeste no discurso, caracterizam-se como conceitos xenofóbicos, uma vez que essas palavras, quando mobilizadas no discurso, desconsideram e desrespeitam as vivências dos indivíduos e suas capacidades de interpretação da realidade, ideologias e suas consciências de classe.

Quadro 1 - Falas de Jair Bolsonaro sobre o Nordeste e o nordestino.

Nº	PERÍODO	CONTEXTO DA FALA	CONTEÚDO DA FALA
1	Outubro/2022	Declaração feita após o primeiro turno das eleições presidenciais em 2022, durante uma <i>live</i> no canal de Bolsonaro na plataforma Youtube. O contexto da declaração diz respeito à opinião de Bolsonaro em relação ao resultado eleitoral, caracterizada pela liderança de Lula, principalmente, após a contagem de votos da região Nordeste, considerado um significativo colégio eleitoral.	“Lula venceu em nove dos estados com maior taxa de analfabetismo. Vocês sabem quais são os estados? No nosso Nordeste, não é só a taxa de <i>analfabetismo</i> alta o mais grave nesses estados. Outros dados econômicos agora também são inferiores nas regiões, porque esses estados no Nordeste estão há 20 anos sendo administrados pelo PT.”
2	Fevereiro/2022	Durante uma visita à cidade de Salgueiro, no estado do Pernambuco, por ocasião da inauguração da obra de transposição do Rio São Francisco, ele	“Eu sempre me referi com os amigos, né, cabra da peste, pau de arara. Eu me chamo de alemão também, sem problema nenhum.

		foi questionado sobre ter utilizado a expressão “pau de arara” para se referir ao povo nordestino.	<i>Arataca, cabeçudo, pô, é isso aí, valeu.</i>
3	Fevereiro/2022	No início de 2022, ocorreu a revogação de 122 decretos de luto oficial, dentre os quais se enquadrava o de Cícero Romão Batista, conhecido popularmente como Padre Cícero, figura importante para a religiosidade e política no cenário cearense. Diante da repercussão da notícia entre a população, o então presidente foi pressionado a um posicionamento e se manifestou na sua <i>live</i> semanal na plataforma Youtube.	“E nós também revogamos alguns decretos. Falaram que eu revoguei o luto de padre Cícero, lá do... Pernambuco, é isso mesmo? Que cidade que fica lá? Tá cheio de <i>pau de arara</i> aqui e não sabem que cidade que fica padre Cícero, pô? Juazeiro do Norte, parabéns aí. Ceará, desculpa aí.”
4	Janeiro/2020	Durante a <i>live</i> semanal na sua página pessoal na rede social <i>Facebook</i> , Bolsonaro comenta sobre	“Acho que foi primeiro estado que tivemos grande recepção em aeroporto. Tudo começou por aí, se não me engano, um dos

		compromissos familiares no Ceará e relembra a relação com o estado.	grandes articuladores disso acho que foi Alex Ceará, um cara <i>cabeçudo</i> . Se bem que chamar cearense de cabeçudo você não consegue identificar ninguém, lá todo mundo é cabeçudo.”
5	Agosto/2019	Durante uma entrevista informal, quando o deputado federal Cláudio Cajado (PP/Bahia) comenta sobre as visitas de Bolsonaro à região e ele questiona se o presidente está “virando cabra da peste”.	“É, só tá faltando crescer um pouquinho a cabeça.”
6	Julho/2019	Durante um café da manhã com jornalistas estrangeiros, o então presidente provavelmente esqueceu que, naquele momento de informalidade, ao se acomodarem, a transmissão na TV Brasil estava ocorrendo e registrou a fala dele com o	“Dentre os (ou aqueles) governadores de ‘paraíba’, o pior é o do Maranhão. Não tem que ter nada com esse cara.”

		então Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.	
7	Julho/2019	Durante a <i>live</i> semanal, o presidente recebeu o então Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Em um dado momento da entrevista, o presidente se dirige ao ministro e faz o questionamento.	Bolsonaro: “você tem algum parente <i>pau de arara</i> aí?” E Tarcísio responde: “ah, tenho, tenho, família aí no Piauí, no Rio Grande do Norte...”. Bolsonaro completa: “com essa cabeça aí tu não nega não pô”
8	Outubro/2014	Bolsonaro durante entrevista em seu gabinete, quando era deputado federal, opina sobre os programas sociais destinados às pessoas de baixa renda.	Você vê meninas no Nordeste, batem a mão na barriga, grávidas, e falam o seguinte, que tem também o auxílio natalidade... ‘essa aqui vai ser uma geladeira, esse aqui vai ser uma máquina de lavar,’ e <i>não querem trabalhar</i> .

9	Maio/2012	Entrevista com Bolsonaro no programa “Brasil em discussão” da emissora Record News, ele é questionado sobre o programa federal Bolsa Família que, segundo o apresentador, tirou milhares de pessoas da pobreza.	“O Bolsa Família é uma mentira. Se você for no Nordeste você não consegue uma pessoa para <i>trabalhar na tua casa</i> .”
10	[informação não disponibilizada]	Bolsonaro e seus filhos em transmissão de videoconferência com Olavo de Carvalho, considerado seu “guru” e forte influência para a extrema-direita brasileira. O vídeo, na íntegra, foi removido, comprometendo assim a identificação da data do vídeo e o contexto da conversa. No trecho do vídeo, Bolsonaro descreve uma pessoa ao seu redor.	“Um deles é cearense, um <i>cabeçudo</i> aqui do meu lado também. Porra, eu acho que o estômago é maior do que a cabeça dele. Imaginou como ele come, né?”

Fonte: Adaptado de Sardinha (2022) [grifo nosso].

O uso de esterotipações ao povo nordestino relativas às características físicas ('cabeça' ou 'cabeçudo'), ao local de origem e sua generalização (com o uso da expressão 'paraíba') e a expressão "pau de arara" (que corresponde ao meio de "transporte precário de pessoas em veículos, sendo bastante associado à migração de trabalhadores do Nordeste para o Sudeste do país" (Leme, 2022, p. 1)), são recorrentes na fala de Bolsonaro. Essas imagens que constituem o imaginário popular a respeito da figura do nordestino se caracterizam como "imagens de controle", definição apresentada por Patricia Hill Collins, e apropriada por Albuquerque Júnior (2022b), que consistem em construções sociais de imagens que remetem a características atribuídas aos indivíduos, tidos como alvos da xenofobia, que são situados em uma posição de subordinação e desvantagem no discurso dominante. A reverberação desses conceitos visa condicionar os indivíduos à naturalização desses estereótipos como um aspecto identitário, no caso, o povo nordestino que migra para outras regiões, de modo a impedir a dúvida a respeito das estruturas sociais que promovem as desigualdades.

Para o autor, além desse aspecto, a utilização dessas imagens de controle, compostas por estereotipações, representadas por essas expressões que tratam características físicas associadas ao lugar de origem ou de elementos que marcaram a história da migração nordestina, como citado anteriormente nos exemplos, visam a apropriação desses conceitos pejorativos como uma característica identitária dos nordestinos que vivem no território do "outro" e, com isso, perpetuam o controle do discurso de superioridade. Para desnaturalizar conceitos xenofóbicos é necessário questioná-los para modificá-los e, tendo em vista o pensamento de Albuquerque Júnior (2022b, p. 9), a única forma de se combater as imagens de controle "é se negar a assumi-las e encarná-las, é mostrando suas dimensões, ao mesmo tempo perversas e ridículas."

Outro elemento presente na fala de Bolsonaro é a ideia de “nordestino preguiçoso”, que se gaba da esperteza para a obtenção de auxílios em programas sociais. Para analisar essas expressões foi necessário elucidar alguns pontos: o programa em questão era o Bolsa Família, instituído durante o governo Lula, no ano de 2003. Segundo o autor da fala (Bolsonaro durante o período em que era deputado federal), o referido programa beneficiaria os pobres e os motivaria a se conformarem com a suas realidades, tendo em vista que o governo “sustentaria” essas pessoas às custas dos impostos pagos pelos povos de outras regiões. Vale destacar que o programa “Bolsa Família” visava reduzir a pobreza extrema, e a região Nordeste era a região que detinha uma grande parcela da população nessa situação de vulnerabilidade e, por essa razão, foi a região mais atendida por esse programa.

Outro aspecto a se destacar na fala de Bolsonaro, diz respeito à ideia implícita na seguinte declaração: “no Nordeste não se consegue uma pessoa para trabalhar na sua casa”. Chama a atenção novamente a ideia de inferioridade atribuída ao povo nordestino, como inapto para atividades intelectuais e destinados ao trabalho braçal. Reforça-se aqui a perspectiva de um pensamento ultrapassado pautado na negação ou no desconhecimento dos avanços sociais, educacionais e econômicos que a região Nordeste e seu povo alcançaram ao longo do tempo, limitando-os às caracterizações que foram atribuídas a eles no momento das grandes migrações nordestinas para o sudeste, a partir dos anos 1950, em que as principais formas de trabalho, devido à falta de escolaridade dos migrantes, eram direcionadas para as construções civis e trabalhos domésticos nos centros urbanos ou nas lavouras do interior do Estado de São Paulo (Ferrari, 2005).

Pinheiro (2021, p. 12) afirma que essa visão representa a ideia de ódio de classe, em que “para a hegemonia do capital, [os nordestinos] só existem para servir”. Ao posicionar os

nordestinos em uma posição de subalternidade e servidão em relação a outros povos, mostra-se o caráter excludente e xenofóbico constituinte dessa declaração, a partir do momento que desconsidera a dignidade humana do outro.

Quando as expressões declaradas por Bolsonaro são analisadas junto ao seu contexto, como sugere a teoria prototípica de categorização, o que se percebe é que tais expressões operam como conceitos de estereotipação do povo nordestino, e, consequentemente, enquadram-se como representantes ou exemplares ideais que correspondem à categoria da xenofobia. Isso significa que a identificação e a interpretação de preconceitos necessitam da percepção do que está nas entrelinhas das falas, e não somente daquilo que reside dentro das fronteiras dos conceitos.

A perspectiva prototípica, ao flexibilizar as fronteiras das categorias e promover a inclusão de elementos característicos que possuem similaridades contextuais, propicia uma compreensão mais abrangente do conceito e, por consequência, mais atenta aos aspectos socioculturais que estão por trás dos conceitos e dos discursos.

A análise prototípica aqui realizada permitiu captar a manifestação de expressões xenofóbicas em uso na fala de Bolsonaro, e isso a partir das conotações aproximativas com relação a: local de origem, classe social e características físicas, além de abrir espaço para a percepção de outros elementos que podem surgir numa perspectiva que se caracterize como xenofóbica. Considera-se, assim, que a categorização prototípica pode ser empregada como uma forma de organização do conhecimento capaz de acompanhar as discursividades de acordo com seus contextos e, também, auxiliar na identificação de preconceitos.

É importante frisar que este estudo se limitou a analisar um número reduzido de falas por considerar importante se pautar em fonte de informação veiculada em um prestigiado canal de

comunicação. Mas entendemos ser esta uma primeira experiência adotando a abordagem prototípica para análise de preconceitos em discursos políticos. Por essa razão, e em que pese as lacunas que este reduzido corpus de análise possa acarretar, sugerimos que análises utilizando a abordagem da categorização prototípica sejam futuramente aplicadas em corpus mais ampliados, de modo a alcançar um escopo mais abrangente e avançar os resultados aqui encontrados.

CONCLUSÕES

Em um sentido amplo, o intuito deste estudo foi trazer a discussão das potencialidades da teoria prototípica de categorização para a organização do conhecimento e para a Ciência da Informação, e sua aplicação no contexto dinâmico das relações sociais atuais. Considerando que as áreas informacionais que lidam com a organização do conhecimento precisam enfrentar e combater preconceitos que geram injustiças humanas e sociais, a busca por perspectivas categoriais capazes de acompanhar contextos discursivos se faz urgente e imprescindível.

A análise aqui apresentada, baseada na identificação de conceitos-prototípicos de xenofobia, e conduzida metodologicamente pela técnica da análise de conteúdo, permitiu, por exemplo, inferir que muitas vezes as ideias preconceituosas encontram-se escamoteadas em falas falsamente despretensiosas. A justificativa dada por Bolsonaro, por exemplo, de que suas declarações são para “descontrair” e que esse é o “seu jeito” de falar, tenta apenas disfarçar elementos ideológicos de repulsa e desrespeito para com os nordestinos. E isso pode ser verificado quando alargadas as fronteiras da categoria xenofobia, e devidamente percebido quando a constituição de tal categoria foi analisada dentro dos contextos discursivos.

Por fim, concorda-se aqui com a afirmação de Martins (1998, p. 15) de que “o preconceito está pautado por classificações distorcidas e errôneas frente à realidade, que são também a-históricas, deterministas e autoritárias de uns frente a outros”. Por esse motivo, é necessário (re)discutir as classificações e as categorizações que são impostas para organização do nosso conhecimento, a fim de questionar estruturas excludentes que, via de regra, operam como representações ideais do conhecimento. A teoria prototípica tem potencial para mostrar caminhos no sentido de uma categorização que adote uma percepção contextual e flexível de conceitos sensíveis para os dias de hoje e, principalmente, para auxiliar na contextualização de tais conceitos. Identificar preconceitos pode ser também a missão da organização do conhecimento e da Ciência da Informação, comprometidas com uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. Ataques aos nordestinos: letramento e analfabetismo político. **Diário do Nordeste (online)**, Fortaleza, 12 out. 2022a. Opinião.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. Imagens depreciativas do nordestino: poder e controle social. **Diário do Nordeste (online)**, Fortaleza, 19, jul. 2022b. Opinião.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez. 2001.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012b.
- ARISTÓTELES. **Categorias**. Tradução do grego clássico. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010. (Coleção a obra-prima de cada autor).
- ARTÊNCIO, Luciane Maria. **Princípios de categorização nas linguagens documentárias**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2010. 281 p.

CARMO, Juliana Rabelo do. **O conceito de categorização**: um estudo com base na literatura da área da Ciência da Informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Projeto editorial. **Congresso em Foco**, Brasília, 2022.

DAHLBERG, Ingetraut. A referent-oriented, analytical concept theory for interconcept. **Inter. Classificat.**, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 142-151, 1978.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIA, Mateus Aparecido de et al. Programa mais médicos e sua repercussão na mídia: o que informar e para quem. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s.l.], n. 1, v. 12, 2018.

FERRARI, Monica de Melo. **A migração nordestina para São Paulo no segundo governo Vargas (1951-1954)**: seca e desigualdades regionais. 169f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

FERREIRA, Ivanir. Como o preconceito interfere na percepção sobre a identidade do migrante nordestino. **Jornal da USP**, São Paulo, 28 maio 2020.

FOX, Melodie J. Prototype Theory: An Alternative Concept Theory for Categorizing Sex and Gender? In: SMIRAGLIA, Richard P. ed. **Proceedings** [...] North American Symposium on Knowledge Organization, v. 3, Toronto, Canadá, 2011. p. 151-159.

- HAASE, Vitor Gerald; PINHEIRO-CHAGAS, Pedro; ARANTES, Érica Alves. A natureza e a criação da xenofobia: uma perspectiva da neurociência cognitiva social. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 53-66, 2009.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LA GARZA, Cecília de. Xenofobia. **Laboreal**, [s.l.], v. 7, n. 2, 2011.
- LEME, José Antônio. Pau de arara: como é o transporte irregular que ajudou a ‘construir’ Brasil. Cultura do Carro. **Portal Uol**, São Paulo, 05 fev. 2022.
- LIMA, Gercina A. B. O. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 108-122, maio/ago., 2010.
- LINHARES, Juliana. Nordeste Ficção. *In: Nordeste Ficção*. 2021. Deezer, Faixa 5 (Duração 4:58). Disponível em: <https://www.deezer.com/br/album/215283712>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Nordestinos na Zona Leste de São Paulo: subjetividades e redes de migrantes. **Travessia – Revista do Migrante**, [s.l.], n. 76, jan./jun. 2015.
- MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações internacionais contemporâneas**. Material da disciplina de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.
- MARTINS, Mônica Mastrandri. Reflexões sobre preconceito: em busca de relações mais humanas. **InterAção**, Curitiba, v. 2, p. 9-27, jan./dez. 1998.
- MORIGI, Valdir J. et al. Práticas informacionais do humaniza redes no Facebook: combatendo o discurso de ódio em redes sociais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVI ENANCIB)*, 16., 2025, João Pessoa. **Anais** [...] João Pessoa: UFS, 2015.
- Piedade, Maria A. R. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciênciia, 1977.

PINHEIRO, Regina. Crimes de ódio na internet tiveram aumento de quase 70% no primeiro semestre. Entrevistada: Juliana Cunha. **Rádio Senado**, Brasília, 10 out. 2022.

PINHEIRO, Wescley Maia. Nordestino, o povo que virou suco: ensaio sobre o Nordeste e o preconceito regional como expressão do ódio de classe no Brasil. **LavraPalavra**, [s.l.], 17 maio 2021. Conjuntura.

RAMOS, Valéria Bueno de Castro. **Xenofobia contra nordestinos e nortistas nas escolas**: a história como propositora de vivência intercultural. 2021. 130f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SALES, Rodrigo. **A organização da informação de Julius Kaiser**: o nascimento do método analítico-sintético. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas/ OmniScriptum GmbH & Co. Kg, 2014. v. 1. 246 p.

SALES, Rodrigo. Ranganathan e a mudança no trajeto das classificações de biblioteca. In: LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; EGGERT-STEINDEL, Gisela. (Org.). **As contribuições de Ranganathan para a Biblioteconomia**: reflexões e desafios. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 57-71.

SARDINHA, Edson. Cabeçudo, pau de arara, paraíba: dez vezes em que Bolsonaro foi preconceituoso com nordestinos. **Congresso em Foco**, Brasília, 09 out. 2022. Eleições.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, Yane Marcelle Pereira. **“Esses nordestinos...”**: discurso de ódio em redes sociais da internet na eleição presidencial de 2014. 149f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILVA, José da; LIMA, José Edson Ferreira. Análise do discurso de posse do presidente Jair Messias Bolsonaro. **Revista Humanidades e Inovação**, [s.l.], v. 8, n. 38, p. 349-362, 2021.

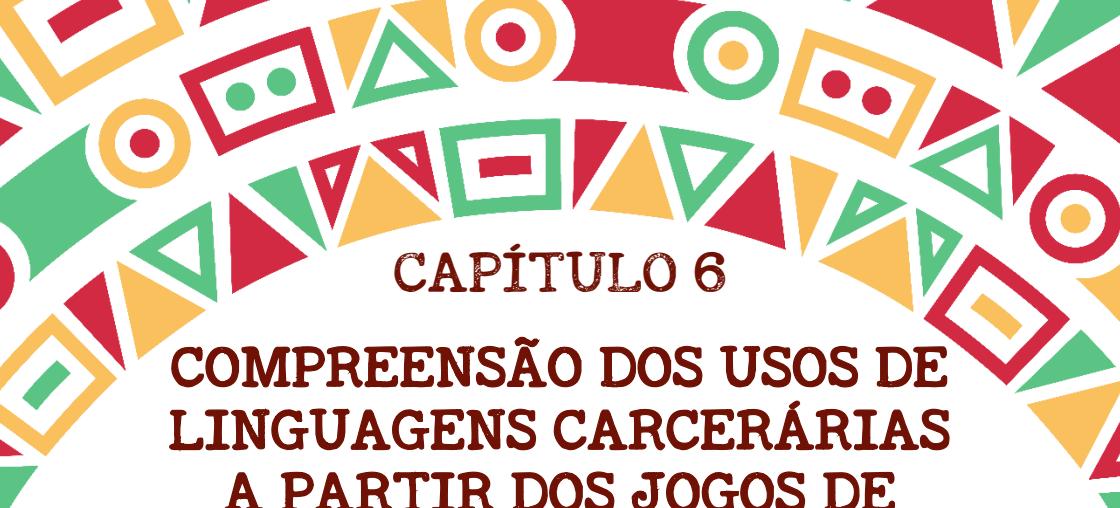
SLAUGHTER, Mary M. **Linguagens universais e taxonomia científica no século XVII**. Nova York: Cambridge UP, 1982.

SOUZA, Rodrigo Silva Caxias de; CABRAL, Francine Conde; MÜLLER, Jéssica Paola Macedo; ANSELMO, Helena da Silva. **Liinc em revista**, [s.l.], n. 1, v. 15, 2019.

TROCCOLI, Luiza. Bolsonaro, as vozes do passado e do presente: uma análise discursiva. **TheTricontinental**, [s.l.], 22 jun. 2020.

VASCONCELO, Marcelo. Intolerância contra nordestinos: possíveis causas e origem. **Migalhas de Peso**, [s.l.], 2022.

VINHAS, Luciana Iost. Da sintaxe ao discurso: língua e ideologia na análise de discursos generificados. **Fórum Linguístico**, [s.l.], v. 18, n. 3, p. 6443-6454, 2021.



CAPÍTULO 6

COMPREENSÃO DOS USOS DE LINGUAGENS CARCERÁRIAS A PARTIR DOS JOGOS DE LINGUAGEM

Amabile Costa

INTRODUÇÃO

A aproximação da Organização do Conhecimento com os jogos de linguagem de Ludwig Wittgenstein, segunda fase do filósofo, perpassa décadas de estudos. De acordo com Saldanha (2021), o ápice dessa relação é encontrado nos anos 1990, onde é possível identificar aspectos dos jogos de linguagem no desenvolvimento da teoria geral da Organização do Conhecimento.

Para Wittgenstein (1975)⁹, a comunicação cotidiana é regida por regras específicas dentro de cada contexto e comunidade, regras estas representadas pelos chamados jogos de linguagem. Isso implica que utilizamos a linguagem para

⁹ O livro *Investigações Filosóficas* foi publicado postumamente em 1953. A edição utilizada neste estudo foi a edição brasileira de 1975 traduzida José Carlos Bruni, editada pela Abril Cultural.

diversas funções, como descrever, informar, solicitar, afirmar, dar ordens, formular perguntas, interpretar enigmas, contar piadas e solucionar problemas.

A linguagem é entendida como um “lugar de conflito, de confronto ideológico, em que a significação se apresenta em toda sua complexidade” (Oliveira, 2013, p. 38). Os processos linguísticos estão intrinsecamente ligados aos contextos históricos, sociais e culturais, refletindo as dinâmicas da sociedade e das ações humanas. Por isso, a linguagem é considerada uma prática social.

A linguagem possibilita a interação na sociedade, sendo que cada grupo social apresenta características próprias, refletidas na forma como seus membros se comunicam. A língua, por sua vez, está em constante transformação, pois a “necessidade de buscar novas expressões para designar novos objetos, conceitos e formas de relação social” (Martelotta, 2018, p. 19) torna-se evidente ao longo do tempo e se manifesta nos aspectos culturais de cada comunidade.

As relações de linguagem trabalhadas neste texto estão situadas na linguagem carcerária especificamente utilizada na Penitenciária Masculina de Florianópolis e nos jogos de linguagem estabelecidos a partir das dinâmicas de sociabilidade deste contexto. Importante frisar que o termo linguagem carcerária não é empregado aqui necessariamente como um conceito, mas sim como expressão nativa, ou melhor, expressão adotada pelos próprios interlocutores/entrevistados deste estudo, ou seja, as pessoas presas.

Este capítulo advém da tese de doutorado intitulada “Para saber da linguagem carcerária, só casando com um: a pesquisadora, a ressignificação das palavras, a representação do conhecimento e os jogos de linguagem”, defendida no primeiro semestre de 2025 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC), sob orientação do Professor Rodrigo de Sales. Um dos

objetivos específicos da referida tese, que dão contornos ao presente texto, é o de compreender a perspectiva do uso das palavras a partir dos jogos de linguagem de Wittgenstein, de modo que tais jogos possam ser adotados como abordagem teórica para o campo da Organização do conhecimento.

No contexto desta pesquisa, a penitenciária é compreendida como um modelo organizacional vinculado ao poder disciplinar, uma vez que este é exercido no âmbito social por aqueles que detêm o próprio poder. Trata-se de um modelo que adquire contornos quase metafísicos e, devido à sua generalização e abstração, acaba por perder uma dimensão histórica precisa (Melossi; Pavarini, 2017).

Dessa forma, comprehende-se que a prisão cumpre seu propósito autoritário e injusto, uma vez que seu objetivo implícito está ligado ao encarceramento em massa (Salla, 2006) de jovens negros e pessoas em situação de vulnerabilidade, impulsionado por políticas que sustentam uma lógica punitivista.

A arquitetura da desigualdade que perpassa todo o sistema de justiça penal brasileiro, iniciando-se com as práticas ostensivas da polícia militar, passando pelas práticas inquisitoriais das polícias investigatórias e por todo o tratamento diferencial que transcorre no sistema judiciário (Melo, 2018, p. 40).

A prisão se mostra eficaz não em cumprir seu objetivo legalmente instituído, mas sim em aprofundar desigualdades e criminalizar aqueles que já vivem, de algum modo, à margem da sociedade. Ela serve ao Estado que desumaniza, oprime e negligencia os direitos daqueles que estão encarcerados. Beneficia indústrias terceirizadas que exploram a mão de obra carcerária sem garantir direitos trabalhistas, vínculos empregatícios, remuneração justa ou equipamentos de proteção individual (EPI). A prisão deu certo para todos, exceto para aqueles que perderam sua liberdade.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa envolve as pessoas privadas de liberdade enquanto sujeitos/interlocutores, a linguagem carcerária enquanto escopo da análise e a linguagem utilizada no contexto da Penitenciária Masculina de Florianópolis enquanto amostra.

Os processos/operações mentais estão caracterizados como hipotético dedutivo, ou seja, ocorrem na formulação do problema no conhecimento científico. Os meios técnicos de observação estão vinculados ao método observacional, onde a pesquisadora observa algo que aconteceu ou acontece. Trata-se, enfim, de um estudo descritivo, realizado por meio da descrição de informações extraídas de entrevistas e observações *in loco*; bibliográfico, elaborado a partir de materiais já publicados sobre o tema; e exploratório, que proporciona familiaridade com o problema, a fim de torná-lo explícito ou construir hipóteses.

Ressalta-se que está pesquisa foi submetida a dois Comitês de Ética, sendo eles o Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, trâmite realizado pela Plataforma Brasil, e o Comitê de Ética da Secretaria de Administração Prisional, trâmite realizado pela Gerência de Desenvolvimento Educacional (GEDUC).

As entrevistas foram realizadas com pessoas de todos os pavilhões da Penitenciária, totalizando 26 participantes respondentes, doravante chamados interlocutores. Embora não tenha sido preestabelecido um perfil específico para as pessoas que seriam entrevistadas, por questões éticas e morais desta pesquisadora, não foram incluídos homens condenados por crimes contra mulheres e crianças, como feminicídio e abuso sexual.

A observação *in loco* também desempenhou um papel importante na coleta de dados deste estudo, incorporando elementos etnográficos, uma vez que dialoga com perspectivas

teóricas dessa metodologia. No entanto, cabe destacar que não se trata de uma pesquisa essencialmente etnográfica.

Segundo Angrosino (2009, p. 30), a etnografia é “a arte e a ciência de descrever um grupo humano — suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”. Trata-se de um método baseado na pesquisa de campo, no qual os pesquisadores acompanham a rotina da instituição, empregam múltiplas técnicas de coleta de dados, mantêm um período prolongado de interação com a comunidade e o ambiente estudado e adotam abordagens descritivas para detalhar informações sobre o grupo, culminando na elaboração de relatórios e teorias explicativas (Cunha, 2014).

Nesta pesquisa, foram incorporados alguns aspectos etnográficos, considerando que a etnografia exige um nível de imersão maior do que o proporcionado neste estudo. Para a coleta de dados, houve uma permanência no Complexo Penitenciário de Florianópolis durante cinco meses, de setembro de 2021 a fevereiro de 2022.

Para guiar as entrevistas, foi elaborado um roteiro composto por cinco perguntas abertas, voltadas à contextualização da linguagem carcerária. As questões abordaram seus termos, origens, usos e significados. Diante das incertezas que permeavam a pesquisa, assim que a liberação foi concedida, a coleta de dados teve início, mesmo antes da realização de estudos aprofundados sobre o referencial teórico.

Para registrar as informações obtidas tanto na etapa de observação quanto nas entrevistas, foi utilizado um diário de campo. Isso se deve ao fato de pesquisadores que conduzem estudos com abordagem etnográfica em ambientes prisionais afirmarem que o uso de gravadores pode gerar intimidação e desconforto para os entrevistados (Biondi, 2018).

CONCEPÇÕES SOBRE JOGOS DE LINGUAGEM E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

A linguagem é um elemento essencial para a interação em sociedade, e cada grupo social possui características próprias que podem ser identificadas pela forma como seus membros se comunicam. A língua está em constante transformação, pois, ao longo do tempo, é possível observar a necessidade de criar novas expressões para nomear objetos, conceitos e formas de relação social que surgem com as mudanças culturais (Martelotta, 2018).

A comunicação nas prisões é uma forma de expressão do cotidiano e se estrutura a partir do uso e da ressignificação de termos criados pelos próprios detentos para descrever os acontecimentos (Goffman, 2015). Destaca-se que essa linguagem sofre constantes adaptações, variando de acordo com o tempo, o estabelecimento prisional e a região, refletindo a necessidade de ajustá-la à realidade, à compreensão, à interpretação e à organização dos diferentes contextos.

A linguagem carcerária reflete diferentes aspectos do cotidiano nas prisões, abrangendo perspectivas diversas, como os procedimentos de segurança, as normas disciplinares, os projetos implementados, a estrutura organizacional da instituição e as trajetórias de vida das pessoas condenadas (Oliveira, 2013).

Dessa forma, a comunicação nos presídios se adapta aos contextos e às condições em que os indivíduos estão inseridos, o que significa que os termos utilizados possuem significados específicos, sendo constantemente ressignificados conforme as circunstâncias. A alta rotatividade no sistema prisional contribui para a ampliação do vocabulário desta linguagem, resultando em expressões que podem ter múltiplos sentidos, variando de acordo com a situação ou a região em que são empregadas. Além disso, os códigos linguísticos são modificados conforme a necessidade ou a nova atribuição de significado aos termos.

A linguagem materializa os pensamentos e com isso permite a comunicação entre as pessoas. Diante disso, a compreensão de um determinado assunto diz respeito ao conhecimento adquirido ao longo de uma trajetória, seja ela pessoal, profissional e/ou acadêmica (Grayling, 2002).

Para Wittgenstein (1975), a linguagem não é estática e uniforme, ela conta com diversas ações diferentes presentes no cotidiano das pessoas, como, por exemplo: descrever, relatar, negar, fazer perguntas, contar histórias, traduzir, agradecer, expressar. Portanto, os jogos de linguagem envolvem a ligação entre a compreensão, o significado e o uso dos termos em um determinado contexto.

Dos 693 parágrafos (§) apresentados no livro *Investigações Filosóficas*, foram tomados como referência para a pesquisa apenas aqueles cujas conexões com as respostas dadas pelos interlocutores da pesquisa eram evidentes.

Wittgenstein (1975, p. 16) aponta, no § 7, que

[...] todo o processo do uso das palavras é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna. Chamarei esses jogos de ‘jogos de linguagem’, e falarei muitas vezes de uma linguagem primitiva como de um jogo de linguagem.

Além disso, o filósofo menciona que

poder-se-iam chamar também de jogos de linguagem os processos de denominação das pedras e da repetição da palavra pronunciada. Pense nos vários usos das palavras ao se brincar de roda (Wittgenstein, 1975, p. 16).

No parágrafo 203, Wittgenstein (1975, p. 92) relata que “a linguagem é um labirinto de caminhos. Você entra por um lado e sabe onde está; você chega por outro lado ao mesmo lugar e não sabe mais onde está”. Ou seja, as perspectivas relacionadas à linguagem vão para além das questões gramaticais nos contextos

em que estão inseridas, reflete [...] “sua interpretação dos diversos universos de discurso que participa” (Gracioso, 2008, p. 111).

Nos jogos de linguagem, as regras são estabelecidas durante as dinâmicas dos jogos, compartilhadas e, posteriormente, colocadas em prática de uma forma inconsciente, visto sua utilização rotineira. Essas regras expressam uma ordem, seja por meio de leis, normas, instruções e comportamentos de como se portar em um determinado contexto. Assim sendo, entender o significado de uma palavra significa dominar as regras para seu uso.

Com isso, as pessoas são ensinadas a agir e reagir às mais diversas situações. A multiplicidade da língua, da lógica da linguagem e dos seus significados, proporciona inúmeros jogos de linguagem. É preciso analisar o propósito das palavras naquele contexto, cotidiano e comunidade, e, em seguida, compreender as regras dos jogos de linguagem, e assim, aprender a jogar (Wittgenstein, 1975).

Dessa forma, o que constitui as regras são o uso coletivo delas, sua prática geral determinada pela comunidade em que as palavras estão inseridas, seus costumes e seu treinamento. Para compreender e seguir as regras, é necessário relembrar os aspectos familiares entre os diferentes tipos de comportamento (Wittgenstein, 1975).

No § 261, Wittgenstein (1975, p. 102) relata que “[...] ‘sensação’ é, na verdade, uma palavra de nossa linguagem geral e não de uma linguagem inteligível apenas para mim. O uso dessa palavra exige, pois, uma justificação que todos compreendem”. E completa, no § 264: “uma vez que você sabe o que a palavra designa, que a comprehende, você conhece todo o seu emprego” (Wittgenstein, 1975, p. 103).

Wittgenstein (1975, p. 22) declara no parágrafo 23 que “[...] novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são

esquecidos”. Isto posto, o significado de uma expressão é seu uso e o que entendemos em um determinado contexto. A compreensão consiste em saber o uso da expressão por meio dos jogos de linguagem. Entender seu uso é ter a habilidade de seguir as regras nos diferentes jogos. Seguir as regras é estar em conformidade com as práticas de uma comunidade.

No parágrafo 206, Wittgenstein (1975, p. 92) aponta que “o modo de agir comum a todos os homens é o sistema de referência, por meio do qual interpretamos uma linguagem desconhecida”. Já no parágrafo 337, o autor menciona a intenção do uso das palavras. Intenção essa que está “inserida na situação, nos hábitos humanos e nas instituições [...] Desde que tenho antecipadamente a intenção da forma da frase, isto só é possível pelo fato de eu poder falar esta língua” (Wittgenstein, 1975, p. 117).

No entender de Gracioso (2008), a “forma de vida”, embora não tenha sido tão trabalhado por Wittgenstein, seria como um conjunto formado por hábitos, comportamentos e ações compartilhadas por meio do uso da linguagem. Portanto, a linguagem é compreendida a partir do momento que as pessoas estão no mesmo contexto, partilham de formas de vida semelhantes, compreendem os mesmos acordos de juízos e as mesmas regras disponibilizadas.

No § 241, Wittgenstein (1975, p. 98) anuncia que as regras estabelecidas e os acordos firmados em um jogo de linguagem não versam sobre a “concordância de opiniões, mas da forma de vida”. Com isso, após o estabelecimento das regras de uso, e o comportamento no dia a dia, entende-se a necessidade do cumprimento para que a comunicação seja efetiva. O autor ainda aponta que, caso o indivíduo desconheça um determinado significado, duas possibilidades poderão ser visualizadas: a primeira envolve aproximar o conceito de uma determinada palavra à realidade da pessoa ouvinte. A partir disso, a palavra é composta por uma funcionalidade, e é necessário compreender

seu uso e não a adivinhar. Na segunda possibilidade, a pessoa ainda não detém em seu arcabouço linguístico (Wittgenstein, 1975).

Em uma perspectiva voltada para a Organização do Conhecimento, González de Gómez (2000) afirma que os objetos de estudos da Ciência da Informação são ações de informação, que seriam resultado da articulação de vários estratos imersos na vida social, dentre eles a linguagem, os próprios sistemas sociais, os sujeitos e as organizações.

A Organização do Conhecimento (OC) busca adequar às diversas práticas e atividades sociais para o acesso ao conhecimento e pretende operar como instrumento de tratamento da informação e gestão de uso da informação. A OC se relaciona com aportes teóricos e metodológicos multidisciplinares de áreas como a Linguística, Documentação, Informática, Filosofia, História da Ciência e Ciências Cognitivas (Barité, 2001).

As perspectivas relacionadas à Organização do Conhecimento que versam nesta tese perpassam as teorias tradicionais mencionadas nesses longos anos de pesquisa sobre a OC e, além disso, abarcam também aspectos sobre a “arte de organizar com vistas à democratização e inclusão” (Sales, 2021, p. 16).

Para Barité (2001), o conhecimento é um produto, uma necessidade e uma dinâmica social. O conhecimento é o registro social de tudo aquilo que a sociedade comprehende acerca da natureza e de si mesmo, formando então os sistemas sociais. Os sistemas sociais são organizados e funcionam em torno da informação e do conhecimento, contribuindo para a formação de regras e decisões diárias condicionantes a novas descobertas e aplicações. O conhecimento é um sistema aberto, visto que pode ser estudado por diversos pontos de vista, tais como: como se adquire, como se organiza, como se transmite, como se utiliza,

quantos tipos de conhecimento existem, como se transforma (Barité, 2001).

Costa e Sales (2024, p. 16) afirmam ainda que

os modelos de mundo representados dentro das prisões se manifestam por meio de uma linguagem ressignificada, que é jogada pelas pessoas presas, com base na própria realidade observada.

Diante disso, a linguagem carcerária representa um recorte da realidade vivenciada pelas pessoas presas e a veracidade de seus mundos, tendo, assim, relações diretas com a organização e representação do conhecimento.

COMPREENSÃO DOS USOS DE PALAVRAS DO CÁRCERE A PARTIR DOS JOGOS DE LINGUAGEM

Apresentamos aqui a relação estabelecida na pesquisa a partir da análise cruzada entre as informações coletadas nas entrevistas e na observação *in loco* com os parágrafos (§) de Wittgenstein. No § 1, o autor informa que as palavras representam nomes e denominam objetos. No § 3, Wittgenstein (1975, p. 14) declara que “Santo Agostinho descreve, podemos dizer, um sistema de comunicação; só que esse sistema não é tudo aquilo que chamamos de linguagem”. Visualizando o sistema prisional, os sistemas de comunicação vão além da linguagem oral, manifestando-se de diversas formas, como nas chamadas libras da cadeia, nas libras de trás para frente, na mudança de sílabas na composição de palavras e na mudança das cores para escrita de bilhetes. Esses aspectos já fazem parte dos jogos de linguagem da prisão.

O interlocutor 2, durante a entrevista, explicou que a libras da cadeia, é literalmente a utilização do alfabeto em libras para comunicação. A libras de trás para frente, envolve a linguagem de sinais anunciando frases gesticuladas de trás para frente, bem

como a troca de sílabas para a escrita de mensagens, conforme explicado no diário de campo pelo próprio interlocutor.

Já a interlocutora¹⁰ 23 relatou que há alguns anos uma das formas de comunicação era a mudança de cores para a escrita de bilhetes, assim, quem recebia, por exemplo, bilhete escrito com caneta vermelha estaria recebendo seu decreto de morte.

Todos os entrevistados desta pesquisa afirmaram que a linguagem carcerária é usada somente dentro dos espaços de privação de liberdade, inclusive, informaram que não a utilizam extramuros para que a condição de egresso do sistema prisional não seja reconhecida. Como relatou o interlocutor 1, “nunca utilizei essa linguagem em casa, não quero levar essa linguagem para fora da prisão”. O interlocutor 2 declarou que não utiliza o vocabulário na rua por não se sentir à vontade, ele acredita que é vergonhoso, um retrocesso, acredita ainda que as pessoas vão associar as palavras com a vida no crime que ele teve, e vão considerá-lo uma pessoa perigosa. O interlocutor 25 relatou que não utiliza a linguagem na rua, já que quer esquecer o tempo que passou dentro da prisão: “usar o termo da linguagem na rua é uma lembrança ruim de estar preso”.

A interlocutora 9 ressaltou que o uso do vocabulário é feito na prisão, já que se utilizar extramuros o pessoal não irá entender. Wittgenstein (1975, p. 146) aponta no § 508, nitidamente o que a interlocutora 9 menciona em seu relato, que “[...]. Não estou acostumado a medir a temperatura em graus Fahrenheit, por isso, esta indicação de temperatura não me ‘diz’ nada”.

No entanto, o interlocutor 15 afirmou que usa a linguagem carcerária na rua por uma questão de hábito, pois alega que a convivência na penitenciária o faz replicar, mesmo que involuntariamente, os termos. Explicou ainda que estava em liberdade e foi à padaria e, inconscientemente, pediu um

¹⁰ A pesquisa foi desenvolvida na Penitenciária Masculina, que conta também com a ala LGBTQIAP+. Diante disso, mulheres trans foram entrevistadas.

marrocos, que na Penitenciária significa pão.

Sabemos que expressões próprias do vocabulário carcerário são utilizadas também fora da prisão. Embora seja evitado por eles para não serem identificados como detentos ou ex-detentos fora da prisão, não se trata de uma linguagem ou um vocabulário absolutamente secreto, mas sim de uma forma de comunicação própria do contexto prisional.

No § 5, Wittgenstein (1975) evidencia o ensino da linguagem enquanto um treinamento, comparando com as formas primitivas da linguagem utilizadas por crianças quando aprendem a falar. Os/as 26 interlocutores/as mencionaram que na prisão o processo de aprendizagem envolve o treinamento da linguagem carcerária a partir da convivência, ou seja, a pessoa recém-chegada no sistema prisional aprende a significação e a ressignificação dos termos para que não seja excluída e não seja chacota e, para além disso, envolve uma questão de sobrevivência.

A questão da sobrevivência fica evidente no relato do interlocutor 5, que chegou na Penitenciária Masculina de Florianópolis vindo de outro Estado, e perguntou ao seu colega de cela quem era o *ratão* da cadeia, pois em seu Estado o termo ratão significa a pessoa mais antiga da cadeia, aquele que consegue transitar em diversos espaços. Aqui em Santa Catarina *ratão* de cadeia é um termo pejorativo para quem está roubando seus colegas de cela. O interlocutor mencionou que houve consequências pela má utilização do termo.

O interlocutor 5 discorreu ainda que a adaptação na utilização do vocabulário é feita aos poucos, além disso, ressaltou que cada estabelecimento prisional tem sua linguagem a partir das variações linguísticas, a partir da regionalidade e das questões sociais envolvidas naquele contexto. O interlocutor 15 reforçou que os colegas de cela explicam a linguagem e o funcionamento da prisão, principalmente quando se trata de detento novato.

Os interlocutores 2, 25 e 26 relataram que para aprender a linguagem carcerária e suas formas de comunicação por completo, incluindo as libras da cadeia, considerada por eles difícil e cheia de detalhes, a pessoa leva de três a seis meses utilizando e convivendo todos os dias.

No § 6, Wittgenstein (1975) apresenta o ensino ostensivo da palavra que envolve o treinamento do uso dessas palavras, vinculando o termo ao seu significado e à sua imagem. O ensino ostensivo da palavra estabelece uma relação com a ligação associativa da palavra, ou seja, o treinamento acontece a partir da pronúncia e com a demonstração do objeto, visando ao estímulo e à resposta.

Em conversa com o interlocutor 2, percebe-se que a ligação associativa realizada na prisão envolve a representação imagética do objeto a partir da sua ressignificação dentro da prisão, como, por exemplo: *alpiste* remete a arroz, *areia* remete a açúcar, *vaquinha* remete a leite.

Embora elementos do vocabulário pertencente à linguagem carcerária sejam também decodificáveis pelas pessoas que trabalham na penitenciária (policiais, enfermeiros etc.), os interlocutores 4, 5, 6, 14, 17 e a interlocutora 8 ressaltaram que a linguagem é utilizada apenas pelas pessoas que estão em privação de liberdade e que os policiais penais não aceitam o uso do vocabulário. O interlocutor 24 complementou informando que se o policial penal escutar a linguagem sendo direcionada a ele, pode aplicar medida disciplinar. O interlocutor 2 ressaltou que a linguagem carcerária foi criada para que a administração dos estabelecimentos prisionais não soubesse quais ações estariam sendo planejadas pelos detentos dentro da prisão.

Os interlocutores 5, 7 e 15 mencionaram a fluidez da ressignificação dos termos a partir do uso rotineiro, e o interlocutor 6 complementou indicando que a rotatividade das pessoas em outras unidades prisionais do Brasil faz a linguagem

carcerária circular, consequentemente aumentando o vocabulário.

No § 492, Wittgenstein (1975, p. 144) menciona aspectos sobre a invenção de uma nova linguagem. Para o autor,

inventar uma linguagem poderia significar: inventar, com base em leis naturais, uma aparelhagem para uma determinada finalidade; tem, porém, um outro sentido também, análogo àquele em que falamos da invenção de um jogo.

Sendo assim, cria-se uma linguagem nova, cria-se um uso novo, cria-se um jogo novo.

Paralelo ao uso da linguagem carcerária, tem-se ainda o jogo de linguagem presente na utilização do vocabulário Pajubá, empregado principalmente pelas pessoas presas no chamado Paredão LGBT, conforme relataram as interlocutoras da pesquisa e seus maridos. Trata-se de um espaço destinado às pessoas que estão presas e fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+. Este contexto foi ponderado a partir da interlocutora 8, e reafirmado pela interlocutora 12, quando informaram que o uso do vocabulário Pajubá, que não é exclusivamente intramuros, é adotado por suas colegas de ala, principalmente, as mulheres trans.

No § 10, Wittgenstein (1975) menciona a descrição do uso das palavras e a relação entre a palavra, seu significado e seu uso. No § 11, Wittgenstein (1975, p. 17) atesta que “[...] assim como são diferentes as funções desses objetos, assim são diferentes as funções das palavras”. No § 432, o autor retoma a questão do uso das palavras, argumentando que “todo signo sozinho parece morto. O que lhe dá vida? — No uso, ele vive”.

Vejamos o vínculo desses parágrafos com o que é reafirmado pelo interlocutor 25, quando ressalta que cada palavra tem um peso e pode ser interpretada de diversas formas. Com isso, o uso de determinado termo varia de acordo com a

intimidade criada entre os interlocutores. Essa intimidade é confirmada pelo interlocutor 4, quando reitera que os significados dos termos são modificados para que os colegas de cela não compreendam alguma informação em determinado contexto. O exemplo dado por ele foi: quando querem compartilhar algum alimento, como o açúcar, ao invés de pedirem *areia*, que remete ao açúcar, e todas as pessoas ali presentes saberão o que será emprestado, pede-se *branca de neve*.

A responsabilidade pelo uso das palavras recai a quem está escutando e a quem está proferindo a mensagem, e reflete na interpretação de cada um dos termos e sua significação ou ressignificação. Wittgenstein (1975, p. 19) declara que

[...] nossa linguagem pode ser considerada como uma velha cidade: uma rede de ruelas e praças, casas novas e velhas, e casas construídas em diferentes épocas; e isto tudo cercado por uma quantidade de novos subúrbios com ruas retas e regulares e com casas uniformes.

Ou seja, a linguagem não está completa, está em constante mudança, é uma construção que envolve diferentes contextos, épocas e caminhos.

No § 120, Wittgenstein (1975) reforça que quando falo algo, seja palavra, frase, som etc., devo falar a linguagem do cotidiano. Além disso, menciona que

[...] não é a palavra que importa, mas sua significação, e ao dizê-lo, pensa-se na significação como em uma coisa do mesmo gênero da palavra, ainda que diferente dela. Aqui a palavra, aqui a significação. O dinheiro e a vaca que com ele pode comprar (mas, por outro lado: o dinheiro e sua utilidade).

No § 19, Wittgenstein (1975, p. 19) refere-se à forma de vida, “[...] E representar uma linguagem significa representar-se

uma forma de vida”. O autor adverte que “[...] as interpretações não determinam sozinha a significação” e “[...] alguém somente se orienta por um indicador de direção na medida em que haja um uso constante, um hábito”.

Nesse sentido, os interlocutores 4, 5, 6, 14 e 17 expõem que a linguagem carcerária representa o cotidiano da prisão, a organização, a comunicação e a rotina da prisão, e são proferidas diariamente para expressar qualquer informação, seja para omitir informações da administração prisional, seja para organizar a limpeza da cela, conforme evidenciado nos termos coletados nas entrevistas que versam sobre a rotina na prisão:

- a) instrumentos improvisados e criados dentro da Penitenciária, tais como: *a que brilha*, que corresponde a “acendedor”, e *bike*, que se refere a instrumento de corda e saco de leite para transferir objetos de uma cela a outra pela janela.
- b) procedimentos realizados cotidianamente pelos funcionários da unidade, por exemplo: *batidas*, que significam “regras”; *blitz*, que designam “intervenção dos policiais penais”; e *bonde*, que corresponde à transferência da pessoa privada de liberdade de uma unidade para outra.
- c) alimentação, incluindo os alimentos em si e qualquer objeto relacionado a esta ação, como: *bandeco* – prato ou marmita; *bater rango* – comer; *boi ralado* – carne moída. Relativo aos objetos, pode-se citar: *arapiraca* – fumo de enrolar; *arpão* – agulha; *bailarina* – caneta; *bexiga* – bola; *berma* – bermuda; *boi* – vaso sanitário; e *bocuda* – portinhola da porta de ferro da cela.
- d) características designadas às pessoas, tais como: *acelerão* – pessoa que erra em sua trajetória na prisão, descumprindo as regras de convivência determinada pelas pessoas privadas de liberdade; *açúcar* – pessoa

- dedo-duro, cagueta; e *boletão* – pessoa que não toma banho.
- e) sentimentos das pessoas, como: *às pampas* – estar tranquilo.
 - f) regras determinadas pelas pessoas em privação de liberdade, como, por exemplo: *brecar* – interromper alguma ação; *bizu* – ideia, pensamento; e *BO* – qualquer ação que seja ruim.

Para Wittgenstein (1975), a elucidação da interpretação dos termos varia a partir dos contextos. Entende-se, portanto, que o significado da palavra utilizada na linguagem carcerária parte do pressuposto da conscientização de reproduzi-las. Com isso, a reflexão está acerca da dominação dos termos, que, como mencionado anteriormente, varia de pessoa para pessoa, de convivência para convivência com seus companheiros de cela e de ala. Por exemplo, o interlocutor 1, mencionou que em sua cela os termos da linguagem carcerária não são utilizados, visto que todas as pessoas estão atreladas a algum trabalho na Penitenciária e, portanto, estão diretamente ligadas ao convívio com policiais penais.

O § 21 apresenta informações relacionadas ao papel da pronúncia das palavras no jogo de linguagem. Wittgenstein (1975) narra que o uso das palavras é afetado nos jogos de linguagem também pela entonação de voz que é proferida, pela expressão facial do locutor, pelo contexto que se insere. Por exemplo, a palavra “aval” possui dois significados dentro do sistema prisional, são eles: permissão e ordem. “Permissão”, quando a pessoa solicita sua ausência de alguma atividade e “ordem”, quando alguém determina uma missão a outra pessoa privada de liberdade, e na hierarquia da instituição é necessário o cumprimento.

Wittgenstein (1975, p. 22), § 23, relata que há diversas espécies de frases e que

[...] essa pluralidade não é nada fixa, um dado para sempre; mas novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem, como poderíamos dizer, nascem e outros envelhecem e são esquecidos.

Entende-se que a linguagem não é estática, portanto, está em constante mudança. É múltipla, diversa e dinâmica, conta com diversas ferramentas, modos de emprego, palavras, frases e estruturas, à vista disso, os jogos de linguagem são alterados de acordo com as formas de vida que fazem parte, e vai ao encontro com a construção de mundos.

No § 26, Wittgenstein (1975) relata que o aprendizado da linguagem consiste no fato de dar nome aos objetos, assim sendo, é preciso etiquetar as coisas, isso influencia na preparação para seu uso. Na penitenciária, a preparação para o uso da linguagem carcerária acontece por meio da convivência. A pessoa mais antiga na cela ensina quem está chegando pela imposição velada do uso dessa linguagem, visto que é preciso a adaptação à ressignificação das palavras para sobrevivência na prisão, há, portanto, uma obrigatoriedade implícita no uso da linguagem carcerária.

Wittgenstein (1975), no parágrafo 34, relata que a elucidação pode ser feita pelo modo que a palavra elucidada é utilizada. E, no parágrafo 35, menciona que a vivência em um determinado contexto aponta a característica de uso da palavra. Essa perspectiva fica evidente no parágrafo 37, no qual o autor apresenta a relação entre o nome e o denominado, ou seja, quando ouvimos um nome, pensamos na imagem que o representa, com isso, o nome está escrito sobre o denominado, ou o nome é pronunciado quando apontamos o denominado. No § 38, o autor esclarece que “denominar” é a ligação de uma palavra com o objeto que ela quer representar.

Na Penitenciária, a pessoa que chegou no sistema prisional recentemente e não conhece a linguagem carcerária pode falar um termo, que dentro daquela forma de vida tenha outro

significado e, portanto, ambiguidades poderão acontecer até que as regras para o uso da linguagem sejam aprendidas.

Em consonância com o panorama apresentado anteriormente, Wittgenstein (1975), no § 39, menciona que algo deve sempre corresponder às palavras das quais consiste, sendo necessário ter um sentido para seu uso. Portanto, quando o sentido desaparece, outras palavras surgirão. Conforme mencionado pelo interlocutor 14, as palavras tomam novos significados a partir do momento que o setor de inteligência da Penitenciária descobre os contextos de uso daqueles termos, ou quando, outra pessoa não gostaria de compartilhar seus objetos ou alimentos. O exemplo apresentado pelo interlocutor envolve a modificação do termo *váquinha* (leite) num cenário em que o colega de cela solicitava um pouco de leite e ele não teria para dividir com os demais, que passa a ser chamado de *Claudinha*, por conta da Claudia Leitte (cantora brasileira). Assim, um novo significado surge para a palavra já existente.

No § 40, Wittgenstein (1975) declara que a palavra, mesmo que não esteja presente, continuará tendo um significado. Ou seja, se a palavra “borracha” for mencionada em uma conversa, onde a compreensão do seu uso já é evidente, mas ela não está presente naquele momento da conversa, não significa que ela não existirá e nem que sua significação mudou em determinado contexto. Nesse parágrafo, o autor salienta que “significação” é o sentido que aquela palavra toma, e o nome dado a ela envolve o ato de nomear. Se pensarmos no contexto da linguagem carcerária, a expressão às *pampas* significa “estar tranquilo”, cumprir sua trajetória naquele momento sem nenhuma adversidade. Caso se esteja falando de um terceiro, mencionando que ele está às *pampas*, mas esse terceiro não está presente na conversa, o significado do termo não será modificado. O significado será mantido a partir das regras e combinações que serão feitas em relação ao seu uso. É nesse momento que o uso coletivo determina o que entra nos jogos de

linguagem, o que Wittgenstein (1975) assegura no § 41 e retoma no 50, mencionando que cada jogo determina o seu pertencimento, por meio das palavras.

Outro aspecto presente nos jogos de linguagem do vocabulário carcerário se refere a palavras que não são empregadas na língua portuguesa, e este aspecto também faz parte dos jogos de linguagem definidos por Wittgenstein (1975), conforme verificado no parágrafo 42. É perceptível essa afirmação do autor por meio das respostas mencionadas pelos interlocutores desta pesquisa, de que palavras e expressões que não são empregadas na língua portuguesa poderão fazer parte dos jogos de linguagem, e as que estão presentes poderão ser ressignificadas das mais diversas formas possíveis, como: *G2* – lâmina de barbear; *geumba* – comer; *gofran* – frango; e *lotra* – dois colchões na cama.

O parágrafo 53 relata a existência de diversas possibilidades para os jogos de linguagem, onde o autor menciona que diferentes casos denominam diferentes signos. Isso tudo é influenciado pela forma como é ensinado, e se ensinado, por quem e em qual contexto. As regras do jogo de linguagem são determinações de como falar, com quem falar, quando falar e quais termos serão utilizados (Wittgenstein, 1975).

A linguagem é guiada por regras que norteiam os comportamentos em sociedade e determinam o significado do uso dessas palavras, seguir regras envolve a compreensão das utilizações dessas palavras e o caráter normativo das regras. Wittgenstein (1975) reforça que “seguir uma regra é análogo a seguir uma ordem. Somos treinados para isto e reagimos de um determinado modo”.

De acordo com o universo desta pesquisa, o interlocutor 2 elucida que o uso da linguagem carcerária é uma imposição para um convívio harmonioso. Por conta disso, quando a pessoa em privação de liberdade adentra ao sistema prisional, é submetida à utilização dessa linguagem a partir de um treinamento realizado

cotidianamente com seus colegas de cela por meio do ensino ostensivo. Ainda sobre seguir regras, Wittgenstein (1975, p. 97) indica no § 235, que “disto você apenas vê que tudo pertence à fisionomia daquilo que na vida cotidiana chamamos de ‘seguir uma regra’”.

O ensino ostensivo, como mencionado anteriormente, remete ao ensinamento do uso das palavras em um determinado contexto de forma livre, aberta. No § 208, Wittgenstein (1975, p. 93) declara que

[...] a alguém que, digamos, só fala francês, elucidar estas palavras pelas palavras francesas correspondentes. Mas, a quem ainda não possui estes conceitos, ensinarei a empregar as palavras por meio de exemplos e de exercícios.

Justamente o que foi relatado pelos interlocutores e pela observação *in loco* desta pesquisadora.

No § 57, Wittgenstein (1975) afirma que se esquecemos o uso daquela palavra, ela perde a significação para nós e, consequentemente, não podemos mais jogar um determinado jogo de linguagem. É evidente esse ponto de vista quando os interlocutores desta pesquisa ressaltam o distanciamento que querem manter da linguagem carcerária ao sair da prisão, não a utilizando diariamente, a ressignificação dos termos não é mais necessária e a identidade para aquele determinado jogo é perdida.

Como mencionado anteriormente, os jogos de linguagem são baseados em regras de uso coletivo em um determinado contexto. Nesta pesquisa, a ressignificação das palavras relacionada à sua utilização está evidente na resposta dos 26 interlocutores a um dos questionamentos: “Você sente que os significados foram alterados por conta de seu convívio aqui?”. A resposta é unânime: sim. O significado das palavras é diferente da forma que utilizam extramuros, e são adaptados para a

conjuntura dos estabelecimentos prisionais. As regras são apresentadas por meio do convívio coletivo que direciona o uso das palavras. Conforme exposto por Wittgenstein (1975) nos parágrafos 85 e 87, a regra é apresentada como um indicador de direção que está em ordem quando, em condições normais, preencher sua finalidade.

As regras estabelecidas na prisão para o uso da linguagem carcerária envolvem, principalmente, a sobrevivência dentro dos estabelecimentos prisionais, visto que o não uso desses termos ressignificados pode acarretar violências por conta da falta de interpretação do termo. E, ainda, cumprem a função de omitir da administração prisional conversas, informações e ações.

No contexto da linguagem carcerária, o acordo está relacionado à como agir naquele ambiente, quais palavras serão usadas em determinados jogos de linguagem, sendo sua compreensão possível a partir dos acordos estabelecidos pela forma de vida partilhada naquela circunstância. O § 242 descreve que “para uma compreensão por meio da linguagem, é preciso não apenas um acordo sobre as definições, mas um acordo sobre os juízos” (Wittgenstein, 1975, p. 98). Os juízos são perspectivas relacionadas ao uso dessas palavras remetendo às formas de vida presentes nos estabelecimentos prisionais. Os acordos sobre os juízos estão vinculados à linguagem, seja na utilização, nas formas de comunicação ou na ressignificação das palavras para aquele contexto.

Diante dos aspectos evidenciados nesta pesquisa, é possível admitir que os jogos de linguagem estão presentes no contexto prisional a partir da ressignificação das palavras, do regramento que engendra a comunicação e o uso das palavras e, também, por meio do ensino ostensivo de tais palavras ressignificadas ou mesmo inventadas, que cumprem a função de omitir informações relacionadas às atividades das pessoas presas, por uma questão mesmo de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que os jogos de linguagem presentes no ambiente prisional são estruturados a partir da linguagem carcerária, desenvolvida como uma forma de ocultar ações e pensamentos da população carcerária em relação à administração prisional. Com o tempo, essa linguagem torna-se essencial para a sobrevivência dentro do sistema, uma vez que as palavras são constantemente ressignificadas e incorporadas ao cotidiano prisional.

O jogo é conduzido segundo regras de uso que fazem palavras possuírem significados que devem ser compreendidos dentro de um contexto específico. Uma vez assimilados, esses significados são incorporados ao cotidiano, onde seu uso é regido por normas estabelecidas por uma determinada comunidade.

Este estudo extrapola abordagens tradicionais da organização do conhecimento ao investigar formas de organização e representação voltadas para uma comunidade marginalizada. Dessa maneira, insere a prisão entre os ambientes analisados em pesquisas conduzidas por instituições federais reconhecidas. A partir da abordagem dos jogos de linguagem, o estudo da linguagem carcerária revelou a força comunicativa presente nos espaços de privação de liberdade, evidenciando seu potencial criativo, dinâmico e estruturante para as formas de vida ali existentes.

As palavras e suas regras de uso, aprendidas e ensinadas em diferentes contextos, configuram a construção de representações de mundos possíveis e reais. É a experimentação e a vivência desses mundos. A representação e a organização do conhecimento por meio dos jogos de linguagem carcerária são legitimadas pela própria prática da comunidade prisional. Trata-se, em essência, da representação do conhecimento carcerário.

REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. São Paulo: Artmed, 2009. 130 p.
- ALZÁS, Teresa; GARCÍA, Luis M Casa. La evolución del concepto de triangulación en la investigación social. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 5, p. 395–418, ago. 2017.
- BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, universidade e pesquisa**: textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio. Marília: Unesp Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35–60.
- BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010. 248 p.
- COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Jogos de linguagem na prisão: representação do conhecimento e linguagem carcerária. **Transinformação**, [s.l.], v. 36, e2410619, p. 1–14, dez. 2024.
- CUNHA, Manuela Ivone. Etnografias da prisão: novas direções. **Configurações**, São Paulo, v. 13, p. 47–68, jan. 2014.
- DENZIN, Norman. **An introduction to triangulation**. Geneva: Unaids, 2010. 80 p.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Ltc, 2015. 160 p.
- GONZÁLEZ de GÓMEZ, Maria Nélida. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 1–14, jan. 2000.
- GRACIOSO, Luciana de Souza. **Filosofia da linguagem e ciência da informação**: jogos de linguagem e ação comunicativa no contexto das ações de informação em tecnologias virtuais. 2008. 175 f. Tese (Doutorado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, IBICT-UFF, Rio de Janeiro, 2008.

- GRAYLING, Anthony Clifford. **Wittgenstein**. São Paulo: Loyola, 2002.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2018. 254 p.
- MELO, Felipe Athayde Lins de. **O dispositivo penitenciário no Brasil: disputas e acomodações na emergência da gestão prisional**. 2018. 310 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2018.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. 272 p.
- MOREIRA, Walter. **Sistemas de organização do conhecimento: aspectos teóricos, conceituais e metodológicos**. 2018. 164 f. Tese (Livre-Docente em Sistemas de Organização do Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2018.
- OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 272 p.
- SALDANHA, Gustavo da Silva. Wittgenstein na e para a epistemologia da organização do conhecimento: indícios de um longo diálogo filosófico a partir de Cadernos (1914–1916) e Fichas (Zettel). In: SALES, Rodrigo de; AMORIM, Igor Soares. (org.). **Ensaio sobre a organização do conhecimento**. Florianópolis: Editora Udesc, 2021. p. 79–100.
- SALES, Rodrigo de. Para uma organização do conhecimento contemporânea: contribuições de Foucault, Agamben, Deleuze e Guattari. In: SALES, Rodrigo de; AMORIM, Igor Soares. (org.). **Ensaio sobre a organização do conhecimento**. Florianópolis: Editora Udesc, 2021. p. 13–42.
- SALLA, Fernando. **As prisões de São Paulo: 1822–1940**. São Paulo: Annablume, 2006. 372 p.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975. 226 p.



CAPÍTULO 7

SABERES ENCRUZILHADOS A PARTIR DO PENSAMENTO DOS FEMINISMOS NEGROS AMÉFRICA LADINOS: CAMINHOS PARA A BIBLIOTECONOMIA INTERSECCIONAL

Andréia Sousa da Silva

Los feminismos negros son, ante todo, un proyecto histórico de lucha. La definición llama la atención sobre los vínculos entre racismo y sexism que invaden la vida y los cuerpos de las mujeres negras, vistos en calidad de territorio de opresiones que arraigan mitos, prejuicios y estereotipos racistas. Y simultáneamente son los cuerpos territorios de batallas, textos y aprendizajes compartidos (Campoa legre Septien, Rosa, 2018, p. 216).

APRESENTANDO

A presente narrativa foi pensada e escrita com o intuito de provocar e/ou ampliar debate acerca da conscientização de bibliotecárias e bibliotecários no que se refere à busca por rever suas práticas, processos e teorias, visto que, ainda, em grande medida, tais práticas, processos e teorias parecem manter a ordem e o pensamento hegemônicos que promovem exclusões. Além disso, tem também como objetivo sensibilizar tais profissionais na premente caminhada rumo a uma postura de intervenção social que efetivamente promova justiça e equidade sociais. Para isso, destaca-se a necessidade de se vislumbrar alternativas para se fazer o retorno ao ponto de partida, pois as noções de neutralidade técnica e admiração vocacional, sentidas ainda na Biblioteconomia como um todo, concebem um olhar equivocado que insiste em não enxergar as diferenças e diversidades que existem no contexto social brasileiro.

O envolvimento com a mudança social precisa ser tomado como um compromisso ético na busca pelo fortalecimento da criticidade e da ampliação do olhar voltado às questões ligadas às pluralidades existentes. Considera-se importante defender a ideia de que esse compromisso ético, que é tanto científico quanto político, poderá ser concreto e efetivo quando estabelecermos uma Biblioteconomia interseccional.

Por isso, serão apresentadas algumas discussões levantadas a respeito dos conceitos e correntes dos pensamentos feministas negros que antecederam, constituíram e fortaleceram a interseccionalidade a ponto de torná-la uma ferramenta analítica e uma teoria crítica de cunho social. Considera-se, aqui, fundamental recorrer à interseccionalidade enquanto encruzilhada metafórica, heurística e paradigmática, para colocá-la no centro desta narrativa, pois a interseccionalidade possibilita a identificação e a correção de problemas gerados por desigualdades sociais complexas a partir da interconexão raça/classe/gênero. Assim como, também,

recorre-se ao pensamento feminista negro que concebeu a interseccionalidade como perspectiva crítica e urgente.

Para contextualizar, apresentam-se algumas vozes e escritos de intelectualidades do pensamento feminista negro, bem como alguns pontos a respeito da amefricanidade, categoria política-cultural cunhada por Lélia Gonzalez que articulou o pensamento feminista negro em ação, baseado no olhar interseccional desencadeado por sua atuação política nos contextos dos movimentos negro e feminista.

Além de Lélia Gonzalez, destacam-se também outras intelectuais negras como Audre Lorde, Kimberlé Crenshaw, Patricia Hill Collins, Mara Viveros Vigoya, Rosa Campoalegre Septien, Itza Amanda Varela Huerta, Luiza Bairros, Luciana de Oliveira Dias e Alexandra Eliza Vieira Alencar, além do Coletivo *Combahee River*, por suas notáveis contribuições no desenvolvimento de saberes encruzilhados a partir dos feminismos negros américa ladiños. Tais intelectualidades criaram movimentos para impulsionar a luta pela promoção e estabelecimento da equidade social, produzindo ‘conhecimento’ como medida de luta e ‘instrumentos informacionais’ como objetos para combater as opressões de *gênero, classe e raça*, articulando-as não como excludentes entre si, mas sim como opressões interseccionadas. Bebe-se dessas fontes para buscar a construção de um caminho para uma Biblioteconomia interseccional.

OLHARES SOBRE A INTERSECCIONALIDADE: A FORÇA DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO

Mara Viveros Vigoya (2016, p. 2) afirma que:

Desde hace algunos años, la interseccionalidad se ha convertido en la expresión utilizada para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta

de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder.

Tocante aos aspectos conceituais, no rolde referências sobre as discussões sobre a interseccionalidade, Collins e Bilge (2021, p. 16) afirmam que “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”. As autoras apontam também que a interseccionalidade, como ferramenta analítica, considera que os marcadores sociais de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade física e faixa etária se inter-relacionam e se moldam ao mesmo tempo (Colins; Bilge, 2021, p. 16). Essa ferramenta investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade e nos possibilita compreender, a partir de reflexões críticas, as complexidades dos indivíduos e de suas experiências.

Mas, o que vem antes do termo interseccionalidade? No artigo “Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da interseccionalidade”(de 2020), Gabriela M. Kyrillos afirma que a interseccionalidade é um conceito que vem sendo utilizado e ampliado constantemente para construção de trabalhos acadêmicos, tendo como referência inicial Kimberlé Crenshaw, jurista afro-estadunidense que sistematizou o termo em 1989, apresentado em seu artigo *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. Aqui, a interseccionalidade passou a servir “para analisar contextos e teorias a partir de uma perspectiva que abarque outras categorias além do gênero” (Kyrillos, 2020, p. 1), pois se descolou da visão monocategórica de análise, podendo, dessa forma, ser considerada uma ferramenta de análise que nos possibilita olhar, de maneira mais ampla, as diversas formas de opressões simultâneas existentes na sociedade. Utilizando a

interseccionalidade, os contextos vivenciados pelos indivíduos a partir da classe social, grupo étnico e gênero não são mais compreendidos de maneira isolada, mas sim de forma interseccional, possibilitando a ampliação da compreensão das subjetividades dessa interseção.

A autora afirma ainda que,

[...] apesar dessa ampliação na utilização do conceito, o que se verifica recorrentemente, em particular no Brasil, é o apagamento da história e dos debates teóricos que existiam antes da interseccionalidade ser nomeada por Crenshaw (Kyrillos, 2020, p. 2).

Além disso,

Esse apagamento se torna especialmente grave quando se observa que a origem da interseccionalidade está relacionada com as lutas sociais e as elaborações teóricas de mulheres negras. Por essa razão, é preciso que se reconheça a importância de uma análise crítica sobre a origem da interseccionalidade. Para isso, é fundamental partir do entendimento de que a ideia basilar que a interseccionalidade transmite é uma preocupação que existia dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos desde muito antes do surgimento do conceito da interseccionalidade e de sua apropriação pelo mundo acadêmico (Kyrilos, 2020, p. 2).

Verifica-se no discurso da autora uma preocupação em evidenciar debates e discussões relacionados às questões raciais e ao movimento dos feminismos negros que ocorriam antes do surgimento do termo interseccionalidade, tanto nos Estados Unidos como também no Brasil. Sendo assim, a autora traz as falas de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Patrícia Hill Collins, Audre Lorde, Ângela Davis, e bell hooks como intelectuais negras que já ressaltavam, antes de 1989, o contexto das questões

raciais e do feminismo negro a partir das vivências das mulheres negras, vividas tanto antes quanto após a abolição da escravatura nos Estados Unidos da América e no Brasil. Essas ativistas propuseram um pensamento feminista negro a partir da construção dos debates, reflexões e críticas assertivas ao feminismo desenvolvido por mulheres brancas heterossexuais, pertencentes à classe hegemônica. Assim, pode-se dizer que essas intelectuais do feminismo negro alavancaram um movimento de compreensão profunda no que tange à racialização, à condição de classe e à orientação de gênero e sexualidade, centrando atenção nas opressões que sofrem as identidades subalternizadas. Ou seja, todas aquelas pessoas que não se identificam com a cisheteronormatividade estabelecida.

Uma grande personalidade que atuou nas décadas de 1960 e 1980 e que contribuiu fortemente para os movimentos negro e de gênero foi a bibliotecária e feminista afro-estadunidense Audre Lorde. Suas teorias foram desenhadas a partir da década de 1960, período em que começou a elaborar narrativas críticas em relação à forma como se manifestavam os movimentos feministas da época, pois, para ela, esses movimentos focavam apenas em experiências particulares e individuais das mulheres brancas de classe média, e tinham características relacionadas com a “teoria da diferença”.

A oposição binária entre homens e mulheres, para Lorde, era reducionista e não alcançava todas as demandas das mulheres. Para ilustrar melhor o cenário observado por Lorde à época, Collins e Bilge (2021, p. 17) apresentam o seguinte:

Nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras estadunidenses enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas a trabalho, educação, emprego e acesso à saúde simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos que defendiam os direitos da classe trabalhadora. Cada um desses movimentos sociais

privilegiou uma categoria de análise e ação em detrimento de outras: por exemplo, raça no movimento em favor dos direitos civis; gênero no movimento feminista; classe no movimento sindical. Considerando que as afro-americanas eram também negras, mulheres e trabalhadoras, o uso de lentes monofocais para abordar a desigualdade social deixou pouco espaço para os complexos problemas sociais que elas enfrentam.

Junto com Audre Lorde, vale destacar também um outro agente de construção do movimento e do pensamento feminista negro: o Coletivo *Combahee River*. Essa organização negra feminista, ativa em Boston entre 1974 e 1980, fundada por Barbara Smith, tinha como intuito o estímulo a trocas de ideias e ações de fortalecimento do movimento negro feminista como instrumento de combate às violências racistas sofridas pela comunidade negra.

A socióloga francesa Jules Falquet, no artigo “A História do Coletivo *Combahee River*”, escrito e publicado em 2018, constrói um relato histórico da constituição e atuação desse coletivo e da sua importância para o combate às opressões vivenciadas pelas mulheres negras afro-americanas. Opressões que delimitavam (e que ainda delimitam) a existência das mulheres negras no mundo.

Em se tratando das discussões criadas pelo feminismo negro interseccional no Brasil, vale destacar uma grande referência: Lélia Gonzalez! A partir do fim dos anos 1970, Lélia Gonzalez descreveu apontamentos sobre as condições vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil dentro e fora dos movimentos sociais aqui construídos, não deixando de ressaltar como o período da Ditadura Militar no Brasil, de 1964 a 1985, influenciou na desarticulação da intelectualidade negra e, ainda, deixou de herança diversas tipologias de violências, destacando a violência institucional promovida livremente pelas polícias militares no país contra os afro-brasileiros.

Além disso, Lélia construiu narrativas sobre contradições e desigualdades que o racismo e a discriminação racial produziam/produzem entre as mulheres negras e brancas no Brasil, assim como se fazia flagrante também a pouca solidariedade às demandas das mulheres dentro do movimento negro. Isso foi denunciado pelas mulheres negras que tanto atuavam no movimento negro quanto no movimento feminista. Lélia pontuava a necessidade da construção de um viés interpretativo a partir do olhar e da experiência das mulheres negras e suas vivências, trazendo um pensamento interseccional.

Os coletivos de mulheres negras, constituídos durante o tempo de atuação de Lélia Gonzalez, fortaleciam (e alguns ainda fortalecem) a denúncia dessa realidade, valendo aqui destacar os esforços do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras (Rio de Janeiro, 1983), do Centro de Mulheres da Favela e da Periferia (Rio de Janeiro, 1985), do Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa (Maranhão, 1986), do Coletivo de Mulheres Negras em Belo Horizonte – N’zinga (Minas Gerais, 1986), do Maria Mulher (Rio Grande do Sul, 1987), do Géledes (São Paulo, 1988), da Casa de Cultura da Mulher Negra (São Paulo, 1990), do Fala Preta (São Paulo, 1997), do Grupo de Mulheres do Alto das Pombas (Bahia, 1988), entre muitos outros. Por isso, Lélia Gonzalez deu tanta ênfase e protagonismo à atuação das mulheres negras na militância dos movimentos sociais.

Vale também ressaltar que a discriminação interseccional é destacada pelas mulheres negras de várias formas, com o intuito, por exemplo, de desestabilizar as teorias do feminismo construído pelas mulheres brancas, que teimavam em considerar as questões de gênero, de classe e de raça de maneira isolada, e também colocavam em xeque as prioridades do movimento negro. Dentro desse contexto, Lélia Gonzalez cunhou o termo *Amefricanidade*, uma categoria intimamente conectada com a negritude, com a afrocentricidade e com o pan-

africanismo, pois, para ela, é uma “categoria que incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural, de adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas, que é afrocentrada” (Gonzalez, 2020, p. 135). Adiante, serão apresentados outros conceitos relacionados à ameficanidade para um conhecimento mais apurado sobre essa categoria.

A Ameficanidade e o feminismo negro desvelados por Lélia Gonzalez

O que levou Lélia a buscar a categoria político-cultural “ameficanidade” e a denominar os feminismos negros como feminismos “américa ladinos”? As sementes podem ser encontradas a partir de reflexões de Betty Milan e, posteriormente, de M.D. Magno, autor que apontou para

(...) um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas (Gonzalez, 2020, p. 127).

Outra razão foi o uso contínuo dos termos *afro-american* (afro-americano) e *african-American* (africano-americano), que designavam unicamente a existência dos negros nos Estados Unidos e não no restante do continente americano. Desse modo, Lélia tratou de criar essa categoria a partir do ponto de vista que desenhou o verdadeiro cenário do contexto brasileiro: um país que faz parte da América Latina cuja latinidade, por inexistente, precisou trocar o *T* pelo *D* para se tornar uma *América Ladina*, uma forma de ressignificar a identidade nacional, reconhecendo que a “latinidade” é apenas uma construção, enquanto a “africana”, a “ladina”, é uma realidade histórica e cultural que

moldou o Brasil e a América como um todo. Ou seja, trata-se de uma América africana, que, adequada ao contexto de um país como o Brasil, constituído pela presença de descendentes oriundos do continente africano, teria designação mais adequada por meio da expressão *ladino-ameficanos*.

O termo amefricanas/os remete à necessidade de se constituir e fortalecer uma consciência negra efetiva dos afro-brasileiros (por exemplo), para que deixem de ser ‘prisioneiros’ de uma linguagem cativa racista e passem a adotar um termo que as/os represente de maneira mais real. A categoria “amefrikanidade” tem um valor mais democrático politicamente e é culturalmente mais realista e logicamente muito coerente, pois o significado da sua terminologia permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e também ideológico, possibilitando novas perspectivas para um entendimento mais amplo e aprofundado do território brasileiro e também de países da América do Sul, Central e do Norte, onde se encontram os descendentes de povos africanos. A amefrikanidade também tem caráter metodológico, pois para Gonzalez (2020, p. 135)

[...] está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo.

Por conta disso, a *América*, para Lélia Gonzalez, é um sistema etnográfico de referência, uma criação dos afrodescendentes que vivem nesse continente, inspirados em padrões africanos. Então, pode-se afirmar, a partir desses conceitos, que as *amefricanas* e os *ameficanos* têm desempenhado papéis importantes e significativos para construção, manutenção e fortalecimento dessa categoria política-cultural, que é a amefrikanidade, visto que esta identifica várias experiências diáspóricas comuns que devem ser devidamente conhecidas, reconhecidas, pesquisadas e

disseminadas, mesmo que essas amefricanas e esses amefricanos residam e vivam em diferentes sociedades no continente, pois todos esses passaram e herdaram as consequências dos sistemas de dominação calcados no racismo e no patriarcado, que fortaleciam e fortalecem os desejos do capitalismo.

Partindo para o feminismo negro defendido por Lélia Gonzalez, a justificativas e situa na ausência das discussões raciais existentes nos movimentos feministas e também na desvalorização da participação das mulheres negras e indígenas em tais movimentos. Para a autora, mesmo que o feminismo (enquanto teoria e prática que desempenha um papel significativo contra o capitalismo patriarcal) tenha se transformado em um movimento político baseado em ações voltadas às questões sobre gênero, sexualidade, violência, resistência das mulheres, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e psicológicas, ainda assim, não abordava as questões raciais. Para Gonzalez (2020, p. 141), “seria suficiente substituir os termos ‘homens e mulheres’ por ‘brancos e negros’ (e/ou indígenas) respectivamente, para se ter uma excelente definição de racismo”, pois tanto sexism como racism partem de diferenças biológicas que se estabelecem como sistemas/ideologias de dominação.

As mulheres negras e indígenas (ameríndias, para Lélia Gonzalez) foram definidas e classificadas pelo sistema patriarcal-racista, um sistema ideológico e dominador que as infantiliza e descolora, hipersexualiza e subalterniza, baseado na ideologia do branqueamento. Este sistema serve para manter as pessoas negras e indígenas na condição de dominadas e inferiores, e as pessoas brancas na condição de dominantes e superiores. Por isso, é necessário realizar e ampliar as discussões sobre o feminismo negro e indígena, para jogar luz às opressões vividas pelas mulheres latino-americanas não brancas. Naquele contexto classificatório, foram e são estabelecidas profundas

desigualdades raciais e sexuais relacionadas às mulheres, e, por serem na maioria das vezes parte do proletariado, foram e são assoladas por uma tripla discriminação. Os movimentos e manifestações sociais que essas mulheres atuaram, e atuam até hoje, são caracterizados como movimentos sociais populares, político-partidários e feministas.

Os motivos que levaram essas mulheres negras a participarem das manifestações políticas, articuladas entre as categorias de raça/classe/gênero, tinha/tem como intenção desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade, e também governamental, que provoca todo tipo de desigualdades e injustiças sociais. Além disso, a consciência da opressão vivida pelas mulheres negras ocorre antes de tudo por conta da questão racial, fortalecendo a intersecção da exploração de classe e a da discriminação racial e de gênero, tornando-as referências nas lutas travadas por sujeitos que pertencem a um grupo étnico marginalizado. Em síntese, o contexto de luta das mulheres negras se dá em vários campos, mas, principalmente, no campo racial, de classe e de gênero. Um contexto interseccional.

A luta constante das mulheres negras no combate às opressões existe por conta de as opressões não serem monocategóricas e sim interseccionais. A luta existe por sabermos que as mulheres negras estão no último degrau da pirâmide social e que essa condição, forçadamente, impõem a quebra de uma quantidade maior de obstáculos para termos acesso à educação de qualidade, às melhores condições de empregabilidade e trabalho e às condições de moradia digna, uma vez que estão sempre sendo mantidas e/ou empurradas para as margens das sociedades, lugares onde não há direitos. Além de sofrerem perpetuamente diversos tipos de violências existentes. A luta contra esse ciclo criado pelo cisheteropatriarcado capitalista, que notadamente parece ser confrontado muito mais pelas mulheres negras, só será rompido e mesmo corrompido a partir do momento que houver uma

concreta conscientização interseccional, onde todas as pessoas, independente da sua condição racial, de gênero e de classe, passem a entender que os sistemas opressores se retroalimentam e promovem desigualdades concomitantemente.

Portanto, pode-se dizer que os feminismos negro américa-ladino são exemplos de resistência e de libertação e desenvolvem uma militância que faz das mulheres negras porta-vozes da categoria política-cultural que é a amefricanidade, buscando sempre combater as desigualdades sociais, tentando desconstruir os sistemas de dominação com o desejo constante de promover a equidade e a justiça social. E é dentro desse entendimento que a produção dos conhecimentos das intelectuais negras é alavancada.

Saberes encruzilhados e as intelectuais negras américa-ladinas

De acordo com Alencar (2021, p. 16), a ideia de encruzilhada “nos permite encontrar, partilhar nossas experiências e nos deixar atravessar pelo outro/a”. Dias (2019) reforça essa afirmação ao dizer que quando as mulheres negras olham para seus caminhos, quando se inicia uma irmandade, também encontram as dores das suas semelhantes.

Essas dores podem constituir elementos que ajudem a apontar caminhos para novas trajetórias. Utilizamos nossa intelectualidade, construída não somente a partir dos conhecimentos acadêmicos, mas também de outros que nos atravessam, para provocar a construção de conhecimentos que podem ser chamados de conhecimentos interseccionais. Construir conhecimentos interseccionais que possam ser compreendidos por outros não é uma tarefa fácil, muito menos quando essa construção se dá num solo deserto, onde, na maioria das vezes, as intelectuais negras estão sozinhas, uma vez que existem intelectuais excelentes, bondosos, bem-

intencionados e pedagogicamente generosos na outra ponta (ou ao nosso redor, nos vigiando), como ironicamente nos apresenta Dias:

[...] em meu campo eu ainda sou uma “quase da família”, e me perdoem aqui o uso da ironia, meus colegas são **excelentes** profissionais e realço aqui de toda carga aristocrática da excelência; são pessoas **bondosas**, sendo que muitas me aconselham a me valorizar e a não me reduzir quando afirmo minha identidade racial, afinal eu sou negra, mas sou doutora; são pessoas muito **bem intencionadas**, muitas são até favoráveis às cotas raciais, mas como eu já estou lá, dizem: “já chegou a hora de reconhecermos a igualdade entre todos nós e os esforços que todos os seres humanos empreendem independentemente de raça, sexo ou religião”; e também são pessoas **pedagogicamente generosas**, me ensinam o tempo inteiro: a como me relacionar com meus superiores e a como me comportar em espaços formais. Outro dia até ouvi de um colega em um evento, depois de eu apresentar uma fala inspirada no potente e dulcíssimo afro-poema de Conceição Evaristo (2008): “Vozes Mulheres”: Ele disse: “Você precisa se cuidar mais. Não precisa ser tão raivosa” (Dias, 2019, p. 10, grifo no original).

É sabido que para se construir conhecimento interseccional nas universidades é necessário entender as dinâmicas que permeiam o campo acadêmico. É estratégico compreender as nuances que estão evidenciadas nesses espaços para podermos saber quais ferramentas utilizar para cultivar o campo que iremos plantar nossas ideias. Sentir o terreno é importante, visto que existem poucas trabalhadoras para jogar as sementes, para regar, e para cuidar do que deve ser produzido.

E por que é necessário enfatizar que é importante que as mulheres negras tomem essa medida? Aqui, busca-se, para o

contexto feminista, o uso do termo *dupla consciência* apontado por W.E.B Du Bois, em sua obra “As Almas do Povo Negro”. Na citada obra, o autor afirmou que essa dupla consciência se refere ao conflito interno vivido por pessoas marginalizadas ao se identificar por seu olhar, enquanto negro, mas também pelo olhar da classe dominante. A partir disso, as feministas negras criaram a *tripla consciência*, onde elas não só precisam se enxergarem através da lupa da sua negritude e da branquitude, mas também se verem como mulheres. Ou seja: não somente pela questão racial e de classe, mas também pela questão de gênero.

Dessa maneira, as mulheres negras vivem a partir de dimensões interseccionais, algo que não se deve deixar de levar em consideração, até mesmo porque o espaço hegemonicó colonial que a universidade impõe a essas mulheres diariamente, exige grande dose de re-existência cotidiana. E re-existir é algo perceptível dentro da demanda permanente das intelectuais negras em universidades. Dias, aproveita para nos fazer um alerta, pois é necessário que:

Estejamos atentas pois estamos falando aqui de um sujeito que tem o manejo de vários mundos. São sujeitos que têm os seus corpos, corporeidades e subjetividades histórica e cruelmente atravessados por “eixos de discriminação” que se interseccionam. E, pasmem, resistem, existem e ocupam outros lugares, inclusive lugares de tomada de decisão, de poder e de produção do conhecimento (Dias, 2019, p.11).

Continuando no que se refere às manifestações científicas das intelectuais negras, Collins (2019) reforça sua postura acadêmica:

Em vez de pensar o cotidiano como uma influência negativa em minha teorização, tentei ver como as iniciativas e ideias cotidianas das mulheres negras que

fazem parte da minha vida refletiam as questões teóricas que eu afirmava serem tão importantes para elas (Collins, 2019, p. 18).

Contextualizando o pensamento feminista negro, uma das principais expressões da teoria trazida por Collins revela as constituições de imaginações, ideias e pensamentos, e também de vivências, produzidas por mulheres negras que apresentam perspectivas e referenciais, inclusive teóricos, de-para-com as mulheres negras. O status de *outsider within*, ou melhor, o estado de estrangeira de dentro das mulheres negras (dentro de diversos espaços, como o acadêmico, por exemplo), tem provocado posturas compreensivas, analíticas e explicativas de padrões e ordenamentos societários, além de representações, significações e interações que não abrem mão das realidades que “interseccionam” múltiplas possibilidades constituidoras do ser, assim como dos marcadores sociais como classe/raça/gênero. Bairros (1995, p. 463) resume apontando que

o pensamento feminista negro seria então um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu da comunidade e da sociedade e ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem.

Fortalecendo o que foi descrito acima, a mesma intelectual diz que a teoria do pensamento negro, apresentado por Collins:

[...] desvenda uma longa tradição feminista entre mulheres negras com base no pensamento daquelas que desafiaram ideias hegemônicas da elite masculina branca, expressando uma consciência sobre a intersecção de raça e classe na estruturação de gênero. Tal tradição constituiu-se em torno de cinco temas fundamentais, que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o

legado de uma história de luta, 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe, 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle, 4) a atuação como mães professoras e líderes comunitárias, 5) e a política sexual (Bairros, 1995, p. 462).

De modo semelhante, o objetivo mais amplo do pensamento feminista negro, apresentado até o momento, nos afirma que é necessário confrontar a opressão (tanto suas práticas quanto as ideias que a justificam). Num mundo ideal, se as opressões interseccionais não existissem, esse tipo de pensamento e os conhecimentos de resistência afins não seriam necessários. Como teoria social crítica, o pensamento feminista negro visa empoderar, não só as afro-americanas, mas *todas as mulheres negras* que atuam e vivenciam um contexto de injustiça social sustentado por opressões interconectadas, ou seja, interseccionais. Desse modo, além de Alencar, Dias e Bairros, outras intelectuais américa ladinas, também trazem seus apontamentos em relação àquilo que identificam como relevantes para a luta política das mulheres negras.

Varela Huerta (2019) primeiramente nos alerta que não é possível pensar em construir novos caminhos para as mulheres negras se não rompermos com o que está construído e ainda retroalimentado pelas feministas brancas, que é a epistemologia feminista. E para fortalecer isso, a autora destaca que

Uno de los grandes aportes de las mujeres racializadas a nivel global son los feminismos negros o chicanos, que justamente cuestionan la forma en la cual el feminismo occidental es etnocéntrico, deja de lado las experiencias de otro tipo de colectivos a pesar del uso de la interseccionalidad como eje analítico (Varela Huerta, 2019, p. 122)

Nessa direção, Rosa Campoalegre (2018, p. 214) justifica que o feminismo negro “*representan una ruptura epistémica y política con el feminismo occidental, a partir de la crítica a la colonialidad, el racismo y al heterocentrismo, así como por las particularidades de su acción política.*” E a partir daqui, percebe-se que esse pensamento, presente também nas mulheres negras envolvidas com os movimentos sociais, oportunizam novas perspectivas e ações ao ponto de possibilitar transformações sociais, como contextualiza Varela Huerta, ilustrando um movimento de pensamento construído pelas mulheres negras mexicanas em seu território:

Las mujeres activistas negras-afromexicanas modifican el signo mestizo en lo que respecta a la identidad nacional, siguiendo con la propuesta de los colectivos mixtos que trabajan desde hace décadas respecto al reconocimiento de dicha población. Esas mismas mujeres activistas, desestabilizan y proponen una forma específica de conocimiento y de su propia acción de feminismo negro-afromexicano, el cual no está exento de contradicciones, ya que al tiempo que busca visibilizar la condición de las mujeres de la Costa, acepta y reivindica tradiciones de fundación de familias (el robo); buscan nuevas formas para nombrarse, nuevas imágenes que no las hipersexualicen o extranjericen y que no las liguen con la idea de la esclavitud aunque reclaman ser descendientes de mujeres fuertes, que reinventaron su vida en condiciones de explotación (laboral y sexual). (Varela Huerta, 2019, p.122)

Percebe-se que a construção de discursos, sejam teóricos e/ou baseados nas vivências, viabilizam o fortalecimento e a manutenção do movimento político encabeçado pelas mulheres negras. Uma circularidade de ações e discursos, baseados numa perspectiva decolonial que ao assumir os aspectos da negritude permite

(...) deconstruir la categoría género que promueve una concepción homogénea, reduccionista, excluyente y hegemónica de mujer como reflejo de la colonialidad, en la que resultan invisibilizadas y violentadas las mujeres negras. Ello apunta al imperativo “Denunciar al género”. La colonialidad de género, constituye la opresión de género racializada, en correspondencia con los desarrollos de la teoría feminista descolonial. Al respecto, destacan las obras de María Lugones (2001: 105-115), Rita Segato (2016) y Karina Bidaseca (2016). (Campoa legre Septien, Rosa, 2018, p. 215).

E é considerada, pela mesma autora como uma denúncia visto que,

(...) se asienta en la interseccionalidad que es definitoria del alcance de los feminismos negros y muestra cómo se (re)producen históricamente las desigualdades sociales mediante el entre cruzamiento de “raza”, etnia, clase, género, generación, sexualidades territorios y cuerpos, en la vida de las mujeres. Ello indica otro aporte sustancial y es que estas relaciones de dominación no se limitan a agudizar las opresiones, sino que las reconfiguran de modo específico em la multiplicidad de contextos en que se vivencia hoy el sur global. Esas múltiples opresiones desencadenan diversidad de voces y caminos de resistencias. (Campoa legre Septien, Rosa, 2018, p. 215).

A interseccionalidade promove os saberes encruzilhados constituídos pelos conhecimentos resistentes que buscam, de fato, a justiça social. Em se tratando de quem protagoniza esse giro epistemológico, aqui incluso as américa ladiñas, voltamos a Lélia Gonzalez, que identificou e destacou o movimento feminista negro e suas autoras como exemplos de resistências, de libertação. Lélia, com a criação da categoria política-cultural da “amefrikanidade”, cuja abordagem é uma interligação entre

“racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos”, dá sólidas bases rumo ao objetivo de combater as desigualdades sociais, desestabilizando os sistemas opressores.

Dessa maneira, Lélia nos apresentou uma proposição de decolonização do saber e da produção de conhecimento, o que possibilitou uma abertura teórica e política para as pessoas negras, e principalmente para as mulheres negras, onde, segundo Cardoso (2014, p. 968), a intelectual améfrika ladina que foi Lélia, procurou

similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos.

Dito isso, a ameficanidade, também caracterizada como força epistêmica, pretende outra forma de pensar e de produzir conhecimentos, a partir dos subalternizados, dos excluídos e marginalizados. Desloca mulheres negras da margem para o centro da produção do conhecimento, tornando-as sujeitas do conhecimento ao alinhar esses às suas experiências no enfrentamento dos sistemas opressores e interseccionais, algo que pode ser desenvolvido, também, em diversos campos de conhecimento, como na Biblioteconomia.

A VISTA DO PONTO DA BIBLIOTECONOMIA E A INTERSECCIONALIDADE: UMA POSSÍVEL RELAÇÃO PARA UM NOVO CAMPO TEÓRICO-PRÁTICO?

Em distintos cenários históricos da Biblioteconomia brasileira, alguns teóricos promoveram deslocamentos para levar o campo a enxergar a presença da ideologia dominante racial, sexista e classista, que estabeleceu a constituição e manutenção

de um único saber, e o quanto esse contexto de dominação influenciou também na atuação das bibliotecárias e dos bibliotecários. Essa dominação promoveu uma formação acadêmica e, consequentemente, uma atuação conservadora e excludente, principalmente nas bibliotecas, afetando e influenciando nas relações entre esse espaço, esse profissional e a sociedade. Além do valor (ou a ausência dele) dado pelos indivíduos.

Diante desse contexto, vale trazer dois pontos para ilustrar e apresentar duas causas que oportunizam essa realidade. Silva e Silva (2022) ressaltam a *admiração vocacional* e a *neutralidade profissional*. A primeira, a admiração vocacional, é definida da seguinte maneira:

Dentro da biblioteca e na literatura científica do campo se solidificou a ideia de que, ao existirem, as bibliotecas criam *naturalmente* a democracia, aprendizado e civilização, e o trabalho bibliotecário assumiria essa posição (Silva; Silva, 2022, p. 50).

A partir disso, os autores apontam a existência de uma ideia que se tem das bibliotecas como lugares “inerentemente bons e justos e as pessoas bibliotecárias como inerentemente boas” e, assim, acaba por agregar à admiração vocacional aos valores da neutralidade profissional, ao mesmo tempo em que contribui para retirar a responsabilidade social da pessoa bibliotecária (Silva; Silva, 2022).

Ressaltando o ponto de vista dos autores supracitados, tanto a admiração vocacional quanto a neutralidade profissional, enquanto valores sedimentados pela Biblioteconomia, por não serem desafiadas dentro da produção científica do campo, acabam fortalecendo as defesas historicamente hegemônicas que potencialmente transformam a biblioteca e a Biblioteconomia em instrumentos de promoção da ideologia da supremacia racial branca (Silva; Silva, 2022).

Se as formações e as práticas bibliotecárias não investirem em um pensamento e um exercício laboral crítico a esse respeito, acabarão por reforçar a não promoção da democratização da informação, impossibilitando que muitos indivíduos, pertencentes a classes, grupos étnicos e de gênero fora do contexto hegemônico, não acessem e tão pouco possam usar e produzir informações e conhecimentos. E esse resultado não contribui em nada no combate às desigualdades sociais que existem no cenário brasileiro.

Por isso, propõe-se a construção de uma encruzilhada de saberes e de apontamentos interseccionais para o estabelecimento de uma Biblioteconomia que mude a relação entre bibliotecárias e bibliotecários e a sociedade: a Biblioteconomia Interseccional. Como já apontado por Collins (2022, p. 47), a interseccionalidade “propicia novas perspectivas acerca de cada sistema de poder, acerca de como esses sistemas se cruzam e divergem uns dos outros e acerca de possibilidades políticas sugeridas”. A interseccionalidade catalisa a necessidade de se repensar as desigualdades sociais, que devem ter suas causas reveladas e compreendidas de maneira interseccional, visto que as relações de poder não sobrepostas é que produzem e reforçam suas estruturas. E nesse meio estão os contextos sociais que nos levam a entender de que maneiras as comunidades produzem e organizam os seus conhecimentos, possibilitando o conhecimento e a compreensão de onde estão os indivíduos que constroem as relações de poder e que nos levam a buscar a interseccionalidade para usá-la como uma metodologia para investigar as complexidades sociais em busca da justiça social.

Para melhor entendimento dessa proposta de uma *Biblioteconomia interseccional*, é possível arriscar a apresentação de suas principais características no desejo de ilustrar a proposta de um novo campo teórico-prático, conforme exposto no Quadro 1:

Quadro 1 - Proposta da Biblioteconomia brasileira interseccional

Características	Objetivo
Perspectiva interseccional	Reconhecer que as identidades das pessoas (como raça, gênero, classe social, orientação sexual etc.) se interseccionam e afetam suas experiências e necessidades, implicando numa compreensão mais profunda de como essas intersecções influenciam o acesso e uso da informação.
Inclusão	Criar bibliotecas e espaços informacionais que sejam acessíveis, acolhedores e afetivos para todas, todos e todos, independentemente de sua identidade étnica, de gênero, de classe, etária, física etc., propiciando a diversidade em coleções, serviços, infraestruturas e pessoal qualificado.
Crítica social	Fomentar uma abordagem crítica sobre as estruturas de poder e desigualdade na sociedade, questionando como tais estruturas afetam a Biblioteconomia e o acesso à informação.
Empoderamento comunitário	Empoderar as comunidades marginalizadas por meio da provisão de recursos, serviços e espaços informacionais que respondam às suas necessidades específicas.
Educação e consciência social	Promover discussões sobre temas de equidade e justiça epistêmica e social, tanto entre bibliotecárias e bibliotecários quanto entre usuários, para criar consciência sobre as barreiras que diferentes grupos sociais e étnicos enfrentam em suas realidades.
Colaboração	Estabelecer alianças com organizações comunitárias e outros setores para abordar de forma eficaz as necessidades concretas das comunidades diversas existentes.
Adaptação	Reconhecer a necessidade de adaptar práticas e políticas bibliotecárias para se envolver de fato

Características	Objetivo
	com as diversas comunidades, considerando seus contextos culturais e sociais.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Essas características buscam transformar a Biblioteconomia brasileira em um campo mais equitativo e justo, visibilizando e respeitando a diversidade da sociedade brasileira e também desconstruindo os fenômenos que fortalecem o capitalismo, esse sistema opressor que dita as dinâmicas sociais, políticas e econômica e que promove desigualdades. Tem-se, aí, a missão de construir um campo com perspectiva e atuação anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, anticapacitista, com vistas à promoção de um mundo mais habitável para todo mundo. Então, qual papel cada bibliotecária e bibliotecário deverá assumir para a implementação de uma Biblioteconomia Interseccional?

POR UMA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA INTERSECCIONAL: O QUE HÁ PARA SER CONSIDERADO

É necessário construir uma Biblioteconomia interseccional que estabeleça uma formação que combata o epistemicídio (a morte de outros saberes não brancos) e a injustiça epistêmica (algo que faz com que o pensamento branco domine as produções científicas e promova o princípio da ausência de outros conhecimentos). Consideramos ser necessário também que esse campo teórico-prático paute a transformação social em busca de uma sociedade sem desigualdades e sem preconceitos como o racismo, o machismo, a xenofobia e a homofobia, e que assim possa trilhar um caminho para uma formação que esteja atenta e alinhada às desigualdades sociais evidentes no contexto brasileiro.

Um campo que também possibilite a atuação de bibliotecárias e bibliotecários que estejam alinhados aos

interesses informacionais, efetivamente, de todas as comunidades, comunidades essas que fazem parte dos contextos sociais onde estão inseridas, para se instituir uma democracia informacional, algo que estabeleça o acesso, o uso e a apropriação para todas as pessoas, independentemente da sua condição social, étnica, e de gênero, de fato.

Salienta-se ainda a importância de se estabelecer um campo com compromisso político e com objetivos alinhados às demandas sociais, a partir do uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, o que pode desencadear no fortalecimento e ampliação do papel da Biblioteconomia no contexto social brasileiro, a partir dos traços característicos da interseccionalidade enunciada pelas pensadoras feministas negras. Estas últimas buscaram e buscam atuar em prol dos direitos humanos, da justiça social, da igualdade de gênero e de raça a partir dessa teoria social crítica. As pensadoras feministas negras não só conseguiram identificar as causas das desigualdades sociais existentes, mas também conseguiram conceber instrumentos para combater essas desigualdades.

Fechando o que foi proposto até aqui, é necessário rever a atuação da Biblioteconomia brasileira relembrando qual postura social deve ser exercida nas/para as comunidades onde atuam as bibliotecárias e bibliotecários. É significativo retornar ao ponto de partida, pois a ideia ainda impregnada da neutralidade na Biblioteconomia brasileira cria uma miopia capaz de embaciar as vistas, o que impede enxergar as diferenças existentes e evidenciadas. Então, o que resta é promover um comprometimento com a mudança social mais eficaz e eficiente para que, de acordo com Silva (2020, p. 102),

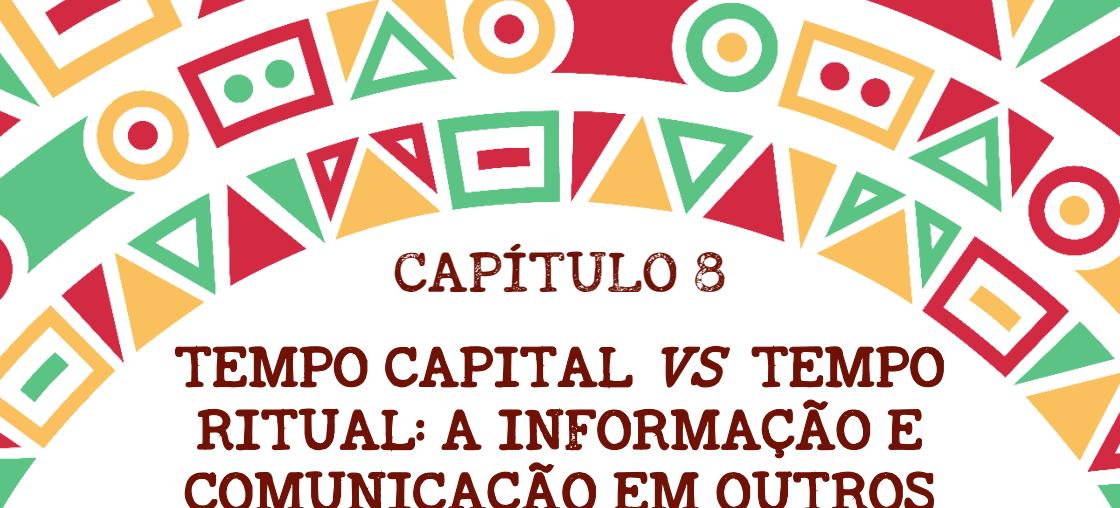
o fazer científico leve em conta as outras formas de saber e que as perspectivas que buscam a criticidade, a inclusão, o respeito à diversidade e a pluralidade de pensamentos, sejam evidenciadas na Biblioteconomia contemporânea.

Pensemos, juntas e juntos, o uso da interseccionalidade para essa mudança epistêmica e prática.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira. Re-existências: notas de uma antropóloga negra em meio a concursos públicos para o cargo de magistério superior. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 64, p. e189647, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.189647>
- BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. DOI: 10.1590/%x.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 22, n. 3, p. 965–986, set. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.
- CRENSHAW, Kimberlé. “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. **The University of Chicago Legal Forum**, [s.l.], n. 140, p. 139-167, 1989.
- DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. **Humanidades & Inovação**, [s.l.], v. 6, n. 16, p. 8-12, 2019.
- FALQUET, Jules. História do Coletivo Combahee River. **Lutas Sociais**, [s.l.], v. 22, n. 40, p. 124–137, 2019. DOI: 10.23925/ls.v22i40.46660.

- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.
- KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 28, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n156509.
- SEPTIEN, Rosa Campoalegre. Mujeres negras: resignificando la experiencia cubana. *In: SEPTIEN, Rosa Campoalegre. (ed.). Afrodescendencias: voces en resistencia.* Buenos Aires: Clacso, 2018. p. 11-336.
- SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Perspectivas Críticas e Epistemologias Negras na Biblioteconomia. *In: CARDONA, Natália Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação:* contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Nyota, 2020. p. 73-118.
- SILVA, Franciéle Carneiro Garcês.; SILVA, Rubens Alves. Da ausência à evidência: notas teórico-críticas sobre o princípio da ausência, epistemicídio e reparação epistêmica em bibliotecas e biblioteconomia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 47-72, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v13i1p47-72>
- VARELA HUERTA, Itza Amanda. Nunca más un México sin nosotras Feminismo y mujeres afromexicanas. **Política y Cultura**, [s.l.], n. 51, p.105-124, 2019. DOI: <https://doi.org/10.24275/CKYM4542>
- VIVEROS, Mara Vigoya. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, [s.l.], v. 52, p.1-17, outubro 2016.



CAPÍTULO 8

TEMPO CAPITAL VS TEMPO RITUAL: A INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM OUTROS TEMPOS POSSÍVEIS

Juliana Akemi Andrade Okawati

Penso que o tempo é como que um amigo que caminha junto comigo. Por isso, ele não me persegue (Krenak, 2023, p. 53).

As sábias palavras do intelectual indígena Ailton Krenak, ao conceber uma relação de amizade com o tempo, pode ser lida como o mais duro contraste da sociedade do capital, que se traduz no lema “*Time is Money!*”. A frase proferida por Benjamin Franklin em 1778 que repercute até os dias de hoje, reflete a visão utilitarista do tempo em seu aspecto mais produtivista, bem como os valores da sociedade que o autor representa.

Aqui, essa perspectiva é contrastada pela sabedoria ancestral dos povos indígenas, que, apesar de suas particularidades, nos permite entender o tempo a partir de uma

lógica de mundo distinta, conectada pelo respeito aos ciclos naturais e suas interrelações com a natureza.

Inspirados, então, pelo convite de Alberto Acosta (2016) a imaginar outros mundos possíveis, buscamos refletir também ‘Outros Tempos Possíveis’, cientes dos entrecruzamentos que envolvem as categorias ‘espaço’ e ‘tempo’¹¹. Para isso, nossa reflexão se concentra em entender o tempo como uma dimensão sociocultural e política em disputa, onde tanto o tempo cíclico, como também o tempo linear estão sendo substituídos por um tempo ‘pontilhista’, caracterizado por uma percepção fragmentada e pulverizada correspondente a cultura do “agora”, do consumo imediato (Bauman, 2001, 2007, 2008).

No pensamento do filósofo sul-coreano Byung-Chul (2023, p. 11), “Ao tempo falta hoje a estrutura firme. Ele não é uma casa, mas um fluxo volátil. Desintegra-se em mera sucessão de presentes pontuais. Ele se esvai”. Segundo o autor, essa dispersão generalizada, que é preenchida do mais puro vazio, hoje nos afasta de uma forma de vida contemplativa, impondo ritmos insustentáveis de vida.

Há mais de duas décadas Armand Mattelart (2001), chamava à atenção para a “ditadura do tempo curto” imposta por um projeto de “Sociedade da Informação” que se estabeleceria por uma “modernidade amnésica e isenta de projeto social. A comunicação sem fim e sem limites, institui-se como herdeira do progresso sem fim e sem limites” (Mattelart, 2001, p. 171-172). Frente a essa crise anunciada, que parece se agravar significativamente, o que poderíamos dizer sobre o tempo hoje?

De acordo com Isabelle Stengers (2015, 2023) a insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento

¹¹ A noção de tempo-espacó aparece como um tema complexo que há muito vem sendo discutido em diversos campos científicos. Sem intenção de aprofundar na questão, nos valemos das reflexões prévias realizadas sob a perspectiva do Bem Viver, para pensar ‘Outros Tempos Possíveis’ (Nascimento; Cabral, 2024; Okawati; Schmidt, 2024).

capitalista, já alertada por muitos ao longo dos anos, agora é um saber comum e justamente por essa razão nos colocamos em uma outra fase da história. Nesse contexto, sua reflexão destaca a importância de estarmos atentos às narrativas e contextos que influenciam nossa experiência do tempo, bem como às outras possibilidades que a pluralidade de vozes e saberes nos oferece em uma proposta ‘cosmopolítica’.

Em consonância, Rodrigo Turin (2019) nos mostra que hoje vivemos um tempo repleto de tempos:

o tempo das reivindicações identitárias, os tempos pós-colonial e decolonial, o tempo da globalização, o tempo fantasmagórico das reparações traumáticas, o tempo acelerado das novas tecnologias, o tempo da urgência do capital financeiro, o tempo suspenso da patrimonialização, entre tantos outros. Todos esses tempos convivem, se cruzam, combatem uns aos outros, constituem modos distintos de projetar-se no mundo. Mas quais os centros de gravidade que fazem que eles se encontrem, se articulem, ainda que assimetricamente? (Turin, 2019, p. 13).

Se, por um lado, há uma evidente fragmentação do presente, por outro, o autor demonstra como a crise climática, a aceleração promovida pelas tecnologias de informação e o neoliberalismo nos unem em torno de um mesmo tempo. Assim, a coexistência de diferentes tempos nos desafia a entender as dimensões políticas do tempo, para que possamos enfrentar as questões que se apresentam atualmente.

Diante dessa realidade que o autor nomeia como ‘Tempos Precários’, resultado das estruturas de poder e precarização das condições de vida na contemporaneidade, ou ainda, como sugere Stengers (2015) ‘Tempos das Catástrofes’, o que esperar do futuro?

Embora as principais hipóteses não sejam nada animadoras, Krenak (2019; 2022) nos brinda com algumas “ideias

para adiar o fim do mundo” e uma direção a um “futuro ancestral”. A intelectual macuxi Truduá Dorrico (2023) ainda fortalece a ideia de um ‘Tempo de Retomada’ que se constrói como uma retomada ancestral.

Aqui, para lidar com essa problemática que nos éposta, primeiramente, nos debruçamos sobre a obra de Han (2015; 2016; 2017; 2021; 2022; 2023), articulada às ideias de outros autores, para identificar como o regime de informação imposto pelo capital vem orientando nosso tempo - ou melhor, a falta dele. Em seguida, tendo em vista essa crise temporal, que como nos lembra Stengers (2015) é também ambiental e social, recorremos às cosmovisões indígenas, expressas especialmente pelas vozes e produções de seus próprios autores, que, diante da sabedoria ancestral dos seus povos nos ensinam a resistir e re-existir ao tempo ao qual o capital nos condena. Assim, ao reconhecer e valorizar essas narrativas, mediante justiça social e epistêmica, ampliamos nossas reflexões para então nos esperançar (Okawati; Karpinski, 2024).

Elucida o guarani Fabiano Alves *et al.* (2024), que seu povo se guia por um tempo cíclico, no qual é necessário aprender para que, ao final desse ciclo, seja possível também ensinar, inclusive aos *juruá* (não indígena): “precisamos lhes dizer os perigos que estão correndo e fazendo com todos, plantas, animais, toda a vida, toda natureza” (Alves *et al.*, 2024, p. 18). Os autores mostram como o modo de viver guarani, *Nhandereko*, é pautado por uma relação de profundo respeito à natureza, onde os rituais desempenham funções primordiais, organizando o tempo de seu povo e transmitindo seus valores culturais. No entanto, manter essas práticas têm se tornado cada vez mais um desafio, seja pelos ataques aos seus territórios originais, como também pelo colonialismo promovido pelas novas tecnologias de informação, que invadem as aldeias transformando as relações sociais.

Os chefes dos brancos querem nos dominar, mudar o nosso jeito de viver. Querem impor sua palavra, a sua

língua e o seu jeito de ser. Eles precisam que sejamos como eles. Mas, apesar deles querem criar as regras do nosso viver, isso não vai acontecer: nós permaneceremos no nosso propósito (Guarani – obra coletiva, 2018, p. 67).

Esse movimento de luta e resistência envolve a manutenção de diversas práticas sociais. Aqui, algumas delas são destacadas, sem a pretensão de dar conta da complexidade que a cosmologia guarani nos apresenta, mas com um objetivo principal de evidenciar a oposição entre: “Tempo Capital” vs “Tempo Ritual”. Demonstra-se, assim, que o tempo sagrado do ritual não é compatível com a dinâmica de trabalho promovida pelo capital, já que nele não há lugar para produção. Ou seja, o ritual converte-se então como *práxis* de duração de um tempo que não pode ser acelerado, tampouco otimizado (Han, 2016, 2023).

Mesmo que essa dualidade analisada sob a perspectiva do regime de informação possa parecer incomum ou estranha à primeira vista, a correlação se fortalece ao longo da tese de Han, sendo sustentada e reafirmada neste ensaio, não apenas como uma constatação, mas, sobretudo, por um caminho que se constrói em direção a “Outros Tempos Possíveis”.

Como conclusão antecipada, o autor moçambicano Mia Couto (2017), resume em poucas palavras onde pretendemos chegar: “nós não precisamos de mais tempo, nós precisamos de um tempo que seja nosso. Portanto, não é uma questão de quantidade, é uma questão de soberania”.

TEMPO CAPITAL VS TEMPO RITUAL

A sociedade do cansaço atual faz o próprio tempo de refém. Ela o acorrenta ao trabalho e o transforma em tempo de trabalho. O tempo de trabalho é um tempo sem conclusão, sem início e sem fim. (...) Hoje, não temos nenhum outro tempo senão o tempo do trabalho. O tempo

do trabalho se totaliza como o tempo (Han, 2021, p.16).

A notória metáfora entre os sólidos e líquidos utilizada pelo filósofo Zygmunt Bauman (2001) para descrever um processo de transformação nas relações da nossa sociedade evidencia a forma como estamos nos moldando em um ritmo estonteante dirigido pelo capital, no qual nada mais é feito para durar. Sendo a única certeza permanente a própria mudança, “Tempos Líquidos” retrata a insegurança e angústias de uma vida líquida-moderna, gerando um sentimento de impotência comum:

parecemos não estar mais no controle, seja individual, separada ou coletivamente, e, para piorar ainda mais as coisas, faltam-nos ferramentas que possibilitariam alçar a política a um nível em que o poder já se estabeleceu (Bauman, 2007, p. 32).

Atualmente, tamanho é o impacto e intensidade provocado por uma nova configuração de comunicação e informação que analogamente à reflexão traçada por Bauman (2001, 2007), poderíamos dizer que as mudanças de fase ocorrem de maneira tão brusca hoje, que os sólidos já não se mantêm em seu estado líquido, na vida efêmera, logo se evaporam.

A esta condição de aceleração, destaca-se que:

[...] as novas mídias introduzem, difundem e capilarizam uma infraestrutura técnica que *acelera a temporalidade sociotécnica* a assim aprofunda a desestabilização dos sistemas preexistente. Ao mesmo tempo, vão reestabilizando novas formas de reintermediação que em larga medida, *excluem* os indivíduos do controle cognitivo desses processos (Cesarino, 2022, p. 88).

Ao reforçar a atenção para a forma como a infraestrutura cibernética age na dinâmica política e econômica por trás da plataformização, Letícia Cesarino (2022) demonstra como a arquitetura das novas mídias causa um efeito aditivo, que operam

entre a hiperindividualização e hiper-relacionismo. Apesar do amplo debate que estas novas configurações implicam, chamamos à atenção para economia da atenção, por entender este como um aspecto crucial de controle do tempo que causa “a estranha sensação de estarmos sempre em dúvida – sempre um passo atrás (ou vários) de onde deveríamos estar (Cesarino, 2022, p. 110).

Embora Han (2016) compartilhe desse mesmo sentimento, para ele não se trata propriamente da aceleração do tempo, mas de uma dissincronia, ou seja, uma crise temporal. “O sentimento de que a vida se acelera tem, na realidade, origem na percepção de que o tempo anda aos tropeços sem qualquer rumo” (2016, p. 9). Independentemente de estarmos acelerados e/ou perdidos, é certo afirmar que estamos sim cansados e adoecidos por uma enxurrada de informações que nos atinge de forma brutal, ultrapassando a capacidade do próprio corpo de processá-las.

Conforme demonstrou Bauman (2001), o pensamento demanda tempo, pausa e descanso, para recorrer mentalmente os percursos realizados, examiná-los a ponto de ter alcançado determinada sabedoria. Logo, poderíamos assumir que a falta de tempo hoje, também nos condena à falta de sabedoria.

O excesso de informação faz com que o pensamento definde. [...] A partir de um determinado ponto, a informação não é mais informativa [*informativ*], mas sim deformadora [*deformativ*], e a comunicação não é mais comunicativa, mas sim cumulativa (Han, 2018, p. 105-106).

Intencionalmente o excesso e a velocidade de circulação de informação, aceleram o fluxo de capital, e nos tornam a uma ‘Sociedade do Cansaço’ (Han, 2015, 2017) - ou ainda do desempenho, do controle, do poder, da transparência entre

outros adjetivos utilizados pelo autor para problematizar o que está por traz da ‘Sociedade da Informação’¹².

Este regime de informação acoplado aos interesses do capital, nomeado por Han (2022) como uma ‘Infocracia’, pode ser compreendido como o resultado da degeneração da democracia, que se reflete no paradoxo onde não são as pessoas que são livres, mas sim as informações, “as pessoas estão aprisionadas nas informações” (Han, 2022, p. 14).

Diferentemente do regime disciplinar, enredado na biopolítica foucaultiana, em que os corpos eram alvo da vigilância e exploração, o que importa aqui são as informações e dados, que por sua vez, são gerados diante da pretensa ideia de liberdade que move os sujeitos a exporem e compartilharem suas vidas por si mesmo, na busca de reconhecimento e engajamento. “Vigiar e punir, [...] dão lugar a motivar e otimizar” (Han, 2023, p. 17). Em suma, as reflexões do autor nos levam a problematizar uma psicopolítica que age sobre os sujeitos da nossa sociedade, fomentando a autoexploração na crença de autorrealização.

O psicopoder é mais eficiente do que o biopoder na medida em que vigia, controla e influencia o ser humano não de fora, mas sim a partir de dentro. A psicopolítica se empodera do comportamento social das massas ao acessar a sua lógica inconsciente. [...] A era da biopolítica está, assim, terminada. Dirigimo-nos, hoje, à era da psicopolítica digital (Han, 2018, p. 134).

Trata-se de uma crescente pressão pelo desempenho pessoal que faz com que os sujeitos assumam multitarefas na crença de que todo sucesso, sobretudo profissional, depende

¹² Sobre essa noção, vale destacar o histórico de contradições que envolvem a criação do conceito de ‘Sociedade da Informação’, que desde sua fundação, reproduz os interesses daqueles que o fundaram, suprimindo qualquer tentativa que coloque que ameace sua hegemonia (Okawati; Muriel, 2024).

exclusivamente da sua própria autodeterminação. Como consequência, todos os demais aspectos da vida ficam subordinados ao trabalho e à produtividade, sendo o tempo livre condenável e desonroso, promovendo uma condição para o adoecimento, “*leisure sickness*”, que “(...) constitui uma forma vazia de trabalho que se mostra torturante. O descanso ativo, ritual, dá lugar a um não fazer torturante” (Han, 2022, p. 72).

Já havia observado Bauman (2001; 2007) que o limite sagrado entre o tempo de trabalho e pessoal desapareceu, nos tornando permanentemente a postos. Mas, a diferença do agora é que a culpa deixa de recair no *outro*, e passa a ser autodirigida. Neste regime do capital imposto a nossa sociedade, “cada um carrega consigo seu campo de trabalho (...) somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmo” (Han, 2015, p. 32).

Complementa Krenak (2020) ao criticar o pensamento vazio de uma sociedade que não consegue admitir que o trabalho não precisa ser a razão da nossa existência:

Eles escravizaram tanto os outros que agora precisam escravizar a si mesmos. Não podem parar e experimentar a vida como um dom e o mundo como um lugar maravilhoso (Krenak, 2020, p. 113).

Por outro lado, a sabedoria ancestral compartilhada por diferentes povos indígenas, nos mostra uma outra forma possível de compreender a existência, como bem expressa as palavras do indígena Daniel Munduruku:

[...] são um modo próprio de compreender a existência; um modo próprio de lembrar às pessoas que as outras existências importam; um modo próprio de lembrar que existir é mais que consumir coisas, possuir riquezas, acumular bens; um modo de lembrarmos que a vida é passageira e que as riquezas estéticas que nos foram dadas de presente formam um mosaico para colorir a

paisagem existencial em que nos movemos. Detonar, destruir, dilapidar, explorar, extirpar cada centímetro dessa beleza fere a nossa condição de humanos conscientes, uma vez que nosso papel é subjetivar a experiência de humanidade (Munduruku, 2022, p. 48).

No entanto, o modelo de regime de informação do capital é hoje está modelado de forma tão eficaz que, além de consumir nosso tempo e energia, chega ameaçando e capturando até mesmo as populações indígenas. Robin Wall Kimmerer (2023), indígena norte-americana, que tem suas origens no povo Potawatomi, faz um alerta:

A mente voltada para o consumo e mascarada como “qualidade de vida” nos devora por dentro. É como se tivéssemos sido convidados para um banquete no qual a mesa estivesse posta com alimentos que só alimentam o vazio, o buraco negro da barriga que nunca enche. Nós libertamos um monstro (Kimmerer, 2023, p. 322).

Diante dessa realidade, a autora reforça a importância dos rituais cerimoniais que servem para “lembra de nos lembrar”, ou seja, ao valorizar essas práticas sociais tradicionais, baseadas no respeito à terra e nas relações de reciprocidade entre os seres, nos damos conta da incompatibilidade que o acúmulo e lucro promovidos pelo capital representam. De acordo com os princípios do seu povo, a riqueza é avaliada com base naquilo que se pode oferecer e não no que se tem, uma vez que, o bem-estar individual está intrinsecamente ligado ao bem-estar coletivo. “A cerimônia de oferendas é um eco dos nossos antigos ensinamentos” (Kimmerer, 2023, p. 396).

De acordo com Han (2017, 2021, 2023), à medida que essas práticas sociais perdem sua força simbólica, as narrativas que conectam passado, presente e futuro acabam se desintegrando. Para o autor, no regime de informação do capital,

não há espaço para os rituais, pois eles não podem ser operacionalizados e acabam por impedir a circulação da informação, da comunicação e da própria produção. Diferente do conhecimento, da sabedoria e da própria verdade, a informação como tal, não traz conclusão, por isso é tão facilmente difundida.

Enquanto a hipercomunicação se caracteriza pela fragmentação, imediatismo e sobrecarga de informação, os “rituais e cerimônias, ao contrário, são processos e acontecimentos narrativos, que se esquivam da aceleração” (Han, 2017, p. 70). Assim, o ‘desaparecimento dos rituais’ pode ser interpretado como parte de um projeto psicopolítico que enfraquece nosso senso de comunidade e compromete nossa capacidade de conclusão, fazendo com que o ‘Tempo Ritual’, enquanto uma práxis de duração, seja entendido também como meio de enfrentamento ao ‘Tempo Capital’.

O TEMPO GUARANI E O RITUAL DO *NHEMONGARAI*

[..] O que o humano tem?
Não tem o ar que respira
Nem é dono do chão que pisa
Não tem posso sobre os rios, nem sobre as árvores,
Nem sobre as gentes
Mesmo que se creia senho da terra, de si e do outro, nada tem
Já que nem o tempo tenho,
Não quero mais ficar em cima da hora,
quero ficar embaixo e ao lado dela
Que o tempo passe em mim,
Não que eu tente passar por cima dele.
(Nuñes, 2024)

A intelectual e poeta guarani Geni Nuñes (2024) nos mostra um outro mundo possível, em que a memória e o tempo não

seguem uma linha reta, mas sim por um movimento próprio, onde as relações se estabelecem para além da lógica binária e impositiva da colonização.

Aqui, mesmo que de forma muito limitada, discorremos sobre algumas perspectivas inerentes à cosmovisão do povo Guarani a fim de situar um tempo-espacço próprio. Trata-se de valorizar uma forma ancestral de vivenciar e sentir o tempo, fruto de uma sabedoria particular¹³ que seu povo carrega consigo.

Conforme evidencia Luiz Carlos Borges (2002) para os Guarani a categoria ‘tempo’ se relaciona com a compreensão de ‘ser’. Nesta dimensão ontológica, nota-se que o tempo, tal como é socialmente construído, se manifesta especialmente através dos calendários e dos ciclos ritualísticos. Embora este povo se guie por um tempo cílico, esse não deve ser confundido com um tempo circular, que seria sempre igual a si mesmo. Trata-se, portanto, de uma temporalidade a ser entendida “como tempo de renovação, aquele que, ao se repetir, transforma, retorna e avança, diferencia-se, faz-se outro: um tempo que se faz passagem, retorno e ultrapassagem” (Borges, 2002, p. 119).

O calendário seria a representação materializada desse tempo cílico e, neste sentido, os irmãos guarani Geraldo Moreira e Wanderley Moreira (2020) descrevem o Calendário Cosmológico Guarani: *Apyka Mirim*, como um protótipo da grande organização cosmológica que orienta seu povo.

[...] existem as estrelas e as constelações, que também direcionam o caminho, completando a concepção com a natureza sagrada. Esta constitui uma grande variedade de plantas e animais, originando assim muitos cantos sagrados de rituais conforme o propósito de cada um. Cada ser vivo existente aqui na terra é representado por

¹³ Em ensaio anterior discuto a noção *arandu* como forma de sabedoria particular guarani, que se estabelece na relação de “sentir o tempo” e aprender com ele. (Okawati; Muriel, 2024).

uma estrela ou constelação no céu. É assim que o mundo se relaciona entre o Sol, a Lua, a Terra, as estrelas, e a natureza. Por isso, o Sol é representado também como “Pai” (Moreira; Moreira, 2020, p. 30).

Explicam que essa aprendizagem ocorre na relação com os mais velhos das comunidades, *xeramōi* e *xejaryi*, que repassam os ensinamentos de *Nhanderu*, “Pai Criador”.

Aprendemos com os anciões que através da espiritualidade que o universo, tão gigante e de sabedoria imensa, está organizado de tal forma que nós devemos nos basear e seguir estas organizações. Assim é a nossa vida, da mesma maneira em que os planetas se alinharam, a nossa vida se direciona seguindo este mesmo ciclo conforme a nossa necessidade. [...] Entre a sabedoria do universo está o nosso conhecimento, este conhecimento nasce dentro de nós e cresce conforme a caminhada da nossa vida nos possibilita adquirir experiências e ensinamentos que são repassados para nossos netos, bisnetos e todas as gerações futuras (Moreira; Moreira, 2020, p. 31).

Ao longo do ciclo de vida guarani vários rituais, especialmente de passagem, os preparam para assumir diferentes posições no futuro. De acordo com os irmãos guarani, é por meio da observação que seu povo humildemente aprende com a natureza a lidar com a própria natureza existencial. “Em nossa visão, compreendemos que esse conhecimento espiritual possui uma raiz profunda e o fundamento de toda a verdadeira tradição do ser Guarani” (Moreira; Moreira, 2020, p. 33).

Para os Guarani, a passagem do tempo é dividida em duas partes, que podem ser associadas às estações da natureza: *Arapyau*, “tempo novo” (primavera-verão), e, *Ara ymā*, “tempo velho ou primigênio” (outono-inverno). Neste último período, é um tempo de preparação da terra e para os rituais que serão

realizados com a chegada do “tempo novo”, onde o corpo físico e espiritual se renova, abrindo-se para receber o conhecimento e a sabedoria ancestral. No entanto, diferentemente de uma data específica que marca o início do ano, o “tempo novo” começa com o sinal de uma ventania e termina com um trovão e relâmpago e sem chuva, dando lugar ao “tempo velho” (Ramo y Affonso, 2023).

De acordo com Darci da Silva (2021), cujo nome guarani é Karaí Nhe’ery, é na chegada do “tempo novo” que o *Nhemongarail*, ritual mais importante para o povo guarani, ocorre.

Os Nhemongarai compõem um ciclo ritual complexo que articula as existências e movimentos dos seres celestes/divinos – Nhanderu ete kuery e Nhandexy ete kuery, dos princípios anímicos e/ou espíritos auxiliares – nhe’ kuery –, das pessoas – os mbya – e dos espectros dos mortos – os ãgue –, com os ciclos de reprodução dos animais e de maturação das plantas e dos frutos. Estes rituais marcam as transformações entrecruzadas dos ciclos a partir dos dois tempos que definem o calendário guarani: Ara Yma, o tempo velho, antigo, primigênio, e Ara Pyau, o tempo novo, renovado. (Ramo y Affonso, 2023, p. 22).

Na literatura sobre o tema, muitos trabalhos discorrem sobre cada uma das etapas de preparação e seus respectivos elementos, particularmente destacando o protagonismo do batismo do milho, *avaxi’i nhemongarai*, e o batismo das crianças, onde ocorre a cerimônia de nominação (Silva, 2021; Benites, 2020; Ramo y Affonso, 2023)¹⁴.

¹⁴ Para mais detalhes ver: Avatchi Nhemongarai, produção da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo/SC (2018). Disponível em: <https://youtu.be/y9h7S5V9DFQ?si=upO2pXL4k-YMZR4a>. Acesso em 04 set. 2024.

Chama a atenção que a revelação dos nomes das crianças ocorre apenas quando a moleira (calota craniana) se fecha e a linguagem verbal se manifesta, geralmente entre o primeiro e segundo ano de vida da criança. É quando o “espírito fixa-se no corpo e revela-se com mais clareza” (Seára; Jesus, 2016, p. 218). Essa primeira fase da vida é sucedida por outras etapas do ciclo de vida guarani, que incluem ritos de passagem que atuam no preparo do corpo e espírito para assumir determinadas funções e responsabilidades.

Explica a guarani Sandra Benites (2020) que o ‘fundamento da pessoa guarani’ está conectado ao nome que este recebe. Assim, somente quando esse é revelado por meio do sonho do *xeramōi* e divulgado durante o *Nhemongarai*, será possível reconhecer as singularidades de cada pessoa, o seu modo de ser neste mundo, para então orientá-la no mundo.

Complementa o guarani Darci Silva *et al* (2021), afirmando que estes nomes têm relação com os pontos cardeais, as quatro direções que indicam o lugar sagrado, *amba*, de onde vêm o espírito, *nhe'e*, das pessoas.

O ritual do *Nhemongarai* é o momento de revelação do nome sagrado, o *tery*, e a descoberta do *amba* de origem, que vai determinar a personalidade e a vocação durante a vida na terra. Assim, através do mapa, o jovem sabe de onde nasce, de onde vem, de que mundos de *Nhanderu* ele veio, se fortalece espiritualmente através do *Nhemongarai* e tem orientação para viver na terra. É um mapa que não cabe no território nos termos operados pelo Estado, mas que conceitua espaço, tempo e vida *mbya* guarani. (Silva *et al*, 2021, p. 513).

Em suma, esse pequeno recorte que expõe brevemente o Calendário Cosmológico Guarani, bem como o *Nhemongarai* revela como as práticas sociais e os rituais a elas associados, estabelecem formas de comunicação em um tempo próprio, em

respeito a natureza, que ocorrem desde a escuta aos mais velhos, de um vento forte que avisa a chegada de um novo período, até o desenvolvimento dos corpos biológicos e espirituais.

Outros exemplos que abordam o ciclo de vida guarani poderiam enriquecer essa reflexão, mas nosso objetivo não é esgotar os estudos sobre o tema. O que sugerimos é que, ao nos aproximarmos dessas narrativas que revelam uma forma de sabedoria ancestral que resiste ao colonialismo do tempo, possamos nos inspirar e esperançar compartilhando um pouco mais de tempo (de vida).

CONSIDERAÇÕES PARA OUTROS TEMPOS

Hoje é necessária uma *revolução temporal*, que gere um outro tempo, o tempo do outro, que não é um tempo do trabalho, uma revolução temporal que traga de volta para o tempo o seu aroma (Han, 2021, p.17).

Se tudo parecer ser uma questão de tempo, resta-nos saber quanto tempo ainda temos para lidar com a crise de ansiedade compartilhada que se coloca sob a nossa sociedade. Nessa corrida contra o tempo que faz de nós uma ‘Sociedade do Cansaço’, parece-nos sábio afirmar que, em vez de lutar contra ele, possamos nos aliar, ou melhor criar laços de amizade, como sugere Krenak, ao início deste trabalho contrapondo-se a um tempo que “[...] é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida” (Krenak, 2019, p. 13).

Na urgência de uma “revolução temporal”, nosso primeiro passo é reconhecer os povos que ainda resistem ao “Tempo Capital”, para então fortalecer suas lutas, que hoje são, sobretudo, ameaçadas pelo ataque aos seus territórios. Os rituais e as práticas ancestrais que nos mostram ‘outros tempos possíveis’ são interpretados aqui como um convite a desacelerar - ou melhor, nos (re)orientarmos - combatendo a psicopolítica

que hoje atua sobre cada um de nós, esvaziando nossa própria noção de sociedade, pois, somente recuperando nossa capacidade contemplativa “a vida ganha tempo e espaço, duração e amplidão” (Han, 2016, p. 135).

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Ed. Elefante, 2016.

ALVES, Fabiano et al. Nhandereko Yvyrupá Py: Modo de Viver Guarani na Terra Indígena Tekoá Marangatu, Imaruí, SC, Brasil. **Tellus**, Campo Grande, ano 24, n. 52, p. 11-37, jan./abr. 2024. DOI:
<http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i52.959>

ARA RETE BENITES, Sandra. Nhe’ẽ, reko porã rã: nhemboea oexakarẽ Fundamento da pessoa guarani, nosso bem-estar futuro (educação tradicional): o olhar distorcido da escola. In: ZEA, Evelyn S.; DARELLA, Maria Dorothea P.; MACHADO, Juliana S. (org.) **Ações e saberes Guarani, Kaingang e Laklänõ Xokleng em foco:** Pesquisas da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: Edições do Bosque; UFSC/CFH/NUPPE, 2020. p. 154-187.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo:** a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 46.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2007.

CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso:** verdade e política na era digital. São Paulo: UBU Editora, 2022.

BORGES, Luiz Carlos. Os Guarani Mbyá e a categoria tempo. **Tellus**, [s.l.], ano 2, n. 2, p. 105-122, abr. 2002.

COUTO, Mia. Aula Magna com Mia Couto. **Canal Youtube UFRGS TV**, Porto Alegre, 3 set. 2014. (43 min 58 seg.). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=lZtc11Bn0M0>. Acesso em: 18 mar. 2024.

DORRICO, Truduá. **Tempo de Retomada**. Barreiro (Setúbal), Portugal: Ed. Urutau. 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **O aroma do tempo**: Um ensaio filosófico sobre a Arte da Demora. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos**: Em busca de um outro tempo. Petrópolis: Vozes, 2021.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia**: Digitalização e a crise da democracia. Petrópolis: Vozes, 2022.

HAN, Byung-Chul. **O desaparecimento dos rituais**: Uma topologia do presente. Petrópolis: Vozes, 2ed., 2023.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2017.

KIMMERER, Robin Wall. **A maravilhosa trama das coisas**: Sabedoria indígena, conhecimento científico e os ensinamentos das plantas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **Um rio um pássaro**. Rio de Janeiro: Dantes, 2023.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2001.

MOREIRA, Geraldo; MOREIRA, Wanderley Cardoso. Calendário cosmológico: os símbolos e as principais constelações na visão guarani. In: ZEA, Evelyn S. et al. (org.) **Ações e saberes Guarani, Kaingang e Laklänô Xokleng em foco**: Pesquisas da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis, Edições do Bosque/UFSC/CFH/NUPPE, 2020. p. 22 – 60.

MUNDURUKU, Daniel. **Minha Utopia Selvagem:** um manifesto. Lorena: UK'A Editorial, 2022.

NASCIMENTO, Gabriela Goulart; CABRAL, Lucas Santos Carmo. Informação e Conhecimento para Bem Viver. In: FLEURI, Reinaldo Matias (ed.). **Viver em plenitude:** compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 156-159.

NUÑES, Geni. **Felizes por enquanto:** Escrito sobre outros mundos possíveis. São Paulo: Planeta do Brasil, 2024.

OKAWATI; Juliana Akemi Andrade; KARPINSKI, Cezar. Narrativas indígenas: um caminho decolonial para compreender a memória e informação. **Transinformação**, [s.l.], v. 36, e2410646, 2024.
<https://doi.org/10.1590/2318-0889202436e2410646>

OKAWATI, Juliana Akemi Andrade; MURIEL, Enrique. Sociedades dos Saberes Compartilhados: um caminho de (des)envolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2024.

OKAWATI; Juliana Akemi Andrade; SCHMIDT, Felipe Jose. Informando e Comunidando para Outros Mundos Possíveis. In: FLEURI, Reinaldo Matias (ed.). **Viver em plenitude:** compartilhando práticas e tecendo saberes decoloniais. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 156-159.

RAMO Y AFFONSO, Ana Maria. *Nhemongarai: ritual, gênero e outros encaixes entre os Guarani*. **Etnográfica**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 407-428, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.13509>

SEÁRA, Eliton Clayton Rufino; JESUS, Suzana Cavalheiro de. Práticas corporais no cotidiano de crianças guarani: ensino e aprendizagem a partir de brincadeiras. In: SILVEIRA, Nádia et al. (org.) **Diálogos com os Guarani:** Articulando compreensões antropológicas e indígenas. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016.

SILVA, Darcy. Nhemongarai: Rituais de Batismo Mbya Guarani. Culturas e Memórias. In: Zea, Evelyn S. et al.(org.) *Kuri'y zag fãg: Culturas e*

memórias: Pesquisas da Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica. Florianópolis: Edições do Bosque, 2021. v. 2, p. 34-59.

SILVA, Darcy; JESUS, Bárbara Elice da Silva de; ZEA, Evelyn Martina Schuler. Os pontos cardeais e a relação com Nhanderu retā: territorialidade mbya guarani, conflitos e distintas formas de traduzir e viver (n)a terra. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA, 7., 2019, Florianópolis. **Anais VII ReACT.** Florianópolis: UFSC, 2021. p. 34-59.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes:** resistir a barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac & Naify, 2015.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciéncia é possível:** Manifesto por uma desaceleração das ciéncias. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo: 2023.

GUARANI – Obra Coletiva. In: DARELLA, Maria Dorothea P. D. et al. (org.). **Tape Mbaraete Anhetengua:** Fortalecendo o caminho verdadeiro. Florianópolis, Ed. UFSC, 2018.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários:** aceleração, historicidade e semântica neoliberal. Rio de Janeiro: Zazie, 2019.



SOBRE A PREFACIADORA

Maria Aparecida Moura

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-doutorado em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias pela *Maison de Sciences de l Homme* (2006-2007). Realiza atualmente um doutorado em Sociologia pela UFMG. É membro do Comitê assessor de Comunicação e Informação no CNPq. Coordena o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabCult/PPGCI/UFMG). É a Coordenadora adjunta do GT 12 da ANCIB - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. Atua nos programas de pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) como membro permanente. Integra a Rede de Direitos Humanos da UFMG e a Comissão coordenadora da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG. Foi Diretora de Gestão de Documentos e Arquivos do Arquivo Nacional no Ministério de Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI) (2023-2024); Diretora da Universidade de Direitos Humanos (UDH) (2020- 2022); diretora de governança informacional da UFMG (DGI/UFMG) sendo a autoridade responsável pelo cumprimento da LAI e pela Ouvidoria Geral da UFMG (2014-2018) e coordenadora de Políticas de inclusão Informacional da UFMG - CPINFO (2010-2014). Tem experiência na área de Ciência da

Informação, Comunicação e Educação, com ênfase em tecnologias da informação e na produção de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à preservação, registro e difusão da cultura popular e dos saberes tradicionais brasileiros.



SOBRE AS AUTORIAS

Amabile Costa

Doutora e mestra no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN-UFSC). Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2014-2017) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). É Professora Substituta do Departamento de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. É membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - UFSC) e do Grupo de Pesquisa Bibliotecas, Memórias e Resistência (UNIRIO).

Ana Cláudia Ribeiro

Professora Adjunta da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas, doutora e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista pós-doutoranda júnior do CNPq (2024-2025) em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É bacharela em Biblioteconomia pela UFSC e está vinculada à Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência (REBRAPESC).

Andréia Sousa da Silva

Bibliotecária, Mestra e Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Cursou Doutorado-Sanduíche na Universidad Nacional Autônoma do México (UNAM), pelo Programa Universitario Diversidad Cultural e Interculturalidad - PUIC/UNAM (2024-2025). Pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB-UDESC). Foi presidente da Associação Catarinense de Bibliotecários, na Gestão 2021-2023. Membro do Grupo de Pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC - PGCIN/UFSC) e do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisa em Informação Antirracista e Sujeitos Informacionais (ALAYE - UFPE).

Dirnéle Carneiro Garcez

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora e especialista em Gestão de Processos na Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina (EPROC - SEPLAN), com fomento da FAPESC. Integrante de grupos de pesquisa *Ecce Liber: Filosofia, Linguagem e Organização dos Saberes, O²S²O – Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos* (IBICT/UFRJ), *ROC – Representação e Organização do Conhecimento* (UFSC) e *NERSI – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais* (UFMG).

Gerson Wherá Gomes Leopondino

Cineasta indígena Mbyá-Guarani, natural de Viamão (RS). É um dos iniciadores e integrantes do Coletivo Audiovisual de Jovens Mbyá-Guarani, Comunicação Kuery. Dirigiu o curta-metragem *Mbya' Nhendu*, produção do coletivo que conquistou dois Kikitos

no 50º Festival de Cinema de Gramado (2022): Melhor Trilha Sonora e 3º lugar na classificação geral dos curtas. O filme trata “do som do espírito Guarani” e reúne relatos de sábios musicistas de diversas aldeias, revelando a importância da musicalidade como expressão do Teko — o modo de ser do povo Guarani.

Juliana Akemi Andrade Okawati

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestra em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Especialista em Educação Inclusiva (Udesc) e Políticas Públicas para Igualdade (Clacso). Pesquisadora da Rede Mover - Educação Intercultural e Movimentos Sociais e do grupo Representação e Organização do Conhecimento (ROC). Colaboradora da Ação Saberes Indígenas na Escola – Núcleo/SC (UFSC).

Juliana Rabelo do Carmo

Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Biblioteconomia (UFMA). Foi professora substituta no Departamento de Ciência da Informação (UFSC) (2019-2021). É integrante dos grupos de pesquisa: Representação e Organização do Conhecimento (ROC/UFSC); Grupo de Pesquisa e Extensão em Organização do Conhecimento em Ambientes Culturais (GEPEOCAC/UFMA); e Grupo de Pesquisa em Organização e Representação do Conhecimento abordagens linguísticas em arquivos e bibliotecas (ORCALAB/UFRGS).

Leonardo Lima Günther

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), especialista em Permacultura

(UFSC/2022) e bacharel em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É advogado indigenista e atua na região sul do Brasil.

Luís Fernando Vanin

Doutorando e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGCIN-UFSC), bolsista CAPES DS e bacharel em Biblioteconomia (UFSC). É Editor Júnior da *Revista Brasileira dos Estudos da Homocultura* (REBEH) e integra os grupos de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC/UFSC) e Sítios de memória e consciência: passados traumáticos, esfera pública e democracia (REBRAPEC/IFRS).

Rodrigo de Sales

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Possui Pós-Doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ). É Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Associado da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO) e pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ).

Thiago Henrique Bragato Barros

Professor no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da

UFRGS e UFSC. Pós-Doutorado em *Applied Informatics* na Napier University (DES/CNPQ 2025-26) e Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2018-2019). Pesquisador em grupos de pesquisa da UFSC, UFSCAR e UFRGS. Presidente da *International Society for Knowledge Organization* (2022-2026). Membro do *Scientific and Technical Advisory Council* da (STAC) da ISKO. Membro Associado da *Association for Information Science and Technology*.



As pessoas autoras deste livro decidiram confluir suas vozes com vozes colocadas às margens. Decidiram que as margens serão seus centros de gravidade. Decidiram trabalhar com o barro ainda úmido, ainda móvel. Tive a sorte dessas pessoas terem me escolhido como orientador de suas pesquisas de doutorado e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Por isso, decidi reuni-las nesta obra, para que esta sorte não seja somente minha.

Rodrigo de Sales

ISBN: 978-65-5135-008-5



9 786551 350085

 rocha
soluções grandes